



**CAMPUS VI – POETA PINTO DO MONTEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS  
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA**

**ANDERSON RANY CARDOSO DA SILVA**

**COLOCAÇÃO PRONOMINAL EM GRAMÁTICAS CONTEMPORÂNEAS DO  
PORTUGUÊS**

**MONTEIRO – PB  
2017**

**ANDERSON RANY CARDOSO DA SILVA**

**COLOCAÇÃO PRONOMINAL EM GRAMÁTICAS CONTEMPORÂNEAS DO  
PORTUGUÊS**

Monografia apresentada em cumprimento dos requisitos necessários para obtenção do grau de Licenciatura Plena em Letras, com habilitação em Língua Portuguesa, promovido pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

**Área de concentração:** Linguística Aplicada.

**Orientador:** Prof. Dr. Francisco Eduardo Vieira (UEPB).

**MONTEIRO – PB  
2017**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586c Silva, Anderson Rany Cardoso da.  
Colocação pronominal em gramáticas contemporâneas do português [manuscrito] / Anderson Rany Cardoso da Silva. - 2017.  
129 p. : il. colorido.  
Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Português) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Exatas, 2018.  
"Orientação : Prof. Dr. Francisco Eduardo Vieira, UFPB - Universidade Federal da Paraíba."

1. Colocação pronominal. 2. Linguística aplicada. 3. Gramática normativa (Língua portuguesa). I. Título

21. ed. CDD 469.5

ANDERSON RANY CARDOSO DA SILVA

COLOCAÇÃO PRONOMINAL EM GRAMÁTICAS CONTEMPORÂNEAS  
DO PORTUGUÊS

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Universidade Estadual  
da Paraíba, como requisito à obtenção  
do título de graduado em Letras –  
Licenciatura plena em Língua  
Portuguesa.

Área de concentração: Língua  
Aplicada

Aprovada em: 07.12.2017.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Francisco Eduardo Vieira da Silva (Orientador)  
Universidade Federal da Paraíba (UFPA)



Prof. Dr. Marcelo Meloires da Silva (Examinador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Bruno Alves Pereira (Examinador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

*À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por conceber auxílio financeiro durante todo o período da graduação, um incentivo à prática da pesquisa e da docência.*

## AGRADECIMENTOS

Ao universo e à natureza, que foram capazes de me levantar durante o processo árduo (mas gratificante) de escrita.

Aos meus dois orientadores, tanto de PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica) como de PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência), *Francisco Eduardo Vieira* e *Marcelo Medeiros Silva*, respectivamente. As contribuições foram significativas e de suma importância para o meu desenvolvimento acadêmico, pessoal e docente.

A uma parcela de professores, responsáveis por me erguer tanto como pesquisador como professor. Cito aqui apenas alguns destes: *Christina Gladys Mingarelli*, *Jordão Joanes*, *Adriana Gregório*, *Paulo Aldemir*, *Paulo Ávila*, *Wanderlan Alves*, *Luciana Nery*, *Simone Alves*, *Marcelle Ventura*, *Maria Dorotea*, *Bruno Alves*, *Danielly Inô*, *Jackson Cícero*, *Hermano Oliveira*, *Jardiene Ferreira* e *Francicleide Liberato*.

Ao professor *Francisco Eduardo Vieira*, pelas contribuições científicas ao longo do processo de escrita desse trabalho. Apesar da distância geográfica, conseguimos desenvolver uma boa pesquisa.

Aos professores *Marcelo Medeiros* e *Bruno Alves*, por terem aceitado o convite para compor a banca examinadora desse trabalho.

À minha primeira professora, *Marluce*, pois até hoje vive em meu ser o que ela ensinou.

Aos professores supervisores do PIBID, *Daniele Tavares* e *Fagner Santos*, essenciais na minha trajetória em Monteiro.

Aos professores *Celso Cunha* (*in memoriam*), *Lindley Cintra* (*in memoriam*), *Evanildo Bechara*, *Maria Helena de Moura Neves*, *Mário Perini* e *Marco Bagno*, pela elaboração dos materiais que serviram como objetos de análise desta pesquisa.

Às duas escolas que abriram as portas para as minhas experiências docentes: Escola Estadual José Leite de Sousa e Escola Municipal Bento Tenório de Sousa.

Aos funcionários do campus VI, por serem atenciosos e acessíveis. E principalmente ao motorista *Roberto*, que me guiou para inúmeros eventos em diversos lugares.

Às duas amigas/irmãs, *Danielle da Silva* e *Daianny Fernandes*, que dividiram comigo não somente uma casa, mas uma vida, repleta de alegrias, problemas, angústias, lágrimas, desesperos e inconvenientes.

A *Jéssica Rodrigues*, colega de pesquisa que não só me fez aprender, como também a sonhar um pouco mais.

A *Niedja Jaiane*, por dividir anseios, dissabores acadêmicos e furos de reportagem da universidade.

A *Luana Kalline*, que dividiu comigo a minha maior angústia e arrependimento dos anos 2016 e 2017, e as maiores alegrias de 2014 e 2015. Você foi minha surpresa em Monteiro, e quero que seja pro resto da vida.

À *Coordenadoria de Relações Internacionais*, que, no final da graduação, me concedeu uma bolsa de intercâmbio, para viver uma troca cultural e científica na Europa.

Aos amigos distantes, mas que se fizeram presentes, vocês serão amados independente da distância: *Marilia Pereira*, *Gaby Gadelha*, *Jean Nathaniel*, *Jéssica Pereira*, *Willany Dutra*, *Marina Santos*.

A todos aqueles que desacreditaram na profissão que escolhi, que desestimularam, que falaram, que criticaram, e no final das contas se calaram. Obrigado, vocês foram essenciais para meu empoderamento e resistência.

Aos meus *pais*, pelo afeto, compreensão e paciência.

*[...] O português são dois, o outro mistério. (Aula de português –  
Carlos Drummond de Andrade)*

## RESUMO

Este trabalho analisa a abordagem dos pronomes oblíquos átonos feita por Gramáticas Normativas de Referência (GNR), em particular Cunha & Cintra (1985) e Bechara (1999), e Gramáticas Brasileiras Contemporâneas do Português (GBCP), sendo elas: Neves (2000), Perini (2010) e Bagno (2012). A pesquisa apresenta como objetivos primordiais: analisar e sistematizar as descrições realizadas pelas GNR e GBCP envolvendo o aspecto morfossintático citado anteriormente e averiguar até que ponto as GBCP se aproximam ou se distanciam das GNR. Se situa no campo teórico-metodológico da Linguística Aplicada de caráter transdisciplinar (MOITA LOPES, 2006), no sentido de que não busca limitar seu corpo teórico, mas procura estabelecer relações disciplinares, a fim de criar inteligibilidade sobre problemas sociais em que a linguagem tem um papel central. A metodologia de pesquisa aponta para um trabalho de natureza qualitativa e interpretativa, que se opõe à pesquisa quantitativa, pois se preocupa com a interpretação do fenômeno linguístico. Para analisar os instrumentos gramaticais supracitados foram estabelecidas algumas categorias de análise: texto de apresentação das obras, localização e organização da(s) seção(ões), natureza dos dados linguísticos, categorias e conceitos utilizados e descrição/prescrição gramatical. E, em especial para as GBCP, foram erguidas mais duas categorias: constituição do arcabouço teórico e continuidades e rupturas com a tradição gramatical. As análises empreendidas nesta pesquisa atestam que, enquanto as GNR colaboram para a manutenção da norma-padrão, conservam um português que tem como base a cultura lusófona, tomam a escrita literária como dado linguístico para exemplificar o assunto e prescrevem regras acerca do aspecto morfossintático analisado, as GBCP apontam e, conseqüentemente, defendem um ensino reflexivo de gramática, partem dos usos reais e autênticos do português brasileiro, discutem, refutam e dialogam com diferentes propostas teóricas, e apresentam diferentes dados linguísticos para fundamentar as descrições gramaticais. Todavia, as GBCP não apresentam somente traços de ruptura; o estudo indica também que há pontos de continuidade: a forma de organizar a seção de colocação pronominal, em especial em Neves (2000) e Perini (2010), e a divisão de língua escrita e falada realizada por Perini (2010). Em suma, as GBCP representam uma nova forma de abordar os conteúdos gramaticais, e não somente isso, como também militam a favor da instauração e manutenção da abordagem de um português brasileiro autêntico.

**Palavras-chave:** Colocação pronominal. Gramáticas. Linguística Aplicada.

## RESUMEN

Este trabajo analiza el abordaje de los pronombres oblicuos átonos hecha por Gramáticas Normativas de Referencia (GNR), en particular Cunha y Cintra (1985) y Bechara (1999), y Gramáticas Brasileñas Contemporáneas del Portugués (GBCP), siendo ellas: Neves (2000), Perini (2010) y Bagno (2012). La investigación presenta como objetivos primordiales: analizar y sistematizar las descripciones realizadas por las GNR y GBCP que involucra el aspecto morfossintático citado anteriormente y averiguar hasta qué punto las GBCP se acercan o se distancian de las GNR. Se sitúa en el campo teórico-metológico de la Lingüística Aplicada de carácter transdisciplinario (MOITA LOPES, 2006), en el sentido de que no busca engendrar su cuerpo teórico, sino que busca establecer relaciones disciplinarias, a fin de crear inteligibilidad sobre problemas sociales en que el lenguaje tiene un papel central. La metodología de investigación apunta a un trabajo de naturaleza cualitativa e interpretativa, que se opone a la investigación cuantitativa, pues se preocupa por la interpretación del fenómeno lingüístico. Para analizar los instrumentos gramaticales antes citados se establecieron algunas categorías de análisis: texto de presentación de las obras, ubicación y organización de la(s) sección(es), naturaleza de los datos lingüísticos, categorías y conceptos utilizados y descripción / prescripción gramatical. Y, en especial para las GBCP, se han erigido otras dos categorías: constitución del marco teórico y continuidad y rupturas con la tradición gramatical. Los análisis emprendidas en esta investigación atestiguan que, mientras las GNR que colaboran para el mantenimiento de la norma estándar, conservan un portugués que tiene como base la cultura lusófona, toman la escritura literaria como dado lingüístico para ejemplificar el asunto y prescriben reglas acerca de los aspectos morfosintático analizado, las GBCP apuntem y en consecuencia defienden una enseñanza reflexiva de gramática, parten de los usos reales y auténticos del portugués brasileño, discuten, refuta y dialogan con diferentes propuestas teóricas y presentan diferentes datos lingüísticos para fundamentar las descripciones gramaticales. Sin embargo, las GBCP no sólo presentan rastros de ruptura; el estudio indica también que hay puntos de continuidad: la forma de organizar la sección de colocación pronominal, en especial en Neves (2000) y Perini (2010), y la división de lengua escrita y hablada realizada por Perini (2010). En suma, las GBCP representan una nueva forma de abordar los contenidos gramaticales, y no sólo eso, como también militan a favor de la instauración y mantenimiento del abordaje de un portugués brasileño auténtico.

**Palabras claves:** Colocación pronominal. Gramáticas. Lingüística Aplicada.

## **LISTRA DE SIGLAS E ABREVIACOES**

GB	Gramática de Bagno
GCC	Gramática de Cunha e Cintra
GEB	Gramática de Evanildo Bechara
GN	Gramática de Neves
GP	Gramática de Perini
GT	Gramática Tradicional
GNR	Gramáticas Normativas de Referência
GBCP	Gramáticas Brasileiras Contemporâneas do Português
LDP	Livros Didáticos de Português
LP	Língua Portuguesa
PB	Português Brasileiro
PP	Português de Portugal
PTG	Paradigma Tradicional de Gramatização
VL	Virada Linguística

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Gramáticas Normativas de Referência (GNR).....	21
<b>Quadro 2</b> - Gramáticas Brasileiras Contemporâneas do Português (GBCP).....	22
<b>Quadro 3</b> - Categorias de análise das GNR.....	25
<b>Quadro 4</b> - Categorias de análise das GBCP.....	25
<b>Quadro 5</b> - Diferenças entre atividades metalinguísticas e epilinguísticas.....	37
<b>Quadro 6</b> - Modelos de conhecimento.....	41
<b>Quadro 7</b> - Tipos de saber linguístico.....	42
<b>Quadro 8</b> - Diferenças entre norma-padrão e norma culta.....	48
<b>Quadro 9</b> - Momentos da constituição do português no Brasil.....	51
<b>Quadro 10</b> - Pronomes pessoais.....	55
<b>Quadro 11</b> - Colocação dos pronomes oblíquos átonos.....	55
<b>Quadro 12</b> - Conceitos utilizados pela GEB na abordagem dos pronomes oblíquos átonos...70	
<b>Quadro 13</b> - Conceitos usados pela GN na abordagem dos pronomes oblíquos átonos (Regras gerais).....	80
<b>Quadro 14</b> - Conceitos usados pela GN na abordagem dos pronomes oblíquos átonos (Regras particulares).....	81
<b>Quadro 15</b> - Pontos de continuidade e ruptura entre a tradição e a contemporaneidade encontrados na GN.....	83
<b>Quadro 16</b> - Seções da GP e respectivos conteúdos abordados.....	89
<b>Quadro 17</b> - Pronomes pessoais (retos e oblíquos) na GP.....	92
<b>Quadro 18</b> - Pontos de continuidade e ruptura entre a tradição e a contemporaneidade encontrados na GP.....	95
<b>Quadro 19</b> - Colocação dos pronomes oblíquos átonos em outras seções da GB.....	101
<b>Quadro 20</b> - Usos autênticos dos clíticos no PB.....	105
<b>Quadro 21</b> - Pontos de continuidade e ruptura entre a tradição e a contemporaneidade encontrados na GB.....	107
<b>Quadro 22</b> - Sistematização das GNR.....	109
<b>Quadro 23</b> - Sistematização das GBCP.....	111

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Capas das GNR analisadas.....	22
<b>Figura 2</b> - Capas das GBCP analisadas.....	23
<b>Figura 3</b> - Tríade equivocada para o ensino de LP.....	38
<b>Figura 4</b> - Tríade adequada para o ensino de LP.....	38
<b>Figura 5</b> - Configuração do ensino de LP, após a reforma pombalina.....	47
<b>Figura 6</b> - Principais características das GNR.....	118
<b>Figura 7</b> - Principais características das GBCP.....	119

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<hr/>	
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA.....	15
1.2 PERGUNTAS DE PESQUISA.....	17
1.3 OBJETIVOS.....	17
1.4 JUSTIFICATIVA DO TRABALHO.....	18
1.5 ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	19
1.5.1 Linguística aplicada transdisciplinar.....	20
1.5.2 Materiais e métodos de análise.....	20
1.5.3 Categorias de análise.....	24
<b>2 VIRADA LINGUÍSTICA E ENSINO DE GRAMÁTICA.....</b>	<b>27</b>
<hr/>	
2.1 GRAMÁTICA TRADICIONAL: UMA TRADIÇÃO HISTÓRICA (E NORMATIVA).....	28
2.2 ENSINO DE GRAMÁTICA: DA METALINGUAGEM À ANÁLISE LINGUÍSTICA.....	33
2.3 A INFLUÊNCIA DA VIRADA LINGUÍSTICA NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA.....	39
<b>3 A CONSTITUIÇÃO DA NORMA-PADRÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO.....</b>	<b>44</b>
<hr/>	
3.1 DA NORMA-PADRÃO À NORMA CULTA: UMA QUESTÃO CULTURAL.....	45
3.2 LÍNGUA PORTUGUESA OU PORTUGUÊS BRASILEIRO?.....	49
3.3 A COLOCAÇÃO PRONOMINAL NO PORTUGUÊS BRASILEIRO.....	53
<b>4 ANÁLISE DOS DADOS.....</b>	<b>58</b>
<hr/>	

4.1 ANÁLISE DAS GNR.....	58
<b>4.1.1 Nova gramática do português contemporâneo, de Celso Cunha e Lindley Cintra (1985).....</b>	<b>58</b>
4.1.1.1 <i>Texto de apresentação da obra.....</i>	59
4.1.1.2 <i>Localização e organização da(s) seção(ões).....</i>	60
4.1.1.3 <i>Natureza dos dados linguísticos.....</i>	62
4.1.1.4 <i>Categorias e conceitos utilizados.....</i>	63
4.1.1.5 <i>Descrição/Prescrição gramatical.....</i>	64
<b>4.1.2 Moderna gramática portuguesa, de Evanildo Bechara (1999).....</b>	<b>65</b>
4.1.2.1 <i>Texto de apresentação da obra.....</i>	65
4.1.2.2 <i>Localização e organização da(s) seção(ões).....</i>	67
4.1.2.3 <i>Natureza dos dados linguísticos.....</i>	68
4.1.2.4 <i>Categorias e conceitos utilizados.....</i>	69
4.1.2.5 <i>Descrição/Prescrição gramatical.....</i>	71
4.2 ANÁLISE DAS GBCP.....	71
<b>4.2.1 Gramática de usos do português, de Maria Helena de Moura Neves (2000).....</b>	<b>72</b>
4.2.1.1 <i>Texto de apresentação da obra.....</i>	73
4.2.1.2 <i>Constituição do arcabouço teórico.....</i>	74
4.2.1.3 <i>Localização e organização da(s) seção(ões).....</i>	75
4.2.1.4 <i>Natureza dos dados linguísticos.....</i>	77
4.2.1.5 <i>Categorias e conceitos utilizados.....</i>	78
4.2.1.6 <i>Descrição/prescrição gramatical.....</i>	80
4.2.1.7 <i>Continuidades e rupturas com a tradição gramatical.....</i>	83
<b>4.2.2 Gramática do português brasileiro, de Mário Perini (2010).....</b>	<b>85</b>
4.2.2.1 <i>Texto de apresentação da obra.....</i>	85
4.2.2.2 <i>Constituição do arcabouço teórico.....</i>	87
4.2.2.3 <i>Localização e organização da(s) seção(ões).....</i>	88
4.2.2.4 <i>Natureza dos dados linguísticos.....</i>	90
4.2.2.5 <i>Categorias e conceitos utilizados.....</i>	91
4.2.2.6 <i>Descrição/prescrição gramatical.....</i>	93
4.2.2.7 <i>Continuidades e rupturas com a tradição gramatical.....</i>	95

<b>4.2.3 Gramática pedagógica do português brasileiro, de Marcos Bagno (2012).....</b>	<b>96</b>
4.2.3.1 <i>Texto de apresentação da obra.....</i>	97
4.2.3.2 <i>Constituição do arcabouço teórico.....</i>	98
4.2.3.3 <i>Localização e organização da(s) seção(ões).....</i>	100
4.2.3.4 <i>Natureza dos dados linguísticos.....</i>	102
4.2.3.5 <i>Categorias e conceitos utilizados.....</i>	104
4.2.3.6 <i>Descrição/prescrição gramatical.....</i>	106
4.2.3.7 <i>Continuidades e rupturas com a tradição gramatical.....</i>	107
4.3 SISTEMATIZAÇÕES E IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS.....	108
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>118</b>
<hr/>	
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>121</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>127</b>

## 1 INTRODUÇÃO

---

### 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

Atualmente, estamos presenciando uma alta produção de livros de gramática, seja por demandas mercadológicas, seja para atender às exigências de pesquisa e ensino dentro dos estudos linguístico-gramaticais. Dessa forma, algo é certo: as discussões sobre as descrições linguísticas realizadas pelos instrumentos gramaticais estão cada vez mais em evidência, e não somente isso, como também as discussões envolvendo ensino de gramática.

Sobre gramática, há inúmeras concepções. O senso comum acredita que a gramática seja uma mera transmissora de regras e (im)possibilidades linguísticas que devem ser transferidas para o aluno em sala de aula, porém vários linguistas desmitificam essa ideia, como é o caso de Franchi (2006, p. 25), que, no seu livro *Mas o que é mesmo gramática?*, aponta gramática como um “saber linguístico que o falante de uma língua desenvolve dentro de certos limites impostos pela sua própria dotação genética humana, em condições apropriadas de natureza social e antropológica”. Além disso, disserta que saber gramática não depende do nível de escolarização do sujeito, mas do amadurecimento sobre o que a língua e seus princípios representam.

Já de acordo com Possenti (1996, p. 61-62), a gramática pode assumir três conceitos: i) “Conjunto de regras que devem ser seguidas”; ii) “Conjunto de regras que são seguidas”; iii) “Conjunto de regras que o falante domina”. Sendo assim, a gramática não pode ser vista somente como no primeiro conceito, mas é assim, infelizmente, que a maioria pensa, sendo a gramática apenas um objeto para circular na escola e, conseqüentemente, transmitir regras que devem ser seguidas.

As inúmeras formas de conceituar uma gramática e as abordagens dos aspectos morfossintáticos que os gramáticos realizam causam inúmeras discussões, não só na academia, como também na educação básica. Alguns autores o fazem de maneira normativa; outros, pensando no real funcionamento da língua, produzem os compêndios gramaticais para circular tanto entre professores, como entre os alunos dos cursos de Letras. A esse primeiro conjunto de gramática damos o nome de Gramáticas Normativas de Referência (*doravante* GNR), e ao segundo conjunto, na esteira de Vieira (2015), intitulamos de Gramáticas Brasileiras Contemporâneas do Português (*doravante* GBCP).

Sendo assim, esse trabalho de conclusão de curso apresenta como tema principal a análise do tratamento da colocação dos pronomes oblíquos átonos nas GNR e em GBCP,

tendo em vista que as gramáticas, sejam elas da tradição ou da contemporaneidade, assumem distintas abordagens no tratamento desse fenômeno linguístico.

Tratar sobre esse tema favoreceu o aprofundamento acerca do processo de colocação dos pronomes oblíquos átonos, uma vez que foi possível compreender o tratamento que é feito pelas GNR e pelas GBCP e, dessa forma, apreender as continuidades e rupturas entre obras da tradição e da contemporaneidade, assim como foi feito por Vieira (2015), em sua tese de doutoramento, a partir de interesses outros e mais gerais do que os apresentados nesta monografia.

Além disso, tivemos, com a pesquisa, a possibilidade de conhecer as possíveis zonas de conflito que existem no tratamento que é feito da colocação dos pronomes oblíquos átonos por esses compêndios gramaticais, que nem sempre propagam os reais usos da língua, principalmente quando falamos das GNR.

As gramáticas normativas, de acordo com Vieira (2015, p. 18), são crias do processo de gramatização tradicional do português e, conseqüentemente, “produtos desse paradigma greco-latino de gramatização, uma vez que estão filiados, explicitamente ou não, ao que podemos chamar genericamente de doutrina gramatical”. Isto é, as gramáticas de referência são obras que dão continuidade ao paradigma greco-latino, além de serem perpetuadoras de uma doutrina gramatical que impõe um modelo ideal de língua.

Por outro lado, as GBCP “promovem movimentos de ruptura com o paradigma tradicional de gramatização do português” (VIEIRA, 2015, p. 20). Essas obras “parecem deflagrar uma espécie de virada linguística do processo de gramatização brasileira do português, o que aponta para a possibilidade de emergência de um novo paradigma ou de novos paradigmas de gramatização” (VIEIRA, 2016, p. 38). Sendo assim, essas gramáticas partem de outras perspectivas teórico-metodológicas e tentam, ao máximo, efetivar a substituição da forma pelo uso, isso é o que a linguística costuma chamar de virada linguística. Logo, esses materiais são frutos desse movimento, como também ajudam a promovê-lo.

Estabelecer, então, o levantamento de pontos de continuidade e ruptura entre obras da tradição e da contemporaneidade foi relevante, a partir do momento em que partimos da ideia de que esses livros não emergem somente de perspectivas teóricas distintas, mas também de arcabouços categoriais diferentes e finalidades sociais divergentes. Enquanto as GNR idealizam a construção de uma língua ideal que deve ser seguida por seus usuários, as GBCP partem dos usos reais da Língua Portuguesa (embora nem sempre a partir de dados

efetivamente coletados), para, possivelmente, extrair reflexões sobre a estrutura e o funcionamento do português brasileiro.

## 1.2 PERGUNTAS DE PESQUISA

Sabendo das inconsistências que existem na descrição gramatical do português brasileiro nas GNR, que partem do prisma da tradição gramatical, e também das diferentes abordagens dos fenômenos morfossintáticos nas GBCP, uma vez que, de acordo com Vieira (2015), elas partem de demandas sociais específicas, bases teórico-metodológicas particulares e arcabouços categoriais distintos, o nosso trabalho procurou refletir sobre a abordagem da colocação dos pronomes oblíquos átonos, nesse caso a próclise, a mesóclise e a ênclise, que é realizada pelas GNR e pelas GBCP, para que assim possamos propor uma sistematização dessa categoria morfossintática.

Nesse sentido, as perguntas centrais que guiaram nossa investigação foram as seguintes:

- i) De que maneira a prescrição de regras envolvendo colocação pronominal nas GNR se afasta ou se aproxima dos usos reais do português brasileiro?
- ii) É possível e de relevância pedagógica sistematizar as descrições realizadas pelas GBCP envolvendo o processo de colocação dos pronomes oblíquos átonos?
- iii) Em que medida e de que maneira a sistematização dessas descrições pode efetivamente colaborar na construção de um padrão linguístico mais próximo da realidade falada e escrita dos brasileiros e subsidiar um ensino de gramática reflexivo e direcionado aos usos concretos da língua?

## 1.3 OBJETIVOS

Para responder a essas perguntas de pesquisa traçamos como objetivos gerais: explicar criticamente o tratamento que é dado à colocação dos pronomes oblíquos átonos nas GNR e GBCP e elaborar uma proposta de atividade, no que diz respeito a esse assunto, para o ensino de gramática na escola.

Para tanto, apresentamos, em seguida, os seguintes objetivos específicos desta pesquisa:

- a) Analisar e sistematizar as descrições realizadas pelas GNR e pelas GBCP envolvendo processo de colocação dos pronomes oblíquos átonos;
- b) Averiguar até que ponto as GBCP se aproximam ou se distanciam das GNR quando o assunto é a descrição do aspecto morfossintático em análise;
- c) Apresentar de que maneira as descrições e a sistematização empreendida no primeiro objetivo específico podem colaborar na construção de um padrão linguístico mais próximo da realidade falada e escrita dos brasileiros e subsidiar um ensino de gramática reflexivo e direcionado aos usos concretos da língua.

Diante disso, nossa pesquisa se alicerçou, então, sobre esses objetivos descritos e em torno das discussões que envolvem gramática, ensino de gramática e construção da norma-padrão do português brasileiro contemporâneo.

#### 1.4 JUSTIFICATIVA DO TRABALHO

Como sabemos, são cobradas inúmeras competências dos professores de Língua Portuguesa, como o repasse de regras gramaticais, para que os alunos possam compreender a norma-padrão e, assim, escrever e falar corretamente, além da aplicação dos exercícios de memorização de tópicos gramaticais. Isso é fruto de um modelo cultural que prioriza o ensino da norma e deslegitima aquilo que é considerado inadequado pela norma-padrão. De acordo com Faraco (2008), muitas vezes, essa norma-padrão é elaborada como uma norma *curta*, a partir de uma “concepção que apequena a língua, que encurta sua riqueza, que não percebe que o uso culto tem abundância de formas alternativas e não se reduz a preceitos estreitos e rígidos” (FARACO, 2008, p. 66).

Nesse sentido, esse trabalho se justificou por alguns motivos. Primeiramente, é importante promover essa sistematização de regularidades descritivas e regras normativas de gramática, tendo em vista que, na maioria das vezes, os professores não sabem quais materiais seguirem e acabam tomando as gramáticas de referência como principal fonte de conhecimento, já que elas trazem apenas prescrições sobre a língua portuguesa, evidenciando aquilo que é considerado certo ou errado pela norma-padrão. Ademais, a gramática é um material que pode ser encontrado com frequência nas aulas, porém a sua função é pouca e, quando utilizada, em algumas situações, é de maneira equivocada, seja pelo desconhecimento do objeto em uso ou, simplesmente, pelos docentes optarem pela prática de metalinguagem em detrimento de práticas que levam os alunos a refletirem sobre sua língua.

Um segundo motivo é que poucos trabalhos acadêmicos dão a devida relevância a investigar as GBCP, principalmente por serem publicações recentes. Diante desse fator, acreditamos na necessidade de pesquisa sobre esses novos instrumentos de investigação linguística. Pesquisas envolvendo esses materiais são, então, de suma importância, pois além de serem obras que refletem sobre os usos linguísticos, tanto da modalidade falada, como da escrita, servem ainda para emprendermos discussões sobre esses materiais que são ainda, infelizmente, desconhecidos por inúmeros alunos dos cursos de letras, como também por docentes que já estão na educação básica. Este tipo de pesquisa favorece a reflexão crítica e nos leva a erguer conhecimentos sobre esses materiais que são decorrentes da virada linguística, além de nos encaminhar a conhecer o português brasileiro.

Além disso, devido à imagem cultural que sempre existiu de que a gramática é um compêndio que serve para descrever e prescrever regras da Língua Portuguesa, as aulas, dessa disciplina citada, na maioria das situações, ou permearam em torno das normatização dos usos linguísticos ou serviram como espaço para divulgação de regras gramaticais. Como sabemos, não é bem assim, pois através do estudo de gramática podemos não somente refletir sobre os usos da língua, como também entender seu funcionamento. Na escola, além de um material que serve para os alunos saberem das regras que envolvem o português, serve também para que reflitam sobre o funcionamento de sua própria língua.

Ademais, as gramáticas ainda podem ser materiais de uso didático dos professores. Se bem usadas, podem servir como apoio pedagógico em sala de aula, capaz de fazer com que o docente direcione melhor as suas aulas sobre tópicos gramaticais, e não fique somente naquele plano didático metodológico que sempre existiu nas escolas brasileiras, que é o de transmitir regras, conceitos e normas para os alunos.

Por último, diante da pressão de pais, escola e sociedade, os professores ainda se perguntam: “É pra se ensinar gramática?”; “Que gramática ensinar?”; “Como fazer com que os alunos além de gostarem, aprendam gramática?”. Questionamentos como esses precisam ser respondidos. E pesquisas linguísticas que investiguem esses compêndios favorecem a incorporação de respostas para essas perguntas. Certamente, esse estudo pode trazer uma pequena contribuição para além da academia, atingindo também a educação básica.

## 1.5 ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Este capítulo do trabalho tem como principal finalidade não somente apresentar a nossa área de concentração de pesquisa, mas também discutir acerca do caminho que foi traçado para este trabalho. Desta maneira, tivemos como base teórica a Linguística Aplicada

(LA) de caráter transdisciplinar. Isto é, nossa discussão teórica atravessou as fronteiras disciplinares e os limites teóricos que, em algumas situações, são impostos pelas pesquisas linguísticas. Além disso, ao passo que iremos evidenciar a metodologia de pesquisa, iremos apresentar também nossos principais materiais de análise.

### 1.5.1 Linguística aplicada transdisciplinar

A presente pesquisa buscou respaldo teórico-metodológico na Linguística Aplicada de caráter transdisciplinar (*doravante* LA). Esse campo de pesquisa, segundo Moita Lopes (2006), consiste em uma “LA mestiça, obviamente de natureza indisciplinar/transdisciplinar” (MOITA LOPES, 2006, p. 14). A LA não busca engendrar seu corpo teórico, mas busca estabelecer relações entre duas ou mais disciplinas, a fim de criar inteligibilidade sobre problemas sociais em que a linguagem tem um papel central.

Além disso, é preciso dizer que essa LA é concebida como uma área que faz “a mediação entre a teoria e o ensino de línguas” (WIDDOSON, 1979 *apud* MOITA LOPES, 2009, p. 16). Dessa feita, tentamos, ao longo do trabalho, construir conhecimentos interligando as teorias linguísticas com questões voltadas para o ensino de gramática, especificamente a abordagem da colocação dos pronomes oblíquos átonos nos nossos materiais de análise.

Para comprovar isso, a “LA se inicia com a identificação de uma questão de uso da linguagem (não apenas no contexto escolar), seguida da busca de subsídios em áreas de investigação relevantes para depois empreender a análise da questão prática e as sugestões de encaminhamento” (MENEZES, SILVA & GOMES, 2009, p. 31). Nessa perspectiva, o nosso plano de trabalho se encaixa nos pressupostos da LA, no sentido que identificamos uma demanda social envolvendo um aspecto da morfossintaxe, nesse caso a colocação dos pronomes oblíquos átonos, e, posterior a isso, buscamos subsídios teóricos que proporcionassem conhecimentos acerca do tema, a fim de solucionar o problema de pesquisa configurado, empreendendo resultados e discussões sobre o que está sendo investigado.

### 1.5.2 Materiais e métodos de análise

A partir do que foi dito anteriormente, em relação à LA, a metodologia de pesquisa aponta, então, para um trabalho de natureza qualitativa e interpretativa, que se opõe à pesquisa de natureza quantitativa. Trata-se de uma pesquisa que se preocupou com “a

compreensão, com a interpretação do fenômeno [linguístico]” (GONSALVES, 2005, p. 68). Neste tipo de pesquisa, os dados falam ao pesquisador e exigem dele um olhar interpretativo, fazendo com que ele construa conhecimento sobre o problema em voga. Sendo assim, esta pesquisa procurou investigar, descrever e interpretar os seus objetos de pesquisa, que estão descritos nas subseções seguintes, no caso, as GNR e as GBCP. Além dessa descrição, fez-se uma exposição das categorias de análise que subsidiaram as análises destes objetos.

Dessa maneira, a pesquisa seguiu alguns passos, que foram de suma importância para a construção, principalmente, do capítulo 4 deste trabalho:

- i) Análise das GNR;
- ii) Análise das GBCP;
- iii) Sistematização dos dados;
- iv) Implicações pedagógicas de nossa análise.

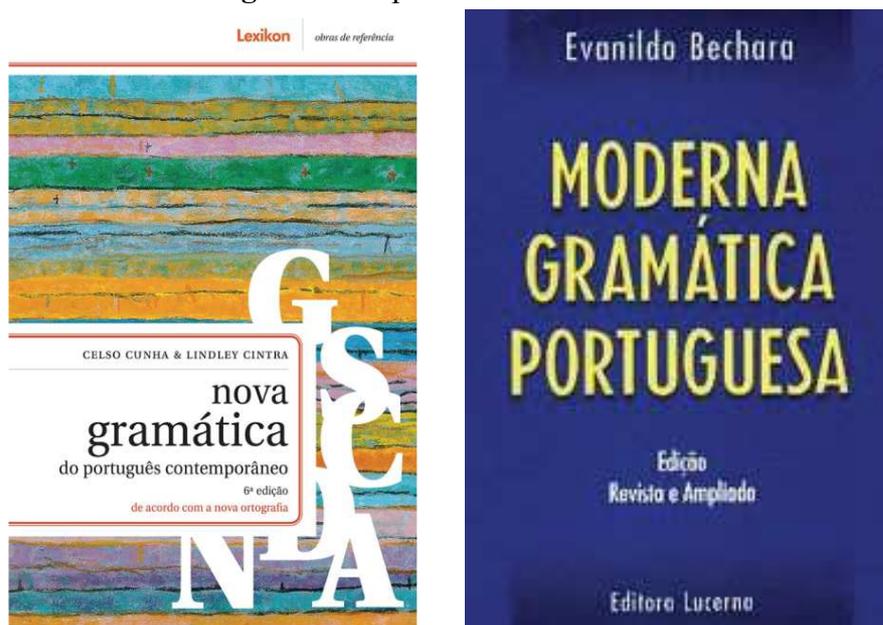
A construção do *corpus* de pesquisa, ou seja, a seleção das gramáticas que serão analisadas, esta se deu entre selecionar obras pertencentes à tradição gramatical e obras pertencentes ao quadro de gramáticas recentemente publicadas no mercado editorial, avessa à tradição prescritivista. Nesse sentido, apresentamos a seguir as GNR e as GBCP, principais materiais de análise desta pesquisa.

**Quadro 1** - Gramáticas Normativas de Referência (GNR)

<b>Obra</b>	<b>Autor(es)</b>	<b>Ano da 1ª edição</b>
<i>Nova gramática do português contemporâneo</i>	Celso Cunha e Lindley Cintra	1985
<i>Moderna gramática portuguesa</i>	Evanildo Bechara	1999

Fonte: Elaborado pelo autor.

**Figura 1** - Capas das GNR analisadas



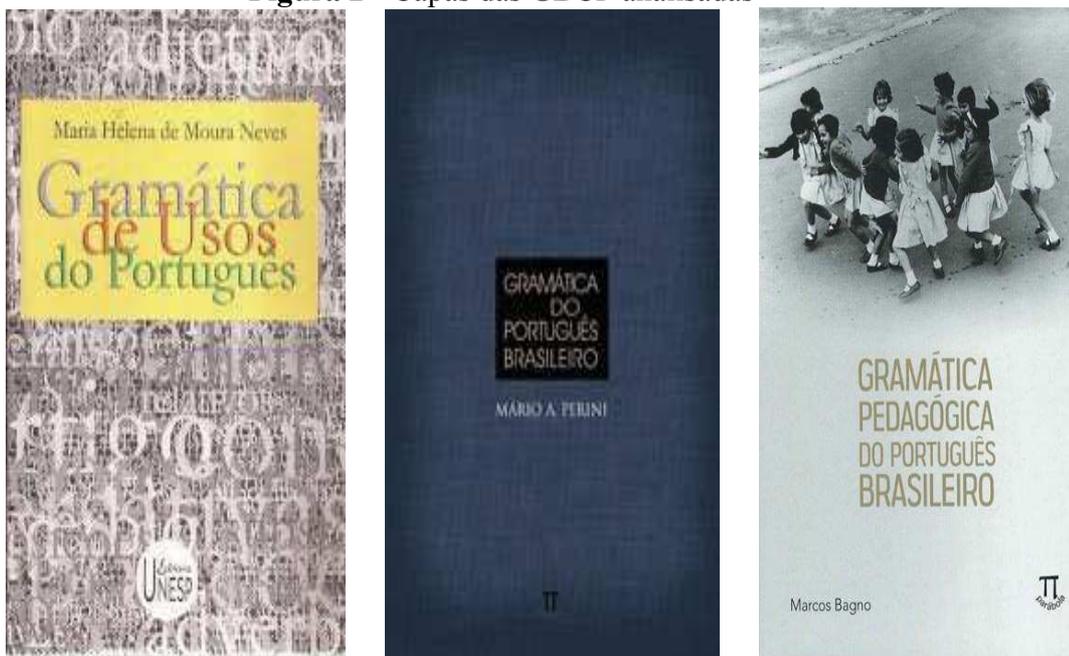
Essas gramáticas, as GNR, partem do prisma da tradição e se propõem a fazer uma descrição, que está muito mais para uma prescrição, da língua portuguesa. Sendo assim, são materiais que normatizam os usos linguísticos. Diferente desses materiais, citamos no quadro seguinte as GBCP escolhidas para análise.

**Quadro 2** - Gramáticas Brasileiras Contemporâneas do Português (GBCP)

<b>Obra</b>	<b>Autor(a)</b>	<b>Ano da 1ª edição</b>
<i>Gramática dos usos do português</i>	Maria Helena de Moura Neves	2000
<i>Gramática do Português Brasileiro</i>	Mario A. Perini	2010
<i>Gramática Pedagógica do Português Brasileiro</i>	Marcos Bagno	2012

Fonte: Elaborado pelo autor.

**Figura 2** - Capas das GBCP analisadas



Como critérios utilizados para selecionar as GBCP, apresentamos os seguintes:

- i) Uma gramática que trabalhasse predominantemente com dados da escrita. Desse modo, selecionamos a *Gramática dos usos do português*, de Neves (2000);
- ii) Uma gramática que trabalhasse predominantemente com dados da fala. Para tanto, selecionamos a *Gramática do Português Brasileiro*, de Perini (2010);
- iii) E, por fim, e não menos importante, uma gramática que contemplasse dados da escrita e da fala. Sendo assim, selecionamos a *Gramática pedagógica do Português Brasileiro* de Bagno (2012);

A gramática de Neves (2000) é descritiva, apresenta usos reais da língua, foi pensada e elaborada a partir do exame de ocorrências reais e promove uma análise dos usos documentados da língua portuguesa do Brasil. Sendo assim, além de descritiva, se propõe a apresentar usos reais, distantes da intuição linguística ou da tradição gramatical. Como ela mesma diz, na *Gramática dos usos do português*, “o funcionamento dos itens da Língua portuguesa é descrito segundo seu uso efetivo no amplo *corpus* escrito disponível, com ocorrência de diferentes registros e gêneros, entendendo-se que a avaliação dos usos é o objeto e é a meta natural [...] (NEVES, 2014, p. 70-71). Então, ela preza em sua obra pela efetividade dos usos linguísticos, a partir de diferentes registros de documentos em um banco de dados da língua escrita.

Perini (2010), diferente de Neves (2000), direciona sua gramática como uma obra que vai pensar e dialogar com questões envolvendo o ensino de gramática. Ele se questiona porque devemos ensinar gramática e qual gramática ensinar. Defende, antes de tudo, que a gramática faz parte da formação científica dos alunos que estão na educação básica. Para tanto, procura “[...] retratar a língua portuguesa do Brasil tal como se apresenta na fala espontânea do povo (o português brasileiro falado) e na imprensa atual (a língua padrão do Brasil)” (PERINI, 2014, p. 49). Desta maneira, o gramático faz da sua obra um encontro entre o português falado, que representa a espontaneidade do povo, e um português padronizado, advindo da imprensa brasileira.

Em contrapartida, Bagno (2012) aponta sua gramática como um compêndio gramatical propositivo, ou seja, uma obra centrada na construção de propostas representativas para alunos dos cursos de Letras e Pedagogia, uma vez que o autor defende que os alunos saem desses cursos com graves lacunas. A gramática de Marcos Bagno se propõe, então, a realizar:

“[...] uma descrição da realidade sociolinguística do português brasileiro contemporâneo para, fundamentando-se nela, *sugerir* que as características lexicogramaticais já há muito tempo fixadas nas *variedades urbanas de prestígio*, faladas e escritas [...], sejam o verdadeiro objeto de uma pedagogia de língua materna sintonizada com os avanços da pesquisa linguística e das ciências da educação” (BAGNO, 2012, p. 95).

Nesse sentido, focaliza não somente nos usos escritos, ou unicamente nos usos falados, mas faz uso das duas modalidades linguísticas, para descrever a realidade sociolinguística do Brasil.

Como partimos de um *corpus* de pesquisa constituído por documentos – as gramáticas brasileiras –, nossa pesquisa é também de cunho documental (MOREIRA & CALEFFE, 2008), uma vez que analisamos e comparamos esses instrumentos gramaticais, com o intuito de refletirmos sobre a abordagem que eles fazem da colocação dos pronomes oblíquos átonos. Em seguida são, então, apresentadas as categorias de análise que guiaram este trabalho.

### 1.5.3 Categorias de análise

Esta subseção tem como objetivo apresentar as principais categorias de análise que deram subsídios à pesquisa. Para tanto, apresentamos no quadro 3 as categorias de análise para as GNR, e no quadro 4 as categorias que deram norte às análises das GBCP.

**Quadro 3 - Categorias de análise das GNR**

<b>Categorias de análise</b>	
i)	Texto de apresentação da obra;
ii)	Localização e organização da(s) seção(ões);
iii)	Natureza dos dados linguísticos;
iv)	Categorias e conceitos utilizados;
v)	Descrição/prescrição gramatical.

Fonte: Elaborado pelo autor.

**Quadro 4 - Categorias de análise para as GBCP**

<b>Categorias de análise</b>	
i)	Texto de apresentação da obra;
ii)	Constituição do arcabouço teórico;
iii)	Localização e organização da(s) seção(ões);
iv)	Natureza dos dados linguísticos;
v)	Categorias e conceitos utilizados;
vi)	Descrição/prescrição gramatical;
vii)	Continuidades e rupturas com a tradição gramatical.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Partindo desses quadros que representam as categorias de análise da nossa pesquisa, é possível perceber o diálogo entre cinco pontos dos quadros 3 e 4 (Texto de apresentação das obras; Localização e organização da(s) seção(ões); Natureza dos dados linguísticos; Categorias e conceitos utilizados; Descrição/prescrição gramatical). Isso se dá pelo fato de que nos propomos a comparar as gramáticas normativas e as GBCP e, conseqüentemente, estabelecer os pontos de continuidade e ruptura entre os dois conjuntos de gramática. Diante disso, é de extrema importância a repetição dessas categorias de análise citadas anteriormente.

Nesse sentido, a categoria de análise *Texto de apresentação da obra* tem como principal objetivo analisar os textos de apresentação das gramáticas, observando se, realmente, elas cumprem com o que está sendo apresentado nesses textos, ou se apenas os utilizam como espaço para propagar informações, que nem sempre são veiculadas nos textos das gramáticas.

A categoria de análise *Localização e organização das seções* se dedica a analisar como são organizadas as seções que nos propomos a analisar, nas GNR e nas GBCP, com a

finalidade de observar e responder a alguns questionamentos: As gramáticas dedicam única e exclusivamente apenas uma parte da obra para descrever e discutir sobre o tema em evidência?; Os autores recorrem a outros espaços, dentro das obras, para abordar o tópico dos pronomes oblíquos átonos? Se sim, quais e de que modo?.

Na categoria de análise *Natureza dos dados linguísticos*, analisamos qual a natureza dos dados linguísticos que são utilizados para representar os conceitos, se os exemplos são criados, se são advindos de corpus de fala, de escrita. Analisamos isso tanto nas GNR, como nas GBCP, a fim de comparar os dados linguísticos que são usados pelas obras.

O ponto de análise *Categorias e conceitos utilizados* teve como principal objetivo levantar conhecimentos de como são tratadas as categorias e conceitos envolvendo a colocação dos pronomes oblíquos átonos por cada autor das gramáticas que foram analisadas, de que maneira eles abordam esse fenômeno linguístico, e perceber como é apresentado os pronomes oblíquos átonos em diferentes situações de interação, seja na fala ou na escrita.

A categoria *Descrição/prescrição gramatical* nos permitiu levantar reflexões acerca da construção do conceito de norma que emerge das gramáticas que foram analisadas. Sendo assim, percebemos não somente quais conceitos de norma estão imbricados nesses instrumentos, mas também analisamos até que pontos as GBCP, por exemplo, se aproximam ou se distanciam da norma-padrão tradicional.

Além dessas cinco categorias de análise, que são reproduzidas nos quadros 3 e 4, temos ainda mais duas que foram utilizadas para refletirmos apenas sobre as gramáticas que são reflexos da virada linguística, ou seja, as GBCP. Essas duas categorias de análise deram suporte para que pudéssemos evidenciar as bases teóricas das GBCP e os pontos de continuidade e/ou ruptura desses materiais para com o ensino tradicional de gramática.

Uma dessas categorias é intitulada *Constituição do arcabouço teórico* e teve o objetivo de perceber como é construído o arcabouço teórico das GBCP. Em outras palavras, apontou quais são as principais teorias linguístico-gramaticais utilizadas nas gramáticas. A outra recebe o nome de *Continuidades e rupturas com a tradição gramatical* e se deteve em compreender até que ponto as obras se aproximam ou se afastam da tradição, partindo do pressuposto de que elas fazem uma nova abordagem gramatical, diferente da que conseguimos ver nas GNR, que atende às necessidades linguísticas e que não promove uma cultura normativa, quando nos referimos aos usos do português brasileiro.

## 2 ENSINO DE GRAMÁTICA E VIRADA LINGUÍSTICA

---

Costumeiramente, quando falamos em aulas de gramática, as pessoas pensam, meio que de modo involuntário, em aulas sobre regras de português. Isso foi (e continua sendo) visto durante uma larga escala de tempo. Partindo desse pressuposto, escola, sociedade e pais exigem que as aulas de gramática sejam, basicamente, para que os alunos aprendam regras aplicáveis em exames e concursos vestibulares. Na concepção dessa tríade (escola, sociedade e pais), essa pedagogia é realmente válida para os estudantes da educação básica. Não adianta, por exemplo, estudar o uso da linguagem; é de suma importância somente aprender a forma e as regras, sejam elas gerais ou particulares, assim como reza a tradição gramatical, para apresentar um bom desempenho nas provas que os alunos, possivelmente, vão encarar em alguma fase da vida.

Esses alunos enfrentavam verdadeiros embates linguísticos contra os professores (normativos) nas aulas de Língua Portuguesa, uma vez que eram diariamente marginalizados pelos seus usos linguísticos e pela forma de escrever ou falar. Diante disso, a escola não tem há um bom tempo aproveitado a amplidão do português, nem ao menos trabalhado em cima disso. Há uma maior relevância de se estudar gramática para aprovar em concursos e/ou vestibulares de universidades brasileiras, e até mesmo mostrar uma superioridade linguística em detrimento de práticas que valorizem o uso da linguagem.

Isso, de acordo com Antunes (2007, p. 15), “se mistura numa imensa confusão, agravada pelas pressões sociais em torno do ideal de um falar correto, supostamente mais perfeito e prova de superioridade intelectual e cognitiva”. Não é a gramática em si que vai julgar os erros de português das pessoas, mas sim uma sociedade que julga e regulamenta os usos linguísticos que fogem ao esperado, e caso não consigamos mostrar domínio das regras, seremos, conseqüentemente, menosprezados por não termos a superioridade intelectual e linguística que se é esperada por um aluno que tem aulas de Língua Portuguesa (LP).

Na contramão desses pensamentos, surgem alguns materiais que são reflexos da virada linguística. Inclusive, as Gramáticas Brasileiras Contemporâneas do Português (GBCP) são frutos e reflexos da virada. Segundo Vieira (2016, p. 32), “é uma espécie de mudança de paradigma nos estudos da linguagem e, posteriormente, no ensino de língua, em que se opera uma mudança de perspectiva: a forma (sistema linguístico), antes predominante, cede espaço ao uso (contexto pragmático)”. Não adianta mais ter um ensino somente calcado no sistema linguístico, há uma necessidade de fundamentar as aulas de gramática à luz do contexto pragmático da língua.

As GBCP têm como principal finalidade romper com uma tradição gramatical normativa que perdura há anos. Esses novos instrumentos gramaticais perpetuam e mostram a língua como ela realmente é, evidenciando seus usos e funcionalidades, para que seus leitores possam ter acesso a um material que descreve a língua além de uma estrutura ou forma.

Sendo assim, para aprofundarmos nossos pensamentos e reflexões sobre gramática, ensino de gramática e virada linguística, esse capítulo do trabalho é dividido, pois, em três subseções: *Gramática tradicional: uma tradição histórica (e normativa)*, *Ensino de gramática: da metalinguagem à análise linguística*, e por último, e não menos importante, *A influência da virada linguística no ensino de língua portuguesa*

No primeiro ponto, intitulado *Gramática tradicional: uma tradição histórica (e normativa)*, iremos discutir acerca da cultura normativa instaurada pela gramática tradicional e que reflete até hoje no ensino de LP. O segundo ponto, denominado *Ensino de gramática: da metalinguagem à análise linguística*, vai contemplar pontos de discussão sobre o ensino de gramática, indo desde as práticas metalinguísticas até as de análise linguística, e de como tudo isso reflete na formação linguística do aluno. E no terceiro e último ponto, *A influência da virada linguística no ensino de Língua Portuguesa*, vamos levantar considerações acerca da relevância da virada linguística para a sala de aula, e não somente isso, como também para a produção de instrumentos gramaticais que são frutos, reflexos e consequências desse movimento.

## 2.1 GRAMÁTICA TRADICIONAL: UMA TRADIÇÃO HISTÓRICA (E NORMATIVA)

Não é de hoje que a cultura normativa da língua está nos estudos da linguística ou até mesmo nas aulas de LP nas escolas. As pessoas não discutiram as manifestações linguísticas somente com o advento das pesquisas sobre língua e linguística. Desde a cultura greco-romana que existem os diálogos sobre as manifestações linguísticas, inclusive Platão foi o primeiro pensador europeu a refletir sobre problemas linguísticos (VIEIRA, 2015).

É válido ressaltar que “a gramática como a conhecemos hoje, isto é, um livro contendo as regras de como falar e escrever corretamente a língua materna, teve origem na Espanha de Isabel Castela” (DUTRA, 2003, p. 16-17). Isso serve, pois, para mostrar que a gramática sempre esteve nas culturas ocidentais promovendo a instalação de uma cultura linguística.

A gramática surge, então, não somente para descrever uma língua, como também, de acordo com Antunes (2007), para representar algumas acepções: conjunto de regras que definem o funcionamento de uma língua, conjunto de normas que regulam o uso da norma

culta, disciplina de estudo, compêndio descritivo-normativo sobre a língua e uma perspectiva de estudos dos fatos da linguagem.

Em relação ao último ponto, a gramática como uma perspectiva de estudo, Borges Neto (2012) disserta que a gramática tradicional é uma teoria linguística que teve sua formação completada já na idade média e é base do pensamento sobre as línguas humanas em, pelo menos, todo o mundo ocidental. Em outras palavras, a gramática tradicional sempre esteve presente na cultura ocidental, seja como forma de reprimir os usos linguísticos, seja como forma de descrever a língua.

Por ser uma teoria linguística, a gramática tradicional é, então, segundo Borges Neto (2012, p. 89):

(...) uma teoria das línguas humanas (...). Como toda teoria, a GT [gramática tradicional] possui um conjunto de pressupostos que constituem o seu núcleo e alguns “modelos de análise” que normalizam as formas a serem obedecidas pelas análises de línguas particulares (ou fenômenos particulares) efetuadas pelos gramáticos. Em outras palavras, as análises propostas pelos gramáticos devem seguir determinadas linhas de raciocínio (e obedecer aos pressupostos) para que sejam aceitas como análises “legais” dentro de seu quadro teórico.

Partindo desse pressuposto, o sistema normativo sempre esteve presente nas práticas de perpetuação da linguagem, seja através de situações de menor monitoramento, como também nas de maior monitoramento, respectivamente, representadas pela fala e pela escrita. A escola e a gramática, então, não ficam de fora quando o assunto é normatizar os usos da língua.

O ensino tradicional de gramática age desde cedo como um mecanismo de ordem e monitoração linguística, prendendo os alunos a regras e preceitos que nem sempre condizem com a realidade linguística deles que estão na educação básica. Esse ensino pode ser entendido como um “conjunto de práticas que se solidificaram com o passar do tempo, com regularidade de ocorrência, o que terminou por constituir uma tradição” (MENDONÇA, 2006 *apud* SILVA, 2010, p. 953). Não é um movimento que surge na contemporaneidade, ele vem desde um conjunto de práticas de sala de aula que se solidificaram com o tempo.

No ensino tradicional de gramática, o aluno é visto, então, não como um usuário da língua, capaz de perceber as nuances do sistema linguístico, mas como um simples depositário de regras gramaticais e nomenclaturas, para depois disso responder a uma série de exercícios que não vão passar da análise do período simples.

Diante disso, a gramática tradicional (*doravante* GT) é sempre enfocada como uma obra acabada (RIBEIRO 2001 *apud* SILVA, 2010, p. 953), incapaz de passar por modificações. Contudo, a língua é heterogênea e vulnerável a inúmeras modificações de

acordo com o tempo e com os avanços dos estudos linguísticos. Sendo assim, a GT vai de encontro às pesquisas linguísticas contemporâneas que acreditam que, ao passo das mudanças culturais, sociais e geográficas, seguem as mudanças da língua. Isto é, as mudanças linguísticas são consequências das mudanças culturais, sociais e geográficas.

Na GT, os aspectos morfossintáticos são vistos, então, como categorias estanques, sem mudanças e são pensadas enquanto regras estáticas. Isso reflete em sala de aula, onde as práticas partem do ensino da metalinguagem em detrimento das práticas de análise linguística. Conforme apontamos em outro tópico adiante.

Dando continuidade, a gramática ainda pode ser vista como uma ferramenta de “explicitação do conjunto de regras e princípios, permitindo o seu funcionamento, e que fazem parte do saber linguístico de qualquer ser humano normal” (MATTOS E SILVA, 2004, p. 79). Todavia, o senso comum, incluindo a comunidade escolar, não para pra pensar, na maioria das situações, que também é preciso dialogar e questionar sobre o funcionamento da língua nas aulas de LP, e não somente na exposição de regras e princípios, os quais os alunos precisam decorar.

Isso é fruto, reflexo e consequência de uma cultura linguística em que as pessoas se acostumaram a pensar que as aulas de LP não servem para refletir sobre o funcionamento e a dinâmica da língua, e que os encontros de aula servem somente para transmitir regras, corrigir erros e falar sobre conceitos aos alunos. Partindo desse princípio, ainda surge outro equívoco referente ao ensino de gramática, o de achar que esse deve se concentrar somente no ensino médio (VITRAL, 2002), uma vez que é nesse segmento de ensino que os alunos precisam fixar todas as regras e conceitos, para conseguir aplicar em concursos e vestibulares.

Esses equívocos são decorrentes, na maioria das situações, da naturalização da GT, segundo postula Borges Neto (2013). Os professores e as teorias linguísticas contemporâneas reconhecem a GT, contudo não rompem com o que é postulado por ela, transformando seu uso em um movimento protocolar, ou seja, mecânico e automático. De acordo com o autor supracitado, “[...] as teorias linguísticas contemporâneas só conseguem observar os fenômenos linguísticos filtrados pela teoria da gramática tradicional, incorporando, inconscientemente, os resultados consolidados pela teoria tradicional[...]” (*idem*, p. 1), ou seja, a GT ainda consegue exercer uma grande influência sobre os estudos da contemporaneidade. Sendo assim, nossa pesquisa vai tentar explorar, no capítulo de análise, quais são os pontos de continuidade e ruptura entre a tradição e a contemporaneidade no tocante à abordagem da colocação dos pronomes oblíquos átonos e, conseqüentemente,

perceber se ainda há alguma influência da tradição na produção dos novos instrumentos de gramatização<sup>1</sup>.

Dessa feita, naturalizar a GT pode ser uma tentativa arriscada, quando pensamos que o uso protocolar desse tipo de gramática pode estreitar e apequenar as discussões sobre língua, uma vez que “naturalizar uma teoria é abrir mão de possibilidades outras de construir o objeto teórico” (BORGES NETO, 2013, p. 6). Sendo assim, essa naturalização é uma ponte para fecharmos nossos olhos somente para uma perspectiva científica. Além disso, é uma forma de não nos submetermos a outros vieses teóricos.

Sabendo disso, é preciso nos atentarmos para o fato da GT realizar as descrições gramaticais de maneira ateórica, apresentando os dados de maneira objetiva, sem partir de nenhuma perspectiva teórica. A GT, como dito em outro momento desse texto, é a própria teoria.

Se partirmos dessa concepção, vamos estar propagando um ensino de gramática que tem como um único objetivo se “ajustar às normas de uso idealizado como corretas/adequadas” (MATTOS SILVA, 2004, p. 81). E como sabemos não é bem assim que deve ocorrer. As aulas de gramática tradicional não precisam, pois, serem banidas do currículo escolar, elas precisam passar por reformulações e partir de outros tipos de abordagem, que rompam com os postulados da tradição gramatical.

Os professores da educação básica também não pecam por ensinar a gramática tradicional, tendo em vista que a cultura normativa faz com que “a primeira coisa que [venha] à cabeça quando se fala em saber português, particularmente em ambiente escolar, é a ideia do domínio de um conjunto de regras categoriais e explícitas que determinam como é que se deve falar e escrever” (BRITTO, 1997, p. 27). Desta feita, não somos culpados por ensinar gramática tradicional, isso é impermeabilizado por uma cultura que faz com que pensemos dessa forma. O que não pode acontecer é a propagação de regras e conceitos que vão afetar os usos linguísticos dos alunos.

Por trás desse pensamento, ainda há um conjunto de normas que não somente estreitam os usos da língua, como também idealizam um tipo de língua que deve ser tomado como o ideal e correto. A necessidade de criar um padrão e ideal linguístico torna-se, logo, uma “necessidade” até da imprensa, que via na língua uma oportunidade de discriminar os usos linguísticos das pessoas.

---

<sup>1</sup> De acordo com Vieira (2016, p. 21), que toma o conceito de Sylvain Aurox (1992, p. 65), gramatização é o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário.

E sobre isso, Dutra (2003, p. 20) vai dizer que “[...] a preocupação normativista – ou seja, a preocupação em erradicar do falar-pátrio todos os vestígios do vernáculos – tem sido a preocupação central desses compêndios gramaticais”. Ou seja, por anos a preocupação das gramáticas foi erradicar os possíveis erros de uma língua e criar padrões para os usos linguísticos. Isso contribuiu, conseqüentemente, para a surgimento da chamada norma-padrão, que Faraco (2011) intitula de norma *curta*, capaz de encurtar os usos linguísticos e emitir juízos de valor em relação à funcionalidade de uma língua.

Dessa forma, alguns manuais, como as GNR vão fazer parte do conjunto de obras que deslegitimam alguns usos da LP, como diz Faraco (2011, p. 268):

[esses] manuais que emitem juízos categóricos sobre os fatos linguísticos; manuais que têm uma atitude sempre condenatória (é erro, e pronto); que, não raras vezes, desqualificam os falantes (gosto sempre de mencionar, como exemplo disso, a “a graciosa” expressão com que um desses manuais nos trata – “quadrilha de dilapidadores do idioma”).

Sendo assim, a norma curta vai prestigiar somente aqueles usos considerados adequados socialmente. Tudo aquilo que fugir da normalidade vai ser desconsiderado. Tal fato também nos remete à concepção de que por muito tempo ler e escrever bem era, pois, uma manifestação de poder das elites brancas e urbanas, ou seja, só tinha sucesso social as pessoas que conseguiam adequar seus usos linguísticos às regras de português.

E foi o português de Portugal que por muito tempo era considerado o único correto e adequado às situações linguísticas. Além disso, a literatura era, pois, o ponto de encontro dos escritores que escreviam bem, ela foi tida como um modelo a ser seguido e cultivado, uma vez que “o que se cultivava e cultuava nas “Belas Letras” era uma literatura clássica: só merecia estudo a “grande” prosa, a “grande poesia”, a “grande dramaturgia” (BAGNO, 2009, p. 13).

As GNR foram produzidas à luz desses pensamentos categóricos. Vieira (2016, p. 23) aponta que esses instrumentos de gramatização “reverberam o discurso de que a melhor língua é a dos literatos do passado” e dão continuidade ao que ele chama de PTG, Paradigma Tradicional de Gramatização, “legado alexandrino quando o assunto é a elaboração de gramáticas” (*idem*).

Esses instrumentos de gramatização, de acordo Vieira (2016), buscam construir um padrão linguístico ideal, confundem gramática, norma e língua, privilegiam a escrita literária, tomam a frase como unidade máxima de análise e utilizam um aparato categorial, conceitual e terminológico comum e estanque. Dito de outra maneira, as gramáticas tradicionais não

seguem nenhuma teoria linguística contemporânea, não analisam às manifestações linguísticas tendo como base o texto e desconsideram alguns usos linguísticos.

A partir de tudo que foi discutido nessa subseção percebemos, portanto, que a gramática de referência foi responsável por instaurar uma cultura linguística normativa, que, como foi falado, nem sempre condiz com a realidade dos usuários de uma língua, nem sempre condiz com o aluno que está na escola. Diante disso, Franchi (2006) elenca alguns pontos que são transparecidos por meio das gramáticas tradicionais:

- i) Existe uma modalidade culta e bela; outra, coloquial feia e vulgar;
- ii) Para estabelecer o paradoxo do ponto i toma-se como base a prática de bons escritores;
- iii) Com base no uso consagrado pelos bons escritores e o referente dos especialistas e professores, sabe-se o que se pode e o que não se pode falar ou escrever;
- iv) Falar e escrever bem, sobretudo escrever bem, é uma habilidade a ser desenvolvida na escola;
- v) Saber gramática significa não somente conhecer normas de bem falar e escrever, mas ainda usá-las ativamente na produção dos textos.

Sendo assim, acreditou-se por muito tempo que para falar e escrever bem deve-se não somente saber gramática, como também ter como base a escrita de literatos do passado e de especialistas da língua. A língua escrita dessas pessoas era tomada como a ideal e a correta. Qualquer variação era considerada feia, vulgar e coloquial.

As GNR foram responsáveis, então, por instalar essa cultura do bem falar e do bem escrever. São baseadas em arcabouços teóricos nulos, ou seja, não há uma teoria que fundamente a produção desses instrumentos de gramatização, e seguem, como diz Vieira (2015), em sua tese de doutoramento, um PTG.

## 2.2 ENSINO DE GRAMÁTICA: DA METALINGUAGEM À ANÁLISE LINGUÍSTICA

Os discursos envolvendo o ensino de gramática são muitos, indo desde o ensino metalinguístico até a prática de análise linguística, de tal modo que os professores de LP ainda se perguntam o que pode ser compreendido como ensino de gramática tradicional e como prática de análise linguística. Para tanto, essa subseção tem como objetivo principal discutir sobre o ensino de gramática e suas diferentes abordagens em sala de aula.

Alguns autores discutem e dialogam sobre o tema, e evidenciam algumas abordagens que podem ser realizadas em sala de aula para barrar a insuficiência do ensino tradicional de gramática. Dessa forma, vamos trazê-los à baila, para que possamos evidenciar sobre as falhas que são provenientes do ensino de gramática tradicional (*de agora em diante* GT) e o que pode ser considerado como análise linguística na educação básica.

Para início de conversa, “o jeito tradicional de ensinar gramática ainda está presente, ao passo que novas práticas já são encontradas” (MENDONÇA, 2006, p. 200). Ocorre, então, na educação básica, um movimento de transição, entre as práticas que dão vez à GT e as práticas que promovem a análise linguística, decorrente ainda da influência da tradição gramatical na formação dos docentes. É válido ressaltar que esse problema não é somente reflexo da formação docente, como também é fruto dos materiais didáticos, os guias de conduta na sala de aula, que são consultados para o planejamento das aulas de português.

Dessa forma, precisamos dialogar a favor de uma mudança na prática pedagógica do ensino de línguas, sobretudo, no ensino de língua materna. Mudar o ensino de língua implica mudar o olhar sobre a gramática. Implica ainda descobrir como essas mudanças de perspectiva repercutem em sala de aula. É pela ausência do “querer descobrir” que, na maioria das vezes, as aulas de gramática se detêm somente às aulas expositivas de regras e nomenclaturas. Mudar o prumo das discussões sobre linguagem pode aflorar, em sala de aula, questionamentos que nos levem a pensar sobre língua e, sobretudo, regras de gramática.

É com a mudança nas discussões sobre o ensino de língua materna que inúmeras abordagens surgem para subsidiar as práticas pedagógicas dos professores e, conseqüentemente, para que elas não fiquem somente naquilo que é esperado em uma aula de português: resolução de exercícios mecânicos de análise sintática e morfológica. As novas abordagens tentam ver a gramática a partir do texto e de suas multifuncionalidades, por exemplo.

Uma dessas abordagens, é a prática de análise linguística, que já é bastante discutida não só academicamente, como também na educação básica pelos professores de português. Sabendo disso, a análise linguística se constitui, então, como uma:

[...] alternativa à prática tradicional de conteúdos gramaticais isolados, uma vez que se baseia em textos concretos e com ela se procura descrever as diferentes operações de construção textual, tanto num nível mais amplo (discursivo) quanto num nível menos (quando se toma como objeto de estudo, por exemplo, uma questão ortográfica ou mórfica) (SUASSUNA, 2012, p. 13-14).

Partindo desse pressuposto, a prática de análise linguística surge como uma alternativa, entre inúmeras, de alterar a cena do ensino de gramática na educação básica. Partir da perspectiva da análise linguística é sinônimo de fugir de conteúdos gramaticais isolados que em nada se conectam e que, conseqüentemente, não permitem que o aluno compreenda o real sentido de estudar LP na escola.

Além disso, realizar tal prática em sala de aula ainda permite que o aluno abandone aquela antiga e ultrapassada ideia de que aula de português deve ser somente para aprender regras e completar exercícios de classificação morfosintática. Para isso, a análise linguística consegue romper os horizontes do docente, permitindo que ele alie conteúdos gramaticais aos textos.

Contudo, é válido ressaltar que o texto não pode ser somente um pretexto para inserir esses conteúdos em sala de aula. A análise linguística permite que o professor trabalhe com as multifuncionalidades de sentidos que um texto pode possuir, uma vez que “inclui tanto o trabalho sobre questões tradicionais da gramática quanto questões amplas a propósito do texto” (SUASSUNA, 2012, p. 13).

Isso reflete, conseqüentemente, no desenvolvimento da escrita do aluno. Costumamos pensar que o aluno, para escrever bem, precisa aprender todas as regras de gramática e, posteriormente, ser capaz de aplicá-las em uma produção escrita cobrada pelo professor. Todavia, o aluno aprende de forma isolada essas regras, para depois tentar aplicar em um texto, o que se torna, então, uma prática equivocada, pois, segundo Buin (2004) a gramática deve estar a serviço do desenvolvimento da escrita do aluno.

Dessa maneira, “a partir da escuta, leitura ou escrita de um determinado gênero é que se buscará ensinar recursos gramaticais relevantes e necessários para a compreensão e para o desenvolvimento da escrita desse gênero” (BUIN, 2004, p. 170). Em outras palavras, é plausível estudar gramática a partir do texto, e não de forma isolada, como é de costume nas salas de aula. É a serviço do texto que podemos explorar as diferentes funcionalidades de um tópico de gramática e evidenciar ao aluno que aprender língua não é somente decorar regras linguísticas.

Isso é o que Costa Val (2002) denominou *gramática do texto e no texto*, que diz “respeito ao conjunto de conhecimentos e habilidades dos falantes que lhes possibilita interagir linguisticamente produzindo e interpretando textos, falados e escritos, nas diversas situações de sua vida”. Noutros termos, é o saber internalizado dos alunos a partir das manobras com o texto que vai habilitá-los a lidar com os recursos linguísticos.

E como sabemos, raramente isso acontece nas aulas de LP. O professor primeiro ensina gramática, para depois passar para o texto. E como dito por Costa Val (2002), é sabendo sobre o texto que o aluno vai apresentar competências e habilidades suficientes para dominar questões linguísticas.

Perante isso, saber gramática extrapola aquilo que conhecemos na educação básica. O saber gramatical significa “ser capaz de interagir com sucesso nas diversas práticas sociais de linguagem, usando adequadamente diferentes variedades da língua, de acordo com as circunstâncias que condicionam esse uso” (COSTA VAL, 2002, p. 111). Logo, é insuficiente querer que nosso aluno aprenda gramática somente decorando regras e respondendo a exercícios classificatórios de sintaxe. Para corroborar a nossa exposição teórica, lançamos mão de Angelo (2010), o qual aponta que o ensino de gramática não pode se dar isoladamente, mas na articulação entre gramática e texto.

Essa discussão não advém somente da contemporaneidade, como alegam muitos docentes. As discussões sobre ensino de gramática e prática de análise linguística são desenvolvidas desde os anos 80, em que havia “uma necessidade de investir em um ensino de conhecimentos gramaticais articulado à leitura e à produção de textos escritos, superando uma tradição escolar centrada na memorização de regras e taxonomias” (SILVA & MORAIS, 2009, s/p). Contudo, é válido ressaltar que muitos docentes não tinham acesso a esse tipo de informação e, conseqüentemente, eram impossibilitados de renovar a sua prática pedagógica, no tocante ao ensino de gramática.

Criticar o ensino tradicional de gramática e, por conseguinte, o normativismo linguístico não quer dizer, necessariamente, o abandono do ensino de gramática. Os conteúdos gramaticais não podem desaparecer do ensino de LP ou ser repassados para os alunos de qualquer maneira, uma vez que, de acordo com Faraco (2008, p. 160-161):

[...] se os conteúdos gramaticais não podem desaparecer do ensino, também não podem simplesmente permanecer arrolados e repassados como no ensino tradicional. Só existe sentido em estudar gramática, se esses conteúdos estão claramente subordinados ao domínio das atividades de fala e escrita, isto é, se eles têm efetiva relevância funcional.

As atividades que envolvem o ensino de gramática não podem estar desvinculadas do ensino de leitura e escrita. Como demonstrado, no capítulo de análises, as GNR, raramente, promovem uma relação explícita entre atividades de leitura e escrita e atividades de gramática. É mais cômodo planejar atividades metalinguísticas, a língua pela língua, do que atividades epilinguísticas.

Sobre esses tipos de atividade, Suassuna (2012) disserta que as atividades metalinguísticas são as que se desenvolvem na escola nas aulas de língua portuguesa, enquanto as atividades epilinguísticas dizem respeito à capacidade do falante de operar sobre a linguagem. Observemos o quadro a seguir que destaca as diferenças entre atividades metalinguísticas e atividades epilinguísticas.

**Quadro 5 - Diferenças entre atividades metalinguísticas e epilinguísticas**

<b>Atividades metalinguísticas</b>	<b>Atividades epilinguísticas</b>
i) São praticadas de modo consciente;	i) Se constituem na gramática internalizada de cada falante;
ii) Se desenvolvem sistematicamente;	ii) Se desenvolvem através das escolhas dos falantes;
iii) Exigem uma taxonomia;	iii) Não exigem do usuário da língua uma taxonomia;

Fonte: Produzido pelo autor, inspirado nas contribuições de Suassuna (2012).

Dessa forma, o quadro nos dá norte, para que consigamos salientar as principais diferenças entre esses dois tipos de atividades. Diante disso, é preciso fazer com que as atividades epilinguísticas ocupem o espaço de protagonista nas aulas de LP.

Além dessas duas atividades, é bom salientar que ainda existem as atividades linguísticas, que remetem às atividades de linguagem propriamente dita, ou seja, os usos que fazemos da língua (Suassuna, 2012). Dito de outro modo, são as atividades que realizamos cotidianamente ao fazermos uso da língua(gem).

Dando continuidade, o ensino de gramática, como visto até aqui, não pode se restringir única e exclusivamente ao ensino de taxonomias ou à aplicação de exercícios classificatórios e de memorização de conceitos. Precisamos ir além disso. Há uma necessidade de fazer com que, além de conhecer, o aluno consiga operar sobre os mecanismos linguísticos à sua disposição. Não adianta cobrar a “decoreba” de regras e, posteriormente, pedir uma produção de texto, seja de qual gênero for. Texto e gramática devem, em sala de aula, andar lado a lado, para que o trabalho na disciplina de LP, seja, realmente, eficaz.

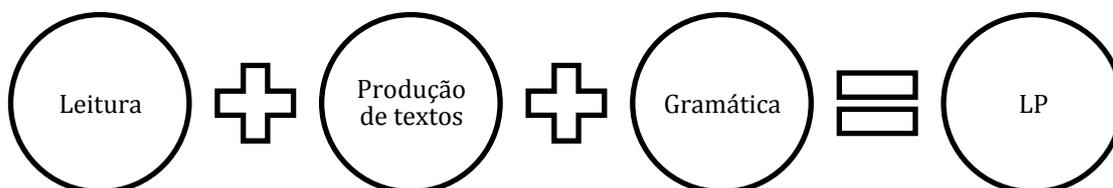
Mesmo na tradição recente do ensino de LP, o trabalho em sala de aula se dividiu na seguinte tríade (Leitura – Produção de texto – Gramática):

**Figura 3** - Tríade equivocada para o ensino de LP

Fonte: Produzida pelo autor, inspirado nas contribuições de Costa Val (2002).

Como podemos ver na figura, as áreas não têm nenhuma relação. Elas são trabalhadas de forma isolada e estanque, para a partir disso se ter o ensino da disciplina de português nas escolas, pois, na esteira de Costa Val (2002, p. 114), “o trabalho [vem se dividindo] em três áreas estanques – leitura, produção de textos e gramática –, de modo que o que se discute com relação à compreensão dos textos lidos não se aplica ao trabalho a produção de textos [...]”.

Todavia, essas três áreas deviam dialogar e somar (como vai mostrar a próxima figura), constantemente, em sala de aula, para que, como dito anteriormente, os alunos consigam compreender o real intuito de estudar português, que vai muito além de decorar e fixar regras.

**Figura 4** - Tríade adequada para o ensino de LP

Fonte: Produzida pelo autor, inspirado nas contribuições de Costa Val (2002).

A partir das figuras, podemos, pois, apontar, a partir do que disserta Costa Val (2002), que a figura 4 é mais adequada para o ensino de LP. Um ensino que deve ser calcado no diálogo entre as três áreas da figura, e não ao contrário, como ratifica a figura 3.

Nesse sentido, encerramos essa subseção fazendo a seguinte reflexão: o ensino de LP não pode estar restrito somente a aulas de classificação morfossintática, nem muito menos ser,

exclusivamente, aulas de memorização de regras de gramática. As aulas de português têm que conjugar leitura, produção de textos e gramática, para que os alunos possam sair com competências e habilidades suficientes para compreender as multifuncionalidades linguísticas.

O ensino de gramática vai, portanto, além daquilo que, costumeiramente, visualizamos, em um passado não tão distante, nas salas de aula. Como vimos, a prática de análise linguística é uma das abordagens que têm dado aparato, atualmente, aos assuntos que envolvem gramática e ensino, como também a discussão e leitura de textos tem auxiliado esse serviço. Afirmamos isso nos apoiando nas palavras das professoras Bezerra e Reinaldo (2013, p. 84), que apontam que “a análise linguística se apresenta como alternativa ou complementação ao ensino de gramática tradicional e como reflexão relacionada aos eixos de leitura e de escrita”.

### 2.3 A INFLUÊNCIA DA VIRADA LINGUÍSTICA NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Como dito no início desse texto, a virada linguística (*doravante* VL) é uma “espécie de mudança de paradigma nos estudos da linguagem” (VIEIRA, 2016, p. 32). Nesse sentido, a forma é substituída pelo uso, ou seja, não se preza mais por ensinar formas linguísticas, mas sim ensinar a língua enquanto uso e função. Diante disso, é esperado que essa VL já tenha dado indícios em sala de aula, devido ao aumento no número de discussões sobre o estudo dos usos linguísticos em detrimentos da forma e estrutura.

As discussões teóricas, que foram feitas até esse momento do texto, dão vestígios de que essa VL já ocorre, parcialmente, em salas de aula, tendo em vista as inúmeras abordagens de tópicos de gramática, as quais prezam pelo uso ao invés da forma, que estão à disposição dos docentes. Contudo, é viável destacar que não é porque as discussões teóricas ocorrem nas universidades brasileiras que, necessariamente, elas vão chegar às escolas de ensino básico.

Nesse sentido, a mudança não pode ocorrer somente na prática dos professores da educação básica. Ela tem que ir desde os materiais de consulta dos docentes, como gramáticas escolares e Livros Didáticos de Português (LDP), até os documentos oficiais, como Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCM). Essa mudança pela qual nos referimos, não vem acontecendo somente nos dias hodiernos, como disserta Fregonezi (1999, p. 84):

A partir dos anos 80 houve uma mudança nos paradigmas de estudo de linguagem. Essa mudança tem consequências diretas no modo de ver a linguagem e no modo de

ensinar linguagem. Para que a grande massa de professores em atuação tivesse conhecimento desses novos encaminhamentos, os governos iniciaram na segunda metade dos anos 80 os cursos de capacitação, na tentativa de colocar em ação um processo de educação continuada.

Sendo assim, as mudanças em materiais didáticos, documentos oficiais e a criação de cursos de capacitação tornam-se, assim, tentativas que operam para manutenção da VL na contemporaneidade.

Segundo Vieira (2015), as GBCP, materiais de análise desse trabalho, são reflexos da virada linguístico-pragmática, assim intitulada por alguns teóricos. Essas novas gramáticas vêm, pois, como uma nova proposta de descrição da língua, mostrando não somente a forma, como também os usos linguísticos em ocorrência no Brasil. Consequentemente, descrevem o Português Brasileiro (PB), ao invés do Português de Portugal, que por muito tempo foi cultuado pelas GNR.

Essas GNR fizeram por muito tempo apenas uma prescrição linguística e trabalharam com exemplos pouco operatórios do que pode ser entendido como língua, refletindo, consequentemente, no ensino de LP e nas famosas aulas de gramática. Isso faz com que exista uma oposição entre práticas da tradição e da contemporaneidade.

À reboque disso, Fregonezi (1999, p. 83) assinala que “a prática tradicional do professor de Língua Portuguesa, sua visão prescritiva em termos de linguagem encontra-se em oposição com a visão contemporânea – a visão textual e discursiva que fundamenta as propostas curriculares de ensino”. Em outros termos, por muito tempo o que se levava em consideração para a elaboração das aulas de LP era somente o que a GT ditava; não se levava em conta as multifuncionalidades textuais e discursivas.

É por isso, então, que a nova produção de materiais que possam auxiliar em descrições fieis do PB é relevante, para que possamos realizar aulas de gramática que não tenham como protagonismo pedagógico somente a forma e a memorização de regras, mas que dê sentido aos usos linguísticos reais, e que atendem as necessidades dos alunos.

Nessa perspectiva, por muitos anos, a gramática normativa foi tomada como um verdadeiro e real modelo de conhecimento que devia ser aplicado em sala de aula (OLIVEIRA, 2006). Logo, os professores são vítimas desse sistema que por muito tempo idealizou a gramática que normatizava o falar e o escrever dos discentes. É devido a esse movimento que surge, então, a importância dos estudos linguísticos na formação dos professores, como também na efetivação da VL.

De acordo com Oliveira (2006, p. 74), por muito tempo este “modelo do ensino de língua como ensino da norma gramatical-literária [produziu] nos alunos uma identidade de

falantes de uma língua que eles não dominam”. Desse modo, era como se existisse uma gramática da tradição, que normatizava os usos linguísticos dos alunos por ditar aquilo que é certo ou errado, e uma gramática da contemporaneidade, que, ao invés de prescrever, tenta descrever os usos linguísticos reais do português do Brasil.

Em contrapartida ao modelo de conhecimento à luz da gramática normativa, Oliveira (2006) ainda vai apontar outro modelo, intitulado de *Linguística Positiva*. Neste modelo “a língua não se reduz a uma norma – o padrão culto – mas é concebida como um conjunto de variantes em relação ao padrão” (OLIVEIRA, 2006, p. 75), ou seja, esse outro modelo de conhecimento preza pelas variantes linguísticas e não normatiza os usos do PB. Há, portanto, um conflito metodológico entre os dois modelos de conhecimento. Para expressar isso, vejamos o próximo quadro.

**Quadro 6 - Modelos de conhecimento**

<b>Gramática normativa</b>	<b>Linguística positiva</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabelece regras de correção;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não reduz à língua a uma norma;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Determina o que é certo ou errado a partir de um padrão literário;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Descreve o português real em detrimento de um português ideal;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Forma sujeito que não interroga sua própria natureza de falante e de cidadão.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Forma sujeito capaz de interrogar a sua existência enquanto usuário de uma língua.</li> </ul>

Fonte: Produzido pelo autor, à luz de Oliveira (2006).

Esse conflito serve para mostrar a mudança, de caráter metodológico, que vem acontecendo, principalmente, nos materiais de consulta. Isso, conseqüentemente, tem provocado reflexos na educação básica brasileira.

Além de provocar mudanças cabíveis no ensino de gramática, tendo em vista que o trabalho com o ensino de LP envolve muito mais do que “[...] relacionar o que é certo e o que é errado: é compreender seu funcionamento hoje, e no passado, em um processo dinâmico de capacitação dos alunos para a produção de textos” (BARBOSA, 2013, p. 27). Os estudos que permeiam a VL têm proporcionado essas mudanças na forma de proceder com o ensino.

Ainda segundo Barbosa (2013), o ensino de LP envolve alguns saberes, que vão além do saber de regra e nomenclaturas gramaticais. Sendo assim, são três esses saberes linguísticos que dão subsídios ao docente em sala de aula: o saber linguístico da norma

vernácula, o saber linguístico descritivo/prescritivo e o saber linguístico presente em sala de aula.

**Quadro 7 - Tipos de saber linguístico**

<b>Tipo de saber:</b>	<b>Conceito:</b>
Saber linguístico da norma vernácula	“Além da competência linguística inata, é compartilhado por sua comunidade ou região”.
Saber linguístico descritivo/prescritivo	“É o saber da gramática tradicional”.
Saber linguístico de sala de aula	“É o recebido nos cursos de graduação por ocasião do estudo de diferentes linhas de gramáticas descritivo-científicas”.

Fonte: Produzido pelo autor, com base em Barbosa (2013).

Percebemos, então, a partir desses saberes, que somente conhecer a gramática tradicional não adianta. É preciso que o professor tenha conhecimentos teóricos e práticos sobre as diferentes linhas de gramática, como estruturalista, funcionalista, gerativista, entre outras, para que, dessa forma, possamos ter os aparatos suficientes para preparar uma boa aula de LP.

Além disso, os estudos linguísticos contemporâneos, que estão pouco a pouco dando realce ao que estamos chamando aqui de VL, fizeram com que vissemos que os erros dos alunos, na maioria das vezes, têm suas motivações lexicais e linguísticas, uma vez que “o que é discriminado como erro, pode ser simplesmente uma diferença percebida entre os diferentes sistemas linguísticos que convivem no mesmo país” (ILARI, s/d, s/p). Esse tipo de discussão em que prevalecia os conhecimentos à luz da gramática normativa não era possível, tendo em vista que o que prevalecia como bonito e correto era o português de Portugal, enquanto as variações linguísticas do PB, na maioria das situações, eram desprestigiadas.

Nesse sentido, “essas ideias levaram, antes de mais nada, a perceber que, no espaço comum do que reconhecemos como ‘português brasileiro’, convivem várias ‘línguas’ no sentido estrutural do termo” (*Idem*), isto é, essas discussões no campo acadêmico deram margem para que pudéssemos pensar em outro tipo de português. Um português que não desprestigie as variações linguísticas que, até certo tempo, foram consideradas como erros da língua, e que não marginalize as pessoas pelo simples fato de falar.

A linguística tem proporcionado, então, na visão de Ilari (s/d), a superação de preconceitos linguísticos, que por muito tempo prevaleceram, não só em sala de aula, como na sociedade, seja através da imprensa, ou por meio de discursos proferidos por especialistas que diziam entender sobre língua.

Além da superação de antigos preconceitos que envolvem a língua, a linguística nos permite perceber que as reflexões no ensino de língua, segundo Silva (2010, p. 960-961), têm sido proporcionadas pela “solidarização de noções teórico-metodológicas vindas da tradição gramatical e da teoria linguística”. Isso serve para confirmar o que já foi dito em outro momento desse texto: as aulas de LP precisam contemplar não somente aspectos da tradição gramatical, como também da teoria linguística. A autora em evidência diz que essa solidarização se dá a partir de três passos:

- “Variação de perspectivas teóricas para abordar um mesmo conteúdo”;
- “Adoção de Posturas diferentes por parte do docente, conforme o conteúdo que esteja ensinando”;
- “Abordagem de um mesmo conteúdo por quadros referenciais diversos perseguindo objetivos diferentes”.

Para tanto, é partindo desses passos que as aulas de LP vão, possivelmente, tomar outros direcionamentos, que não sejam somente focados na tradição gramaticeira, que perdura há tantos anos.

Diante de tudo que foi visto nessa subseção do texto, a VL, portanto, tem uma influência considerável no ensino de LP, seja por motivar as mudanças nos documentos oficiais e em materiais de consulta dos professores, como orientações curriculares e gramáticas, seja por fazer com que o ensino não se limite a simples aulas de tradição gramaticeira. A VL e as discussões provenientes dela fizeram com que as aulas de LP fossem além do que éramos acostumados a presenciar. Sendo assim, algumas abordagens já podem ser vistas, como a da análise linguística, a da exploração do texto e o trabalho de gramática a serviço do desenvolvimento da escrita.

Essa discussão serve como base, então, para que possamos iniciar um novo diálogo no que concerne à interface gramática e ensino, uma vez que o próximo capítulo desta monografia vai abordar a constituição da norma-padrão do PB. Além disso, evidencia contribuições de pesquisadores brasileiros sobre o principal tópico de gramática, que mais à frente será analisado: colocação dos pronomes oblíquos átonos.

### 3. A CONSTITUIÇÃO DA NORMA-PADRÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

---

À medida que o tempo passa, o PB sofre alterações, tendo em vista inúmeros motivos, que não se detêm somente à esfera linguística, entre os quais podemos citar as motivações geográficas, sociais, culturais, fonéticas e fonológicas, que fazem com que as alterações linguísticas aconteçam. Contudo, algumas práticas, e principalmente as escolares, ainda se voltam às práticas tradicionais, que esquecem, por exemplo, as mudanças e variações linguísticas, e dão vez à chamada norma-padrão, a qual nos referimos no título e que foi abordada com mais afincamento ao longo desta seção do trabalho.

Nesse sentido, a norma-padrão, como até já foi falado, parte de inúmeros juízos de valores linguísticos (FARACO, 2008), para extrair alguns preconceitos, também de ordem linguística, seja de natureza oral ou escrita, tendo esta última um maior enfoque, por ser considerada a ideal em situações de monitoramento. Contudo, ainda segundo Faraco (2015), em outro texto, essa discussão não começou hoje. Ela emergiu com força no Brasil na segunda metade do século XIX, uma vez que “surgiu como uma reação ao ideário de nossos autores românticos. Defendiam eles um projeto que desse forma literária às nossas paisagens e às nossas realidades socioculturais” (FARACO, 2015, p. 21).

Por assim ser, as escolas brasileiras ao invés de apresentarem aos alunos um PB, evidenciam um Português de Portugal (*doravante* PP) que, na maioria das situações, não consegue ser compreendido pelos estudantes da educação básica. Além disso, os alunos são obrigados a memorizar regras que nem fazem parte de sua realidade linguística, principalmente, se o aluno for de ensino médio, pois os sistemas de avaliação da educação básica definem o domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa como a grande competência que deve ser adquirida por esses alunos no de ensino citado (*idem*).

Nessa perspectiva, a discussão teórica trazida à baila nesta seção do trabalho se torna, pois, relevante, para que possamos entender não somente a realidade sociolinguística apresentada pelos autores aqui abordados, como também entendermos que a construção de uma norma-padrão é, acima de tudo, um construto social fortalecido durante anos.

Partindo desse pressuposto, esta parte do trabalho foi dividida em três subseções: i) *Da norma-padrão à norma culta: uma questão cultural*, ii) *Língua portuguesa ou português brasileiro?*; iii) *A colocação pronominal no português brasileiro*.

Diante disso, a primeira subseção traz uma discussão teórica que aponta que a norma-padrão nada mais é do que uma construção cultural, que com o passar do tempo foi se

fortalecendo. E, infelizmente, permanece guiando a maneira como os professores planejam e expõem suas aulas para os alunos.

A segunda subseção apresenta que concepção de língua portuguesa deve ser abordada pelos instrumentos gramaticais que neste trabalho serão analisados. Sendo assim, defende que o que deve ser visto em sala de aula, principalmente nos conteúdos que envolvem língua e nas descrições gramaticais, é o PB, pois é a partir dele que alunos e professores podem, efetivamente, fazer com que o ambiente de sala de aula se torne um dos locais propícios às discussões linguísticas.

A terceira e última subseção discute o tópico gramatical em análise neste trabalho, a colocação dos pronomes oblíquos átonos. Nesse sentido, apresenta alguns resultados de pesquisa linguística que retratam e dialogam sobre o tema, para que dessa forma possamos criar uma atmosfera teórica que será responsável por iluminar os nossos dados de análise.

### 3.1 DA NORMA-PADRÃO À NORMA CULTA: UMA QUESTÃO CULTURAL

A primeira gramática moderna, livro de regras e descrições linguísticas, foi escrita por Elio Antonio de Nebrija: *Gramática da língua castelhana*. Ao passo que Colombo conquistava terras a serem colonizadas, Nebrija tentava convencer a rainha Isabela de Castela a fazer uma nova conquista: “a conquista pela língua falada pelos seus próprios súditos” (DUTRA, 2013, p. 16). A necessidade de criar e conquistar uma língua que fosse padrão fez com que as gramáticas circulassem por toda a Europa, e isso se tornou mais constante com o advento da imprensa, que ditava regras e princípios normativos. Dessa maneira, começamos a perceber que, além de uma questão histórica, a criação da norma-padrão é cultural.

Além disso, “a gramática, segundo a conceituamos, não é nem deve ser um fim, senão um meio posto a nosso alcance para disciplinar a linguagem e atingir a forma ideal de expressão oral e escrita” (CEGALLA, 1980, p. 17 *apud* DUTRA, 2013, p. 20). Algumas expressões extraídas dessa citação, como *disciplinar* e *atingir a forma ideal*, foram seguidas por muito tempo pelos instrumentos gramaticais, principalmente as GNR, como forma de manutenção daquilo que os gramáticos tradicionais consideravam como correto.

Esses objetos de prescrição linguística tinham, além de manter um determinado padrão sobre os usos, o objetivo de ditar aquilo que era adequado no ato de falar ou escrever bem. Nesse sentido, o gramático tinha a opção de assumir dois tipos de tarefa:

[...] impor as regras de um padrão linguístico havido como modelar (uso culto formal, sobretudo escrito) ou expor os fatos da linguagem. Em todo caso, a

gramática tradicional sempre foi mais normativa do que descritiva por falta de compreensão exata do fenômeno da linguagem e de uma técnica apropriada de descrição (DUTRA, 2013, p. 26).

Diante disso, o excerto de texto acima nos faz compreender alguns dos objetivos das GNR, cuja análise está apresentada adiante, como: impor regras e expor os fatos linguísticos. Contudo, o peso da normatividade faz com que os gramáticos responsáveis por produzir uma GT prezem pela imposição de regras. Não era uma escolha, mas sim o cenário linguístico que prevalecia na época em que tais materiais eram elaborados.

Isso é mais relevante ainda quando pensamos em uma norma escrita que rege os usos linguísticos dos usuários de uma língua, uma vez que “quando se fala de norma culta escrita, normalmente isto está associado a dois gestos inter-relacionados: 1) a escolha de um certo dialeto de prestígio que é tomado como modelo a ser adotado na escrita; 2) o trabalho de decodificação gramatical [...]” (PAGOTTO, 2001, p. 40). Diante disso, iremos perceber, em nossas análises, se as GNR e as GBCP prezam, simplesmente, por descrever uma norma escrita ou se dão a devida atenção à funcionalidade linguística.

Um dos fatores que podemos citar em relação à manutenção de práticas tradicionais (e na maioria das vezes, normativa) na escola é o processo tardio de entrada da disciplina de LP no processo escolar. Vejamos abaixo o que diz Soares (2002, P. 157) acerca do processo de inserção da disciplina no currículo escolar:

Os que estamos hoje tão familiarizados com a presença da disciplina “língua portuguesa” ou “português” na escola surpreendemo-nos quando verificamos quão tardia foi a inclusão dessa disciplina no currículo escolar: ela só ocorre nas últimas décadas do século XIX, já no fim do Império. Nos primeiros tempos de nosso país, a língua portuguesa estava ausente não só do currículo escolar, mas também, de certa forma, do próprio intercuro social.

Dessa forma, percebemos que o início dos trabalhos com a disciplina foi complicado, tendo em vista que ela nem fazia parte do currículo, nem da vida social das pessoas. Quando inserida no currículo, a disciplina serviu para prescrever ordens linguísticas, no sentido de normatizar a forma de falar e escrever dos seus usuários. Isso corrobora mais ainda nossa discussão de que a construção da norma-padrão advém de todo um percurso histórico, repleto de atribuições.

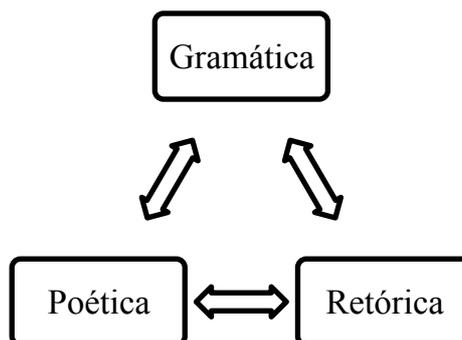
Além desse fator, Magda Soares (2002), no seu texto *Português na escola*, ainda vai defender que por muito tempo existiu uma dependência da língua latina, no ensino de LP, e sobretudo no de gramática, e que isso só parou de existir a partir do momento que a

preponderância do latim foi perdendo força para outras intervenções de natureza linguística, como salienta a autora:

[...] a língua portuguesa, a língua significativamente então denominada “vulgar” deveria ser *instrumento* para aprender a gramática latina, até esse momento ensinada falando-se e lendo-se em latim. Da mesma forma, o estudo da gramática da língua portuguesa é, nessas mesmas *instruções*, visto como *apoio* para a aprendizagem da língua latina (SOARES, 2002, p. 161).

Sendo assim, havia uma relação de dependência entre a LP e a língua latina. Outro ponto válido a ser ressaltado é em relação a reforma pombalina, que, em um percurso histórico, foi responsável pela introdução do ensino de gramática nas escolas. Além da gramática, que servia para o ato de bem escrever, foram introduzidas também a retórica e a poética, que juntas formavam o ensino da LP, assim como pode ser visto na figura abaixo.

**Figura 5** - Configuração do ensino de LP, após a reforma pombalina



Fonte: Produzida pelo autor, inspirado nas contribuições de Soares (2002).

A partir da imagem percebemos, pois, como se configurava nos entremeios da história brasileira o ensino de LP, que prezou por algum tempo, até os anos 40 do século XX, por essas três práticas: gramática, poética e retórica. Isso influencia até hoje na maneira como os instrumentos gramaticais são produzidos.

Dando continuidade à discussão, Bagno (2011) explica que a língua por muito tempo foi vista como uma hipóstase, ou seja, uma realidade permanente, concreta e fundamental. Além disso, mostra que ela, enquanto esse critério, passa, obrigatoriamente, por um enquadramento, uma padronização linguística. Não há como fugir do processo de “hipostasiação”. Na sociologia da língua, “hipostasiação” é o processo de padronização ou normatização. Dessa maneira, corresponde à “criação de uma norma, de um parâmetro, de um

modelo ideal” (BAGNO, 2011, p. 359) de língua. Esse pensamento refletiu, drasticamente, na forma como as GNR foram produzidas.

Ainda sobre esse processo de hipóstase, Bagno (2011, p. 360) vai dizer o seguinte:

Nesse processo de hipostasiação, a língua passa a ser identificada com esse modelo, com essa norma-padrão, e deixa de ser um artifício sócio-cultural para se tornar “a língua”, com artigo definido e inicial maiúscula, uma entidade dotada de vontade e consciência, envolta numa cosmogonia que se perde no tempo, como se “a língua” existisse assim, perfeita em seus contornos.

Nenhuma língua é una, perfeita e estática. Qualquer língua é alterada de acordo com o tempo. Contudo, esse processo de hipostasiação a que estamos nos referindo faz com que a língua passe por um processo de padronização e modelagem que a enquadra e a regula a todo momento.

Essa norma-padrão ainda, infelizmente, se confunde com norma culta, o que para Bagno (2013) é considerado como um dos erros teóricos, apontados no seu livro *Sete erros aos quatro ventos*. A confusão terminológica entre o que é norma-padrão e norma culta é recorrente, porém é plausível inferir que norma-padrão, de acordo com este teórico, é um ideal linguístico que precisa ser seguido e atendido, de acordo com as necessidades linguísticas do falante; já a norma culta corresponde às variedades urbanas de prestígio.

Para esclarecer qualquer dúvida entre norma-padrão e norma culta, vejamos, no quadro a seguir, o que diz Bagno (2013) e Faraco (2008) sobre esses dois conceitos:

**Quadro 8 - Diferenças entre norma-padrão e norma culta**

<b>Autores:</b>	<b>Norma-padrão</b>	<b>Norma culta:</b>
<b>Carlos Alberto Faraco (2008)</b>	Representa um construto sócio-histórico que serve de referência para estimular um processo de uniformização.	Representa o conjunto de fatos linguísticos que caracterizam o modo como normalmente falam as pessoas de uma comunidade.
<b>Marcos Bagno (2013)</b>	Representa um modelo idealizado de língua.	Representa as variedades urbanas de prestígio

Fonte: Produzido pelo autor, com base em Faraco (2008) e Bagno (2013).

O quadro evidencia, então, as principais diferenças entre norma-padrão e norma culta, a partir da visão de dois teóricos importantes no que diz respeito aos pensamentos que versam sobre língua e sociedade. Para tanto, essa discussão se faz perspicaz, pois uma das categorias

de análise, erguida para o desenvolvimento deste trabalho, diz respeito aos conceitos e categorias que estão imbricadas nos materiais de análise. E, conseqüentemente, o conceito de norma se torna, por isso, uma preocupação, em relação à abordagem da colocação dos pronomes oblíquos átonos.

Tudo que foi visto aqui, tanto em relação ao pequeno percurso histórico que tratamos nessa subseção como em relação à confusão terminológica entre os tipos de norma, é de suma importância teórico-metodológica, para que possamos tecer nossas análises. Além disso, pensar em norma se torna relevante, tendo em vista nossos objetos de análise, que vão desde materiais da tradição até materiais contemporâneos, com o objetivo de pensarmos qual conceito de norma circula nos instrumentos citados anteriormente. O conceito de língua abordado por esses materiais partem, unicamente, do PB ou se tendem a fazer descrições de uma língua que não seja efetivamente a que usamos no nosso cotidiano. Para tanto, a próxima subseção atende a esse questionamento: *língua portuguesa ou português brasileiro?*

### 3.2 LÍNGUA PORTUGUESA OU PORTUGUÊS BRASILEIRO?

Os materiais gramaticais seguem diferentes concepções de língua. Não podemos generalizar e dizer que língua será abordada em todas as gramáticas partindo somente de um único prisma teórico, ou até mesmo metodológico. Por esse motivo, tentaremos discutir, nesta subseção, que tipo de língua deve (ou não) ser descrita nas obras gramaticais, sejam elas contemporâneas ou não.

Partindo desse pressuposto, é de extrema importância que as gramáticas tenham como ponto de partida o PB, e não, simplesmente, o PP, como alguns instrumentos, principalmente aqueles pertencentes a uma tradição gramatical consolidada, seguem. Descrever o PB é importante para percebermos as nuances de nossa língua e conhecermos o real funcionamento de uma língua em constante transformação.

Como vimos na subseção anterior, os compêndios gramaticais sempre tiveram uma dependência de outras culturas linguísticas, principalmente se formos pensar em língua latina e língua portuguesa. Isso faz parte de um processo natural de apropriação linguística. Todavia, se faz necessário também que as novas obras gramaticais publicadas recentemente, que são conseqüências da VL<sup>2</sup>, sejam responsáveis por descrever o funcionamento real do PB em detrimento de um português estático, homogêneo e normativo.

---

<sup>2</sup> Cf. Vieira (2016, 2015).

Para tanto, entre as inúmeras necessidades existentes, é preciso que as gramáticas reafirmem “um debate que contribua para uma apreensão clara dos nossos problemas linguísticos e que possa sustentar uma reorientação de nossas práticas de ensino numa direção positiva, cujo resultado seja a efetiva democratização do acesso à expressão culta” (FARACO, 2015, p. 19). Diante disso, reorientar a maneira como as descrições linguísticas são feitas nesses materiais é uma das, entre tantas, alternativas. É válido apontar que, mesmo sabendo que as GBCP não têm como foco a sala de aula, há uma necessidade de que as gramáticas produzidas recentemente façam uma verdadeira reflexão linguístico-gramatical acerca de tópicos de gramática, e que, conseqüentemente, tracem pontos de ruptura com aquilo que, costumeiramente, é visto em sala de aula: aulas expositivas de gramática, com exercício de classificação morfossintática.

Dessa forma, existe a necessidade de reformular as abordagens de língua que as gramáticas, na maioria das situações, promovem, e mudar as descrições linguísticas, tendo em vista “a complexa realidade sociolinguística brasileira” (FARACO, 2015, p. 21). Fazendo isso conseguiríamos dar uma “nova direção às práticas didático-pedagógicas voltadas ao ensino da expressão culta” (*idem*). Vejamos, então, que, apesar dos materiais não serem instrumentos de consulta didática, eles refletem diretamente na maneira como os conteúdos de gramática vão chegar nas salas de aula do Brasil.

Ainda nesse texto, Faraco (2015) defende que, para que possamos nos desprender de práticas e descrições tradicionais de língua, precisamos nos desprender, primeiramente, da dependência literária e cultural que temos do PP. A partir do momento em que isso for feito, vai ser possível ver nas escolas discussões que realmente prezem por erguer conhecimentos acerca de um português autêntico, ou seja, o PB.

O tardio processo de discutir sobre o PB vem de um processo histórico, que se inicia na colonização, e sobre isso Orlandi (2001, p. 21-22) vai dizer o seguinte:

O Brasil foi “descoberto” em 1500 mas a colonização só começa efetivamente em 1532 com a instalação dos portugueses no Brasil. Desde então, a língua portuguesa, transportada para o Brasil, começa a ser falada em um novo espaço-tempo. Estas novas condições de funcionamento do português não são homogêneas ao longo dos séculos de colonização.

Para tanto, o processo histórico, como já vínhamos enfatizando, faz com que tão tardias sejam as discussões sobre o PB, uma vez que durante muito tempo o PP prevaleceu nas terras tupiniquins. Diante disso, o quadro que segue mostra quatro momentos distintos que vão de 1532 até o fim do século XIX, “momento em que o português se constitui em língua nacional no Brasil” (ORLANDI, 2001, p. 22).

**Quadro 9 - Momentos da constituição do português no Brasil**

<b>1º MOMENTO</b>	“O primeiro momento vai do início da colonização até a expulsão dos Holandeses em 1654. Durante este período a língua portuguesa é falada por um pequeno número de pessoas, notadamente por letrados, grandes proprietários de terras (os senhores de engenho) e uma pequena minoria de funcionários” (p. 22).
<b>2º MOMENTO</b>	“Um segundo momento vai de 1654 a 1808, data da chegada da família real portuguesa ao Brasil, quando da invasão de Portugal por Napoleão. [...] Os portugueses que chegam ao Brasil [neste momento] vêm de diferentes regiões de Portugal. Assim, uma grande variedade regional de falares portugueses dividem o mesmo espaço de comunicação no Brasil” (p. 22).
<b>3º MOMENTO</b>	“Um terceiro momento começa com a chegada da família real portuguesa no Brasil, terminando em 1826, data na qual a questão da língua portuguesa como língua nacional no Brasil é oficialmente formulada” (p. 23).
<b>4º MOMENTO</b>	“O quarto momento começa em 1826, quatro anos depois da Independência do Brasil, proclamada em 1822. Em 1826, um deputado propôs que os diplomas dos médicos no Brasil fossem redigidos em <i>linguagem brasileira</i> . No ano seguinte, depois de longas discussões que se seguiram a essa proposta, uma lei estabelece que os professores devem ensinar a ler a escrever utilizando a gramática da <i>língua nacional</i> (p. 23).

Fonte: Produzido pelo autor, com base nos apontamentos de Orlandi (2001).

Considerando tais apontamentos teóricos (e históricos), percebemos, pois, a evolução do estabelecimento do português como língua nacional. O quarto momento apresentado aponta para uma pequena revolução para a concretização do português como língua brasileira.

Esses momentos, descritos acima, também refletiram, indiretamente, no processo de constituição da gramatização do PB, que diz respeito à descrição e à instrumentalização da língua a partir de obras gramaticais. Sobre isso, Guimarães (1996, p. 137) vai dizer que “a gramatização brasileira do português é, também, um modo de constituir o português como língua única e nacional. Esta ação homogeneizadora é uma ação do estado pela via do

ensino”, ou seja, a produção de gramáticas no Brasil teve como um dos objetivos: homogeneizar as descrições linguísticas do PB.

Para tanto, Rodrigues (2002) apresenta problemas (e possíveis soluções) relativos à descrição do português, principalmente nesses objetos de gramatização do PB, sendo dois deles:

- A descrição da língua padrão escrita é empreendida através de descrição de níveis formais. Diante disso, seria útil descrever partindo dos níveis formal e semiformal;
- Enquanto na descrição da língua escrita há pouco ensejo para tratar sobre fonologia, nas descrições dos padrões falados, o subsistema fonológico tem uma importância capital.

Isso mostra, então, que, apesar de contemporâneos, os instrumentos de gramatização ainda apresentam alguns problemas de ordem descritiva. Diante disso, percebemos que não há problemas somente na GT, os objetos que são reflexos da gramatização recente também apresentam dificuldades e percalços.

Outro fator que pode ser discutido é em relação ao processo de padronização, que esses materiais podem promover ou não. Quando pensamos em padronização linguística, pensamos em regras e conceitos que precisam ser aplicados. Para estas regras e conceitos, em algumas situações, nem são dadas explicações ou esclarecimentos sobre os motivos que podem levar os usuários de uma língua a aplicá-los ou não.

Para melhor esclarecer o que estamos querendo dizer, lançamos mão de Milroy (2011, p. 51) que discute sobre ideologias linguísticas e as consequências de uma possível padronização linguística. Partindo desse pressuposto, ele nos apresenta dois conceitos de padronização: i) “[...] o processo de padronização opera promovendo a invariância ou a uniformidade na estrutura da língua”; ii) “a padronização consiste na imposição de uniformidade a uma classe de objeto”.

Perante essa exposição, algumas gramáticas, principalmente quando pensamos nas GNR, tentaram por muito tempo propor essa padronização, que ao invés de descrever uma língua, impõe uma uniformidade na estrutura linguística. Por outro lado, as GBCP têm uma nova proposta (ou pelo menos tentam, como iremos ver no capítulo de análise): fazer com que as pessoas *reflitam* sobre as estruturas linguísticas, *ensem* acerca de diferentes aspectos da morfossintaxe do PB e *consigam agir* sobre a própria língua.

Porém, é válido citar que isso é proveniente de uma cultura que nos faz pensar somente em aspectos estruturais da língua, ao invés de pensarmos em explicar a vida social da linguagem, como diz Milroy (2011, p. 85),

[...] enquanto a dicotomia saussuriana permanecer axiomática, e enquanto as análises internas forem pesadamente enviesadas em favor dos fenômenos linguísticos, em vez dos sociais, o paradigma quantitativo estará impedido de explicar a “vida” social da linguagem e as origens sociais da mudança linguística.

E isso tem consequências consideráveis na forma que a gramática vai chegar em sala de aula: na maioria das vezes o que vemos é o ensino de gramática normativa no lugar do ensino de língua materna. Nesse sentido, o que tem que ficar claro é o seguinte: “[...] quando o professor de português está ensinando gramática normativa, ele não está ensinando língua materna, ele não está ensinando língua portuguesa. Língua materna se adquire; não se aprende e nem se ensina” (SCHERRE, 2005, p. 93).

À reboque de toda essa discussão que foi levantada nessa subseção, podemos fazer o seguinte questionamento: *Que língua está sendo descrita e pensada nesses materiais (GNR e GBCP)? Somente LP ou PB?*. É de extrema importância que os livros de gramática, principalmente os contemporâneos, façam uma descrição clara sobre PB, e não deem continuidade às tentativas de padronização linguística que eram efetuadas pelos materiais normativos.

### 3.3 A COLOCAÇÃO PRONOMINAL NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

A última subseção deste capítulo tem como objetivo principal apresentar o aspecto morfossintático escolhido para análise neste trabalho: a colocação dos pronomes oblíquos átonos. Sendo assim, iremos apresentar e discutir alguns resultados de pesquisa sobre o tema, para que, dessa forma, possamos construir conhecimento sobre o assunto, que até o momento em pouco tinha sido comentado.

Para início de conversa, é de grande valia expor os motivos que levaram à escolha do tema. Um deles foi contribuir com as pesquisas linguísticas que abordam a colocação dos pronomes oblíquos átonos, uma vez que, apesar dos inúmeros trabalhos, ainda há certa nebulosidade no entendimento do assunto. Além disso, outro motivo foi dar continuidade<sup>3</sup> ao interesse científico em analisar aspectos da morfossintaxe em gramáticas do português

---

<sup>3</sup> Falamos em continuidade, pois havíamos desenvolvido outra pesquisa, sobre outro ponto da morfossintaxe do português brasileiro – concordância verbal – na cota de 2016/2017 do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) da Universidade Estadual da Paraíba.

brasileiro. E o último motivo, e não menos importante, reside no fato do assunto ser abordado de maneira normativa nas gramáticas do português, bem como salienta Vieira (2000, p. 72): “[é] um tópico gramatical abordado de modo estritamente normativo, [e por esse motivo] torna-se um assunto polêmico e controverso para os estudantes brasileiros de língua portuguesa”. Diante disso, é viável, relevante e cabível sistematizar e erguer conhecimentos sobre a colocação dos pronomes oblíquos átonos em instrumentos gramaticais.

Com essas motivações científicas passamos, então, a apresentar alguns resultados de pesquisa envolvendo o tema. Lançamos mão dos trabalhos de Vieira (2000), Vieira (2003), Wink e Finkenauer (2012) e Othero & Cardozo (2017), com o intuito de apresentarmos e discutirmos sobre o tema em destaque. Outros trabalhos, como Gurgel (2008), Gurpilhares (2004), Reis (2011), Saraiva (2008) e Tomanin (2009), serviram para iluminar nossos dados. É válido ressaltar que nem sempre esses trabalhos analisam os mesmos objetos: há trabalhos que partem da análise de LDP, há pesquisas que analisam variedades e mudanças do português em diferentes localidades, como há também pesquisadores que analisam gramáticas brasileiras.

No intuito de analisar a sintaxe de colocação dos pronomes oblíquos átonos em livros didáticos, Vieira (2000) vai tecer consideração sobre duas coleções de LDP: Carvalho & Ribeiro e Faraco & Moura, publicadas, respectivamente, em 1998 e 1997. Diante disso, ele aponta que, diferente do modelo normativo de ensino, entre os livros analisados, principalmente Faraco & Moura apresentam uma proposta mais eficaz de ensino. Vários motivos fizeram com que a investigação comprovasse isso, como: o uso de exemplos retirados de textos e a forma como o assunto é distribuído ao longo da obra, que faz com que os alunos mantenham contato com o conteúdo. Ainda por cima, Vieira (2000) reafirma que os autores de LDP precisam dar ênfase aos inúmeros registros informais existentes, para que, dessa forma, possam produzir obras que sejam realmente produtivas. Para esclarecer o que estamos dizendo, ele revela o seguinte:

[...] os autores de LDs [Livros Didáticos] de língua portuguesa precisam ter em mente que, quando o ensino de gramática é realizado sem a exclusão dos registros informais – ou seja, sem a exclusão da língua apreendida pelo aluno e por ele levada à escola como sua bagagem linguística – torna-se muito mais eficaz. Inclui-se aqui o ensino de todos os tópicos gramaticais abordados de modo estritamente normativos, e, conseqüentemente, a sintaxe de colocação dos pronomes pessoas átonos (VIEIRA, 2000, p. 78).

Diante disso, Vieira (2000) percebe, então, o que é realmente plausível para os LDP, principalmente na abordagem do referido tópico gramatical.

Por sua vez, Vieira (2003) estuda, em sua pesquisa, a colocação pronominal nas variedades europeia, brasileira e moçambicana, o que é importante, tendo em vista a falta de informações existentes sobre as diferenças entre, principalmente, o PP e o PB. Além disso, na maioria das vezes, enaltecemos a prática linguística dos portugueses como uma variedade mais adequada e, conseqüentemente, que deve ser seguida.

Nesse sentido, Vieira (2003) teve como um dos seus objetivos atestar a variante (próclise, ênclise e mesóclise) mais utilizada na modalidade escrita em cada uma das variedades do português (europeu, brasileiro e moçambicano), estabelecendo, assim, os parâmetros de colocação pronominal. Antes de tudo, a título de informação, vejamos os quadros abaixo que evidenciam, respectivamente, os pronomes pessoais e a colocação dos pronomes oblíquos átonos.

**Quadro 10 - Pronomes pessoais**

Número	Pessoa	Pronomes retos	Pronomes oblíquos	
			Tônicos	Âtonos
Singular	1 <sup>a</sup>	Eu	Mim, comigo	Me
	2 <sup>a</sup>	Tu	Ti, contigo	Te
	3 <sup>a</sup>	Ele, Ela	Ele, ela, si, consigo	Se, o, a, lhe
Plural	1 <sup>a</sup>	Nós	Nós, conosco	Nós
	2 <sup>a</sup>	Vós	Vós, convosco	Vós
	3 <sup>a</sup>	Eles, elas	Eles, elas, si, consigo	Se, os, as, lhes

Fonte: Elaborado pelo autor.

**Quadro 11 - Colocação dos pronomes oblíquos átonos**

Ênclise (colocação pós-verbal)	O pronome vem após o verbo.
Mesóclise (colocação intraverbal)	O pronome está no meio do verbo.
Próclise (colocação pós-verbal)	O pronome aparece antes do verbo.

Fonte: Elaborado pelo autor, inspirado nas considerações de Vieira (2003).

Nesse sentido, alguns resultados foram extraídos da pesquisa de Vieira (2012), como: não há ocorrência de mesóclise em nenhuma das três variedades (europeia, brasileira e moçambicana) estudadas e, levando em consideração a próclise e a ênclise, foi observado que tanto na variedade europeia, como na moçambicana, apresentam uma distribuição equilibrada,

contudo no português moçambicano uma manifestação de ênclise um pouco acima dos dados, e no português europeu um pouco abaixo. Por outro lado, um dado é interessante na pesquisa: o PB preza pela próclise em quase todas as suas ocorrências linguísticas (89%).

Um pouco semelhante ao que estamos nos propondo a fazer, Wink & Finkenauer (2012) sistematizam, em sua pesquisa, informações sobre o quadro pronominal e a colocação dos pronomes em cinco gramáticas do PB: NEVES, LUFT, AZEREDO, CASTILHO e PERINI, publicadas entre 1987 e 2010. Diante disso, as autoras apresentam os seguintes resultados de pesquisa.

Algumas dessas gramáticas (Moura Neves, 2000 e Luft, 1987) permaneceram mais fiéis à tradição gramatical. Azeredo (2008), que pretendia apresentar uma proposta equilibrada entre a tradição e as pesquisas linguísticas, teve êxito em sua proposta. Perini (2010) e Castilho (2010) trouxeram as propostas mais inovadoras e se comprometeram em descrever o quadro pronominal usado no Brasil (WINK & FINKENAUER, 2012, p. 447).

Algo, nos resultados das autoras, chama bastante atenção: a relação entre o tempo que a gramática foi publicada e os seus avanços metodológicos. Percebemos que as gramáticas de Luft (1987) e Neves (2000) permanecem, relativamente, fiéis à tradição, já Perini (2010) e Castilho (2010) apresentam propostas de descrição gramatical mais inovadoras. Sendo assim, percebemos que estes últimos gramáticos incorporaram aos seus textos os avanços das pesquisas linguísticas recentes.

O último, e mais recente, trabalho aponta que “[...] a gramática do PB busca privilegiar a ordem SVO [Sujeito, verbo e objeto], mesmo no dialeto que apresenta tratamento diferenciado para pronomes com características nominais (você, ele, a gente) e para pronomes de fato (eu, tu, nós)” (OTHERO & CARDOZO, 2017, p. 1730). Dito isso, percebemos, com a pesquisa dos autores, que, quando os pronomes oblíquos não existem ou são transformados em pronomes retos, a ordem SVO é mantida, como na oração “*eu vi ela*”. Nesse caso, *ela* é um pronome do caso reto. Contudo, a mesma oração com o pronome oblíquo *a*, por exemplo, ficaria inviável, uma vez que não há como construir uma sentença como *eu vi a*, mas é possível construir *eu a vi*. Sendo assim, é natural do PB construções como: *Eu a vi*. Esse último exemplo rompe com a ordem que estamos nos referindo.

Essa discussão e apresentação de resultados de pesquisas serviu, portanto, não somente para apresentar nosso tema de pesquisa, a colocação dos pronomes oblíquos átonos, como também para introduzirmos o próximo capítulo, referente à análise dos dados, no qual

discutimos como o t3pico de gram3tica 3 abordado, tanto pelas gram3ticas normativas, como pelas gram3ticas contempor4neas.

## 4 ANÁLISE DOS DADOS

---

### 4.1 ANÁLISE DAS GNR

As GNR têm como principal ponto de partida a abordagem da modalidade escrita, uma vez que essa, de acordo com a tradição, é o lugar da organização, enquanto a fala, o lugar do caos. Nesse sentido, elas partem de uma noção que encurta os usos linguísticos, e defendem uma língua ideal que, na maioria das situações de interação, não pode ser empregada.

A partir do momento em que uma gramática é lançada no mercado editorial, uma visão diferenciada dos aspectos morfosintáticos do português é abordada. Os autores das gramáticas, dificilmente, vão seguir uma mesma linha de raciocínio, uma vez que a análise dos dados depende bastante da visão de quem escreve, nesse caso, os gramáticos. Os escritores das GNR idealizam uma língua e, conseqüentemente, a construção de uma norma-padrão, capaz, inclusive, de padronizar e encurtar os usos reais do português brasileiro.

Diante disso, esse espaço é dedicado à análise da *Nova gramática do português contemporâneo*, de Celso Cunha & Lindley Cintra (1985), e da *Moderna gramática portuguesa*, de Evanildo Bechara (1999). O trabalho de interpretação dessas obras se baseou tanto nos nossos objetivos e perguntas de pesquisa bem como nas categorias de análise desenvolvidas para este momento: *Texto de apresentação das obras*; *Localização e organização da(s) seção(ões)*; *Natureza dos dados linguísticos*; *Categoria e conceitos utilizados*; *Descrição/prescrição gramatical*.

#### 4.1.1 *Nova gramática do português contemporâneo*, de Celso Cunha e Lindley Cintra (1985)

À reboque de toda a discussão, tanto metodológica, como, sobretudo, teórica, partimos, pois, para a análise dos dados. Nesse primeiro momento da subseção 4.1 analisamos um dos objetos escolhidos: *A nova gramática do português contemporâneo*, de Celso Cunha e Lindley Cintra, do ano de 1985, pertencente ao quadro de GNR escolhidas.

#### 4.1.1.1 Texto de apresentação da obra

Considerada pelos autores como um complemento da lacuna que existe na descrição do português, a Gramática de Cunha & Cintra (chamada a partir de agora de GCC) tem como objetivos: apresentar as diversas normas vigentes do português contemporâneo, servir de fonte de informação completa e atualizada e orientar as expressões orais e, sobretudo, escritas. Diante desse último objetivo, percebemos que os autores estão preocupados em fazer não somente uma descrição, como também apresentar as normas vigentes para a modalidade escrita. É válido ressaltar que essas informações podem ser encontradas no prefácio/texto de apresentação do material.

Para tanto, a primeira impressão que temos, ao ler esse texto de apresentação, é que os gramáticos sabem da existência de normas para modalidade oral e escrita, contudo os seus interesses residem sobre a orientação escrita. E sobre a modalidade escrita, eles apontam que partem do seguinte conceito de gramática para guiar as descrições linguísticas empreendidas no livro: “uma gramática que pretenda registrar e analisar os fatos da língua culta deve fundar-se num claro conceito de norma e de correção [...]” (CUNHA & CINTRA, 1985, p. 23).

O texto de apresentação da GCC nos mostra que esse material não está preocupado em fazer uma descrição dos reais funcionamentos da língua. Pelo contrário, as preocupações estão atreladas ao fato de descrever uma norma para o português, com base em uma “noção de correto”, e que, pela maneira como se está apresentando o conceito de correto, diz muito pouco ao leitor.

Ainda no texto de apresentação, os autores evidenciam as características da obra, que, segundo eles, são fáceis de definir:

- i) “Trata de uma tentativa de descrição do português atual na sua forma culta, isto é, da língua como a têm utilizado os escritores portugueses, brasileiros e africanos do romantismo para cá, dando naturalmente uma situação privilegiada dos autores dos nossos dias” (CUNHA & CINTRA, 1985, p. 24);
- ii) “Pretende mostrar a superior unidade da língua portuguesa dentro da sua natural diversidade, particularmente do ponto de vista diatópico, uma acurada atenção se deu às diferenças no uso entre as modalidades nacionais e regionais do idioma” (*idem*, p. 24);

- iii) “Procura estabelecer, sempre que possível, a equivalência entre os conceitos e a terminologia tradicionais e os da fonética acústica e da fonologia moderna. No estudo das classes de palavras, examinou-se a palavra em sua forma e, a seguir, em sua função, de acordo com os princípios da morfossintaxe” (*idem*, p. 24-25);
- iv) “[busca] uma permanente preocupação de salientar e valorizar os meios expressivos do idioma, o que torna este livro não apenas uma gramática, mas, de certo modo, uma introdução à estilística do português contemporâneo” (*idem*, p. 25).

Diante disso, o primeiro objetivo reflete, conseqüentemente, não somente a existência de uma superioridade linguística dos escritores de português, sejam eles portugueses, brasileiros ou africanos, como também uma dependência da influência de correntes literárias, como o romantismo. O que nos remete para o fato da literatura ser o lugar do bem escrito.

O segundo objetivo evidencia que há variedades linguísticas superiores a outros tipos de variedades, além de deixar claro a superioridade linguística da língua portuguesa, e não de um português brasileiro, uma vez que os autores pretendem mostrar a superioridade da língua portuguesa. O terceiro objetivo mostra que a gramática faz uma tentativa de conciliar os conceitos e terminologias advindos da GT e os advindos dos estudos modernos. O que aponta para uma preocupação dos autores de não fincar seus pensamentos somente nos pressupostos da tradição. O último ponto deixa clara a preocupação dos autores de não escrever somente uma gramática, como também escrever um material que sirva de aporte para fazer uma introdução à estilística do português contemporâneo.

A análise e interpretação do texto de apresentação do material em análise nos serviu, portanto, para que possamos extrair as primeiras impressões sobre a obra, ao passo que conseguimos perceber os objetivos teórico-metodológicos da gramática e que concepção de língua a gramática vai tentar descrever ao longo de seus capítulos.

#### 4.1.1.2 *Localização e organização da(s) seção(ões)*

A segunda categoria de análise diz respeito à localização e organização da seção referente à colocação dos pronomes oblíquos átonos. Inicialmente, é bom apresentar a estrutura que perpassa a GCC. Dessa forma, ela apresenta um total de 22 capítulos indo desde a conceitos gerais de linguagem, língua, discurso e estilo até as dez classes gramaticais que são exigidas pela Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB). O que já aponta,

consequentemente, para uma continuidade da tradição gramatical, quando se refere ao fato de descrever e prescrever as dez classes gramaticais existentes na Língua Portuguesa.

A subseção que faz menção à colocação pronominal dos oblíquos átonos encontra-se no capítulo 11 (pronomes). Além disso, todo o conteúdo é concentrado em uma pequena parte do texto dos autores. Não há uma preocupação em dispersar o assunto em outras subseções ou até mesmo em outras discussões sobre língua e linguagem, que podem ser, inclusive, encontradas nos capítulos iniciais da gramática.

Sobre as regras gerais, a GCC vai segmentá-las em dois tipos: com um só verbo e com uma locução verbal. Contudo, antes disso, vai apresentar as posições verbais que o pronome átono pode ocupar: ênclise, próclise e mesóclise. Uma curiosidade que percebemos na gramática foi o fato de, nesta subseção em especial, os autores não destinarem um espaço para as regras particulares do assunto. O que aponta, então, para o fato de que nem todas as gramáticas vão apresentar regras gerais e particulares para os tópicos de gramática, o que é bem recorrente nas GT.

No que diz respeito às regras gerais com um só verbo, os autores vão apresentar algumas ideias, como: i) “quando o verbo está no futuro do presente ou no futuro do pretérito, dá-se tão somente a próclise ou a mesóclise do pronome” (CUNHA & CINTRA, 1985, p. 324); ii) “não se dá a ênclise nem a próclise com os participios” (*idem*, p. 325); iii) “com os infinitivos soltos, mesmo quando modificados por negação, é lícita a próclise ou a ênclise, embora haja acentuada tendência para esta última colocação pronominal” (*idem*, p. 325). Diante destas três, que são apenas algumas das apresentadas pelos autores, percebemos que eles ainda insistem em reafirmar o uso de colocações pronominais mesoclíticas, como: calar-me-ei ou calar-me-ia, esses são, inclusive, exemplos apresentados na GCC. Dessa forma, o material reafirma e mais uma vez dá continuidade aos postulados gramaticais da tradição.

Em relação às regras gerais com uma locução verbal, a GCC apresenta o seguinte: i) “nas locuções verbais em que o verbo principal está no infinitivo ou no gerúndio pode dar-se sempre a ênclise ao infinitivo ou ao gerúndio” (CUNHA & CINTRA, 1985, p. 329); ii) “a próclise ao verbo auxiliar, quando ocorrem as condições exigidas para a anteposição do pronome a um só verbo, isto é: quando a locução verbal vem precedida de palavra negativa, e entre elas não há pausa” (*idem*). Nessas duas regras, é válido nos voltarmos para o fato de na primeira os gramáticos além de exigirem que **sempre** vai se dar a ênclise quando o verbo principal estiver no infinitivo, vejamos que eles não somente descrevem um fato da língua, como também prescrevem como deve ser (ou não) a colocação pronominal.

Perante essa pequena discussão, percebemos algumas preocupações da GCC, como: concentrar o conteúdo da colocação em somente uma parte da gramática e, conseqüentemente, não discutir sobre isso em outros momentos do texto, o que já faz parte da elaboração de materiais tradicionais; e prescrever regras para as pessoas que vão, ocasionalmente, consultar a obra.

#### *4.1.1.3 Natureza dos dados linguísticos*

Para continuar as nossas análises, o terceiro passo é perceber de onde são advindos os dados linguísticos, que servem como exemplos para nortear as regras prescritas pelas gramáticas. Dessa maneira, é esperado, na maioria das descrições, que as gramáticas de cunho tradicional, como GCC, utilize dados provindos da escrita e, sobretudo, da literatura, tendo em vista que essa foi considerada, por muito tempo, o lugar do bem falar e do bem escrever.

Dessa feita, Cunha & Cintra (1985) ratificam essa ideia e faz usos de dados literários para fomentar os seus exemplos explicativos. Sendo assim, na subseção de colocação dos pronomes oblíquos átonos, eles citam uma seleta lista de literários, como: Mário de Sá Carneiro, Manoel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Machado de Assis, Olavo Bilac, Ferreira de Castro, Cecília Meireles, dentre outros inúmeros exemplos.

Surge disso, então, a motivação da GCC de ainda prezar, por exemplo, pela ênclise, tendo em vista que as obras desses autores conservaram esse modelo engessado de língua que defendia as colocações mesoclíticas. Além disso, o autor bebe da tradição, para provar, por meio de trechos de livros desses autores, que é na literatura que conseguimos apreender aquilo que é certo ou errado para o português.

Dentre os inúmeros dados da literatura, podemos citar os seguintes:

- i) “Agarraram-na conseguindo, a muito custo, arrastá-la do quarto” (Coelho Neto, OS, I, 43);
- ii) “Na segunda-feira, ao ir ao Morenal, parecera-lhe, sentir pelas costas risinhos a escarnecê-la” (Eça de Queirós, O, I, 124).
- iii) “Não, apeio-me aqui...” (Machado de Assis, OC, I, 690).

A partir desses poucos exemplos, é visível a preocupação da GCC em lançar mão de obras literárias e, sobretudo, tradicionais, para que, dessa forma, possa erguer um modelo de língua que não condiz com os reais funcionamentos linguísticos.

À face do exposto, podemos apontar que os dados linguísticos da GCC, assim como era esperado, são dados advindos da escrita literária e, conseqüentemente, de uma cultura lusófona que não representa, infelizmente, o PB propriamente dito. Todavia, é válido ressaltar que os autores destinam duas páginas para expor sobre a colocação dos pronomes átonos no Brasil, o que será discutido na próxima subseção.

#### 4.1.1.4 *Categorias e conceitos utilizados*

Os conceitos usados pela GCC são expostos através de regras gerais, como dito anteriormente, espaço que Cunha & Cintra (1985) dedicam para evidenciar as normas que envolvem a Língua Portuguesa. Em outro (pequeno) espaço, denominado de *A colocação dos pronomes átonos no Brasil* eles se detêm à apresentação da colocação pronominal átona do português do Brasil, principalmente, como eles mesmos intitulam, no colóquio normal, ou seja, na língua coloquial. Erroneamente associam a língua dos brasileiros à informalidade.

Nessa perspectiva, dentro das regras gerais, apesar de não apresentarem particularidades, a GCC evidencia algumas observações acerca da colocação dos pronomes oblíquos átonos:

Há, porém, casos em que, na língua culta, se evita ou se pode evitar essa colocação, sendo por vezes conflitantes, no particular, a norma portuguesa e a brasileira. Procuraremos, assim, distinguir os casos de próclise que representam a norma geral do idioma dos que são optativos, e ambos, daqueles em que se observa uma divergência de normas entre as variantes europeia e americana da língua. (CUNHA & CINTRA, 1985, p. 323).

Dessa maneira, o material de análise mostra uma preocupação em apresentar as variantes linguísticas no que diz respeito ao assunto em análise. Apesar de normativo e de não apresentar usos reais do português, ele atenta para o fato da existência de variantes linguísticas no tocante à colocação dos pronomes oblíquos átonos.

No que concerne à apresentação da colocação pronominal átona no Brasil, os autores vão iniciar o tema dizendo que “a colocação dos pronomes átonos no Brasil, principalmente no colóquio normal, diferente da atual colocação portuguesa que se encontra, em alguns casos, similar na língua medieval e clássica” (*idem*, p. 330). Posterior a isso, vão apresentar poucas regras em relação ao tema abordado:

- i) “A possibilidade de no português do Brasil iniciarmos frases com pronomes oblíquos átonos, especialmente com o me”, exemplo: **Me desculpe** se falei demais (Érico Veríssimo, A, II, 487);
- ii) “A preferência pela próclise nas orações absolutas, principais e coordenadas não iniciadas por palavra que exija ou aconselhe tal colocação”, exemplo: **O usineiro nos entregava** o açúcar pelo preço do dia, pagava a comissão e armazenagem e nós especulávamos para as praças do Rio e São Paulo (José Lins do Rego, U, 251).
- iii) “A próclise ao verbo principal nas locuções verbais”, exemplo: Não, não sabes e **não posso te dizer mais**, já não me ouves (Luandino Vieira, NM, 46).

Diante do vasto repertório linguístico do português do Brasil e das nuances que envolvem esta língua, torna-se quase que insuficiente a discussão que a GCC faz sobre o tema, uma vez que, ela mais uma vez, apresenta somente exemplos advindos da literatura, agora com Érico Veríssimo, José Lins do Rego e Luandino Vieira, não mostra os reais funcionamentos linguísticos, e não apresenta o tema pensando, por exemplo, na abordagem oral e, conseqüentemente, evidencia a modalidade escrita como aquela que é principal para aplicação dessas regras, conceitos e categorias usadas na apresentação do tema.

#### 4.1.1.5 *Descrição/prescrição gramatical*

A última, e não menos importante, categoria de análise diz respeito à descrição e/ou prescrição gramatical promovida pelos objetos de análise. Para tanto, neste ponto, vamos perceber de que maneira a apresentação do conteúdo é feita para o leitor, se é restrita a somente uma descrição linguística, ou se há uma prescrição, ditando aquilo que é certo ou errado para o funcionamento da língua portuguesa.

Inicialmente, é importante citar se, ao abordar a colocação dos pronomes oblíquos átonos, há uso de expressões modalizadoras, como *normalmente*, *frequentemente*, *em geral*, *pode*, *às vezes*, *naturalmente*, entre outras. Partindo dessa premissa, conseguimos apontar que só há dois casos em que a GCC usa esses tipos de expressão, o que aponta para uma possível tentativa de fugir de uma mera prescrição gramatical. Para comprovar isto, vejamos um trecho da gramática que afirma o que estamos discutindo:

Observe-se por fim que, sempre que houver pausa entre um elemento capaz de provocar a próclise e o verbo, **pode ocorrer** a ênclise: Pouco depois, detiveram-se de novo (Ferreira de Castro, OC, I, 403).

A ênclise é **naturalmente** obrigatória quando aquele elemento, contíguo ao verbo, a ele não se refere, como neste exemplo: - Sim, sim, disse ela desvairadamente, mas avisemos o cocheiro que nos leve até a casa de Cristiano. – Não, apeio-me aqui... (Machado de Assis, OC, I, 690) [grifos nossos].

O exemplo aponta não somente para o uso da expressão modalizadora, como também indica para uma prescrição gramatical, a partir do momento que os autores citam que a ênclise é um movimento obrigatório quando houver pausa entre um elemento e outro (não se mostra que elemento é este), capaz de provocar a próclise e o verbo. É interessante ressaltar que os autores do material gramatical nem pensam em outras possibilidades linguísticas para o caso, nem citam outros exemplos que fujam da escrita literária.

À reboque do que foi visto nesta categoria, podemos dizer, portanto, que a GCC apresenta poucas expressões modalizadoras referentes à colocação dos pronomes oblíquos átonos. Ainda insiste na ideia ultrapassada de realizar uma prescrição gramatical, o que é reflexo e consequência de uma doutrina gramatical que perdurou ao longo da história, como foi discutido nos capítulos teóricos deste trabalho.

Finalizada a análise desta primeira gramática, é de suma importância situarmos o leitor deste trabalho que, um pouco mais a frente, há uma subseção para sistematizar e comparar os dados que aqui estão sendo apresentados.

#### **4.1.2 Moderna gramática portuguesa, de Evanildo Bechara (1999)**

Neste momento vamos analisar a segunda gramática referente à tradição gramaticeira. Sendo assim, vamos, a partir do que foi discutido nos capítulos teóricos, erguer conhecimentos sobre a *Moderna gramática portuguesa*, de Evanildo Bechara (1999), da editora Lucerna.

##### *4.1.2.1 Texto de apresentação da obra*

É plausível considerar que, na gramática analisada, o autor apresenta dois textos de apresentação, um para a 1ª edição e outro para a 37ª. Diante disso, os dois textos foram analisados, com a finalidade de conhecer, principalmente, os objetivos pelos quais se detêm a gramática. Ambos os textos, inclusive, chegam a ser semelhantes, quando pensamos nas informações apresentadas por eles.

De antemão, Bechara (1999) ressalta sobre o amadurecimento da obra, no sentido de que novas leituras dos teóricos da linguagem foram inseridas da primeira até a última edição do livro, uma vez que, segundo ele,

Amadurecido pela leitura atenta dos teóricos da linguagem, da produção acadêmica universitária, das críticas e sugestões gentilmente formuladas por companheiros da mesma seara e da leitura demorada de nossos melhores escritores, verá facilmente o leitor que se trata aqui de um novo livro. (BECHARA, 1999, p. 19).

Desta forma, faz-se necessário atentar para as mudanças feitas pelo autor de uma edição para a outra da gramática.

Diferente de Cunha e Cintra (1985), Bechara (1999) vai apresentar uma proposta teórica, que tem por objetivo reformular a teoria gramatical, aliando, pois, a preocupação de uma científica descrição sincrônica a uma visão sadia da gramática normativa. Isso aponta, portanto, para o fato da gramática conjugar descrição com prescrição, uma vez que, como o próprio autor salienta, a obra se intitula como um instrumento normativo. Além disso, dá para identificar as principais influências teóricas e metodológicas da gramática, tendo em vista que

É de toda justiça – e por isso esta edição é a eles dedicada – lembrar aqui, em primeiro lugar, nosso inesquecível mestre e amigo M. Said Ali, e, não menos presentes, este teórico profundo e admirável que é Eugenio Coseriu, ao lado de seu ilustre colega de reflexão linguística, que é J. G. Herculano de Carvalho, e do nosso primeiro linguista J. Mattoso Câmara Jr., guia seguro desde o lançamento inicial da *Moderna Gramática Portuguesa* (*idem*, p. 19).

Desta maneira, a Gramática de Evanildo Bechara (*Doravante GEB*) se diferencia da GCC por realizar uma tentativa de apresentar ao leitor suas principais influências científicas, a partir do momento que dedica seu material aos linguistas citados anteriormente.

Quanto aos objetivos da GEB, podemos apontar os seguintes:

- i) Apresentar, aos colegas de magistério e pesquisa, úteis sugestões ou temas de reflexão para uma proposta de melhoria da vigente nomenclatura gramatical;
- ii) Apresentar fundamentos que alicercem o conhecimento reflexivo da Língua Portuguesa, traço que é da nacionalidade e elo fraterno da lusofonia;

Nesta perspectiva, percebemos, então, a preocupação de Bechara (1999) não somente de apresentar uma reflexão para melhorar a NGB, como também reafirmar a importância de se refletir sobre a língua. Além disso, é perceptível a preocupação da GEB em mencionar a cultura lusófona; inclusive, o autor, vez ou outra, faz menção a esta, como forma de reconhecer a sua importância e influência linguística sobre a LP.

Em relação ao primeiro objetivo, a GEB aponta que, nas suas descrições linguísticas, vai perdurar a preocupação em reformular a NGB, evidenciando, dessa forma, que ela por muito tempo serviu como parâmetro para a produção de gramáticas no Brasil. No que diz respeito ao último objetivo exposto, podemos apontar uma outra dependência (e influência), referente à cultura portuguesa, que, assim como a NGB, também serviu de parâmetro para as descrições (ou prescrições, como Bechara mesmo apresenta) linguísticas presentes na gramática.

Diante disso, além de uma descrição, a GEB vai promover uma prescrição para os usos da LP. Ainda por cima, e diferente da GCC, apresenta suas principais influências teóricas, o que é um dado de extrema importância, uma vez que, dificilmente, vamos conseguir identificar as raízes teóricas que as GNR possuem, tendo em vista que elas partem dos postulados da GT. À reboque dessas informações, discutimos, posteriormente, como se organiza a seção dos pronomes oblíquos átonos, qual a natureza dos dados usados pela GEB, que categorias e conceitos são utilizados e de que maneira é feita a descrição e/ou prescrição linguística.

#### *4.1.2.2 Localização e organização da(s) seção(ões)*

A GEB, além da introdução, que apresenta as dimensões e níveis da linguagem, mostra um apanhado histórico sobre o português. A estrutura da gramática é dividida em cinco partes, sendo elas: i) Fonética e fonologia; ii) Gramática descritiva e normativa: as unidades no enunciado; iii) Pontuação; iv) Noções elementares de estilística; v) Noções elementares de versificação. Dentro de cada uma dessas partes há capítulos específicos.

A parte I apresenta tópicos referentes à fonética e a fonologia, como: produção dos sons e classificação dos fonemas, discussões voltadas para o processo de ligação dos vocábulos, prosódia e ortografia. Na parte II, a mais extensa, inclusive, vai mostrar todas as classes de palavra, assim como dita a NGB: substantivo, adjetivo, artigo, pronome (é nesse capítulo que se centra o nosso tema de pesquisa), numeral, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição. Além disso, vai evidenciar uma análise mórfica dessas unidades.

A parte III mostra assuntos voltados para a pontuação, como: os diversos tipos de sinais de pontuação e o entendimento sobre o texto. A parte IV discute sobre as noções elementares da estilística: estilística e gramática, estilística e retórica, análise literária e análise estilística. E a última parte discute sobre as noções principais de versificação, como rítmica do poema, poesia, prosa, verso e versificação.

Essas últimas partes, inclusive, deixa claro a preocupação da GEB, assim como na GCC, de enaltecer aspectos voltados à literatura, tendo em vista que ela foi, por muito tempo, importante para sabermos como escrever e falar corretamente, de acordo com a norma-padrão vigente, como foi discutido nos capítulos teóricos.

À reboque disso, a colocação dos pronomes oblíquos átonos localiza-se na parte II, especificamente, quando se descreve todas as classes gramaticais. Bechara (1999), antes de partir para a colocação pronominal, vai fazer uma pequena apresentação sobre o que designa e quem são os pronomes pessoais. Na parte do emprego dos pronomes, o autor vai dividir em alguns pequenos tópicos: emprego do pronome tônico pelo átono, ordem dos pronomes pessoais, o pronome *se* na construção reflexa, combinação de pronomes átonos e pronome pessoal átono e adjunto adverbial.

Um dado a ser considerado nesta análise é que o autor opta por concentrar todo o assunto de colocação dos pronomes oblíquos em somente uma parte da gramática. A GEB, semelhante à GCC, não estende sua discussão por outras partes da obra. Isso nos evidencia, portanto, um traço desses materiais normativos: a concentração do conteúdo em uma pequena parte do texto, sem dialogar o tema com outros assuntos.

A partir dessa discussão percebemos, portanto, como se dá a organização do conteúdo da colocação dos pronomes oblíquos átonos. Posterior a isso, apresentamos aos leitores deste trabalho a natureza dos dados linguísticos, que são usados para exemplificar o conteúdo em análise.

#### *4.1.2.3 Natureza dos dados linguísticos*

Antes de iniciar esse tópico, é válido mencionarmos que Bechara (1999), na maioria das vezes, faz questão de discutir temas sobre literatura. Inclusive, dedica uma capítulo inteiro da sua gramática ao tema. Portanto, é esperado que os autores façam uso da literatura, seja ela moderna ou não, para representar os exemplos.

Nesse sentido, a GEB também vai fazer uso de exemplos literários para fundamentar os exemplos e explicações sobre colocação dos pronomes oblíquos átonos. Contudo, percebemos a presença de poucos exemplos inventados. Diante disso, alguns dos autores utilizados são os seguintes: Eça de Queirós, Gonçalves Dias, José Oiticica, Machado de Assis, João Ribeiro, Camilo Castelo Branco e Alexandre Herculano.

Para tanto, alguns exemplos literários identificados foram:

- i) “A condessa convidou-me no comboio” (Eça de Queirós);
- ii) “Simeão por si mesmo escolheu o deserto que lhe convinha” (João Ribeiro);
- iii) “A generosidade, o esforço e o amor, ensinaste-os tu em toda a sua sublimidade” (Alexandre Herculano);
- iv) “Ela a rir-se que dançava...” (Gonçalves Dias).

A recorrência de exemplos advindos da literatura e, principalmente, de romances, nas duas gramáticas evidenciam e confirmam, assim, que a literatura para as GNR é o lugar do bem escrito e que devemos ter como ponto de partida para aprender a escrever e falar corretamente.

Já em relação aos exemplos inventados, podemos identificar os seguintes:

- i) João e Maria se escrevem;
- ii) João e Maria se gostam;
- iii) O banco só se abre às dez horas;
- iv) Ele se chama João;
- v) Eles se feriu;
- vi) Eles se cumprimentaram.

Apesar de poucos, esses exemplos inventados mostram uma tentativa da GEB de fugir daquilo que é esperado por uma GNR. Isto é, apresentar somente exemplos literários para fundamentar as discussões gramaticais.

Desta forma, conseguimos perceber que os exemplos nem sempre são retirados da literatura; há casos, mesmo que poucos, que estes podem ser inventados pelo criador do instrumento gramatical. Após isso, vamos mostrar quais categorias e conceitos são usados para fundamentar as discussões sobre a colocação dos pronomes oblíquos átonos.

#### *4.1.2.4 Categorias e conceitos utilizados*

Como dito em outro momento deste texto, a GEB vai apresentar, inicialmente, os pronomes pessoais, para depois partir para a explicação referente ao emprego dos pronomes. Diferente da GCC, a GEB não vai inserir uma seção intitulada de regras gerais, contudo faz algo semelhante ao se deter, em pequenos tópicos, nas aplicações dos pronomes, sejam eles

tônico ou átonos. Sobre esse movimento, é interessante pensar que Bechara (1999) não separa os temas, e sim aborda os dois evidenciando suas particularidades.

Para tanto, algumas subseções são inseridas dentro do espaço intitulado *Emprego dos pronomes*: i) *Emprego de pronome tônico pelo átono*; ii) *Ele como objeto direto*; iii) *Ordem dos pronomes pessoais*; iv) *O pronome se na construção reflexa*; v) *Combinação de pronomes átonos*; vi) *Pronome pessoal átono e adjunto adverbial*.

Os conceitos utilizados para cada uma dessas categorias são expressos no seguintes quadro:

**Quadro 12** - Conceitos utilizados pela GEB na abordagem dos pronomes oblíquos átonos

<b>Conceitos usados para explicar as categorias dos pronomes oblíquos átonos</b>	
i) Emprego de pronome tônico pelo átono	Os pronomes tônicos preposicionados <i>a ele, a ela, a mim, a ti, a nós, a vós</i> podem aparecer na língua exemplar, nos seguintes casos, em vez das formas átonas ( <i>lhe, me, te, nos, vos</i> ). (BECHARA, 1999, p. 174).
ii) <i>Ele</i> como objeto direto	O pronome <i>ele</i> , no português moderno, só aparece como objeto direto quando precedido de <i>todo</i> ou <i>só</i> (adjetivo) ou se dotado de acentuação enfática, em prosa ou verso. ( <i>idem</i> , p. 175).
iii) Ordem dos pronomes pessoais	Na sequência dos pronomes pessoais sujeitos, o português normalmente apresenta ordem facultativa deles: <i>eu e tu, tu e eu; eu e ele, ele e eu; eu e o senhor, o senhor e eu</i> , etc. ( <i>idem</i> , p. 175).
iv) O pronome <i>se</i> na construção reflexa	A reflexividade consiste, na essência, na “inversão (ou negação) da transitividade da ação verbal”. Em outras palavras, significa que a ação denotada pelo verbo não passa a outra pessoa, mas reverte-se à pessoa do próprio sujeito (ele é, ao mesmo tempo, agente e paciente) ( <i>idem</i> , p. 176).

v) Combinação dos pronomes átonos	Ocorrem em português as seguintes combinações de pronomes átonos, notando-se que o que funciona como objeto direto vem em segundo lugar. As formas <i>o, a, os, as</i> procedem das antigas <i>lo, la, los, las</i> . ( <i>idem</i> , p. 179).
vi) Pronome pessoal átono e adjunto adverbial	Pode ocorrer a possibilidade de substituírem os pronomes pessoais átonos, na forma de objeto indireto, <i>me, te, se, nos, vos, lhe, lhes</i> , termos que na oração funcionam como adjuntos adverbiais. ( <i>idem</i> , p. 181).

Fonte: Produzido pelo autor, com base nas contribuições de Bechara (1999).

Diante do que foi exposto no quadro, conseguimos visualizar, então, os principais conceitos que são usados pelas categorias abordadas pela GEB: *Ele* como objeto direto, ordem dos pronomes pessoais, pronome *se* na construção reflexa, combinação dos pronomes átonos e pronome pessoal átono e adjunto adverbial. Com isso, os conceitos utilizados em quase todas as situações realizam uma tentativa frustrante de reflexão linguística. Falamos em frustrante porque não somente os conceitos utilizados são pouco operatórios e pouco esclarecem sobre língua para o leitor da obra, como também os exemplos, como dito anteriormente, não representam as inúmeras manifestações linguísticas do PB. Contudo, a GEB se mostra inovadora perante a GCC, uma vez que não divide as categorias em casos gerais e particulares.

### 3.1.2.5 Descrição/prescrição gramatical

O ponto anterior já nos deixou claro acerca da presença de expressões modalizadoras na GEB. Desta forma, os exemplos encontrados foram os seguintes:

- i) Um exemplo como entre José e mim **dificilmente** sairia hoje da pena de um escritor moderno;
- ii) Os pronomes tônico preposicionados a ele, a ela, a mim, a ti, a nós, a vós **podem aparecer** na língua exemplar [...];

- iii) Na sequência dos pronomes pessoais sujeitos, o português **normalmente** apresenta ordem facultativa deles [...];
- iv) **Pode ocorrer a possibilidade** de substituírem os pronomes pessoais átonos;

A partir desses quatro trechos, que foram extraídos da GEB, conseguimos detectar que a gramática não deixa explicações claras para determinados conteúdos gramaticais, como é o caso da colocação dos pronomes oblíquos átonos. Nessa caso, coloca o leitor diante da certeza que não há nada certo na LP, nem mesmo as regras que são abordadas pelas GNR.

Quanto ao fato de realizar ou uma prescrição ou uma descrição de assuntos gramaticais, percebemos, pois, a tentativa do autor da obra de não fazer somente uma prescrição, como também uma descrição reflexiva de fatos da língua. Isso é um fato interessante a ser pensado, uma vez que é recorrente que as GNR façam somente prescrições linguísticas, assim como fez a GCC. Essa dado ainda nos revela outra interpretação: não podemos generalizar que toda gramática tradicional vai instaurar uma normatividade nos usos da língua. A GEB é um exemplo que tenta conciliar prescrição com descrição, apesar de reconhecermos que esta, assim como outros instrumentos gramaticais, faz uma explanação de regras, que devem ser seguidas pelo usuário de uma língua.

Detectamos, portanto, que um traço recorrente de GNR é usar expressões modalizadoras, como *normalmente*, *geralmente*, *frequentemente*, *difícilmente*, para realizar as descrições dos assuntos gramaticais, e conseguimos notar isso na seção dedicada à colocação dos pronomes oblíquos átonos.

## 4.2 ANÁLISE DAS GBCP

As gramáticas ainda são vistas, infelizmente, como verdadeiros bichos-papões (FARACO, 2008). Diante disso, há de um lado os pais querendo que os filhos saiam das aulas de LP sabendo gramática, do outro lado está a escola querendo, constantemente, que o professor normatize os usos linguísticos dos estudantes. E no meio desse dilema está o docente que, na maioria das vezes, não sabe qual caminho seguir para preparar suas aulas, principalmente, quando se vê na necessidade de abordar algum tópico de gramática. E nesse pequeno caso da vida cotidiana docente, ainda há os discentes dos cursos de graduação em letras, futuros professores, que saem de suas licenciaturas sem respostas adequadas para perguntas que envolvem o ensino de gramática.

Nesse quadro de problemáticas, as GBCP surgem para suprir algumas das necessidades mencionadas, algumas gramáticas pensando nas questões de ensino, outras pensando no funcionamento real da língua, e ainda há aquelas que se comprometem a discutir sobre a realidade linguística do Brasil e os usos que são, realmente, recorrentes no PB.

Nesse sentido, quando falamos em gramática, pensamos em um livro que trata de forma abrangente os elementos constitutivos de uma língua (FARACO & VIEIRA, 2016). E quando falamos em GBCP, pensamos nelas como materiais que não se propõem somente a prescrever os usos linguísticos adequados às situações de fala e escrita, como fazem as GNR, mas como ferramentas gramaticais que irão nos apresentar os funcionamentos reais de uma língua.

Sendo assim, esses materiais “abraçam diferentes objetivos, se valem de referenciais teóricos particulares, selecionam temas e conteúdos específicos a seus propósitos e se organizam de maneiras bastante singulares” (*idem*, p. 293). Com isso, as GBCP não partem de uma mesma perspectiva teórica ou dos mesmos temas e objetivos. Elas têm como ponto em comum a heterogeneidade linguística e são projetos de gramatização distintos.

Dessa maneira, três gramáticas foram escolhidas para serem analisadas, sendo a primeira a *Gramática de usos do português*, de Maria Helena de Moura Neves (2000), a segunda a *Gramática do português brasileiro*, de Mário Perini (2010), e a terceira e última, mas não menos importante, a gramática de Marcos Bagno (2012), intitulada de *Gramática pedagógica do português brasileiro*. Para tanto, iremos não somente analisar, como também interpretar os dados, que são poucos para dimensão descritiva e teórica dessas gramáticas, no que diz respeito à colocação dos pronomes oblíquos átonos.

#### **4.2.1 Gramática de usos do português, de Maria Helena de Moura Neves (2000)**

A primeira gramática escolhida é a Gramática de Neves (*doravante* GN), que recebe o nome de *gramática de usos do português*, publicada pela editora da UNESP, no ano de 2000. Para tanto, segundo a própria autora no livro *Gramáticas contemporâneas do português: com a palavra, os autores*, a obra é de natureza descritiva e examina usos reais do português brasileiro, parte de processos que atingem o nível do texto e estabelece que os fatos de gramática integram componentes da sintaxe, semântica e pragmática

#### 4.2.1.1 Texto de apresentação da obra

Declarada pela autora como uma gramática que “constitui uma obra de referência que mostra como está sendo usada a língua portuguesa atualmente no Brasil” (NEVES, 2000, p. 13), a GN vai deixar claro os reais funcionamentos do PB, mostrando, assim, as regras que regem o português no Brasil. Diferente das GNR, que restringiam suas descrições ao nível da frase, Neves (2000) vai apresentar ao leitor descrições que vão desde o sintagma até o texto.

Maria Helena de Moura Neves vai partir, então, de um português vivo, sem grandes compromissos e/ou dependências com uma cultura lusófona, que por muito tempo engendrou os usos linguísticos. Ela vai exibir, em seu material, todas as possibilidades de composição que podem ser aproveitadas pelos usuários de uma língua para a “obtenção do sentido desejado em casa instância” (*idem*). Nessa perspectiva, podemos esperar da *Gramática de usos do português* um material compromissado em reafirmar a importância da instalação de um PB em detrimento de um português que, por muitos anos, teve como objetivos principal marginalizar alguns usos linguísticos.

Um ponto a ser discutido sobre a GN é que ela vai partir das tradicionais classes de palavra que conhecemos: verbo, substantivo, adjetivo, advérbio, pronome, artigo, numeral, conjunção, preposição e interjeição. Contudo, sem prezar pela normatividade linguística que perdurava sobre as GNR. Segundo Neves (2000), há um motivo para ter como ponto de partida essas classes de palavra: “porque o leitor ou consulente comum, sem ser conhecedor do assunto, vai poder situar-se na sua busca, para chegar ao que quer saber” (*idem*). Logo, não é aleatório ter essas classes de palavra como ponto de partida. Isso ocorre, para que a autora possa atingir os leitores que pouco conhecem do assunto.

Além disso, a GN tem como objetivo apresentar aos leitores um material de descrição dos usos efetivos dos itens da língua, compondo assim um material de referência. Para que a gramática se torne, então, esse material de referência, a autora tem como alvo dois públicos distintos:

- “O falante comum, que, nas diversas situações em que utiliza a linguagem, pode obter orientação sobre o uso eficiente dos recursos de sua língua” (NEVES, 2000, p. 14).
- “O estudioso da língua portuguesa, que pode assentar suas explorações no conhecimento das investigações já efetuadas, evitando atuar de modo repetitivo e assegurando a seu trabalho o caráter de avanço e aprimoramento” (*idem*).

Esses pontos confirmam outro diferencial em relação à gramática: não pensar em escrever um material, somente para entendedores ou especialistas linguísticos, como era comumente realizado nas gramáticas de referência. A GN tenta, o máximo possível, se aproximar não somente deste público, como também do falante comum, que utiliza diariamente o PB.

Ainda por cima, o texto de apresentação da gramática diz que Neves (2000) tem o texto como real unidade de função. Em outra ocasião, em uma entrevista concedida à tevê da Universidade Estadual de Maringá<sup>4</sup>, a autora defende que qualquer análise de tópico gramatical deve ter como ponto de discussão o texto. Nesse sentido, é evidente a preocupação da autora em partir do texto, para retirar as possíveis reflexões sobre ensino de tópicos de gramática, seja ele pronome oblíquo átono ou não. Ela ainda diz no texto de apresentação da obra o seguinte:

Embora uma gramática de usos não seja, em princípio, normativa, para maior utilidade ao consulente comum a norma de uso é invocada comparativamente, de modo a informar sobre as restrições que tradicionalmente se fazem a determinados usos atestados e vivos. (NEVES, 2000, p. 14).

Diante disso, percebemos, além da preocupação em promover a reflexão sobre os usos reais do PB, o reconhecimento da GN acerca das regras que restringem os usos atestados e vivos do português, mesmo esse material não sendo considerado normativo.

#### 4.2.1.2 *Constituição do arcabouço teórico*

Diferente das GNR, as GBCP partem de distintos arcabouços teóricos. Vieira (2016) afirma que os materiais gramaticais contemporâneos se valem de referenciais teóricos particulares. Consequentemente, a GN vai também possuir um projeto teórico distante ou até mesmo semelhante, se for o caso, das gramáticas que, neste capítulo de análise, ainda serão previamente analisadas.

Em relação, por exemplo, à abordagem das classes gramaticais, como foi dito anteriormente, a autora vai se valer de diferentes princípios teóricos para dirigir o tratamento dessa questão.

As partes se codividem segundo os processos que dirigem a organização dos enunciados para obtenção do sentido do texto: a predicação, a referenciação, a quantificação, a quantificação e a indefinição, a junção. Tratam-se temas como o funcionamento da híbrida classe dos advérbios e da complexa classe dos

---

<sup>4</sup> A entrevista pode ser acessada no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=miWiuv1xT3E>.

indefinidos, a diferença de direções da referenciação, os níveis de atuação dos diversos subtipos de juntos, entre outro (NEVES, 2000, p. 13).

O trecho da gramática aponta para a tentativa da autora de recorrer, possivelmente, à linguística textual, que toma o texto e as multifuncionalidades de sentido que ele possui, como direcionamento para tratar sobre questões e fatos de gramática. Além disso, a GN reafirma essa posição, ao defender que o texto deve ser a real unidade de função, contudo a autora não especifica ao leitor que função é essa, a que tanto reverencia.

A GN, ao abordar os pronomes pessoais, por exemplo, busca na função textual a chave para inúmeras explicações que envolvem o tema. Sobre isso, Neves (2000) vai dizer o seguinte:

[...] na sua função textual, tanto o nome como o pronome pessoal são peças da organização da mensagem, embora se possa entender que o pronome pessoal, por não operar definição descritiva, seja mais votado para representar, não-marcadamente, o tema (no nível da oração) e o dado (no nível do texto) (NEVES, 2000, p. 17).

Logo, a gramática que estamos analisando não vai ter a oração ou o nível frástico como ponto de análise, agora o texto assume posição de protagonista, quando o assunto é a abordagem das classes de palavras. É no texto que podemos encontrar explicações para o funcionamento da língua. Não é, por exemplo, por meio de dados inventados, que vamos conseguir passar do nível do período simples e explicar as classes gramaticais, assim como a autora salienta.

Ainda em relação às bases teóricas da gramática, é comum a GN buscar no funcionalismo linguístico explicações para os mecanismos que envolvam o funcionamento da língua, uma vez que o princípio da multifuncionalidade constitui a chave para uma interpretação funcional da linguagem, “assenta-se que muitos dos constituintes de uma construção entram em mais de uma configuração construcional” (*idem*). Sendo assim, tendo como apoio a multifuncionalidade do texto, podemos, então, explicar as inúmeras configurações construcionais que permeiam as questões linguísticas.

Fundamentada nesta discussão conseguimos, portanto, identificar algumas bases teóricas, como funcionalismo linguístico e linguística textual. É por meio dessas teorias da linguística contemporânea que a autora, parcialmente, vai tecer considerações sobre língua e linguagem e, conseqüentemente, sobre gramática, tendo em vista que esta é uma parte constitutiva da linguagem.

#### 4.2.1.3 Localização e organização da(s) seção(ões)

A GN é dividida, além da apresentação, em quatro partes. Sendo assim, essas partes estão elencadas logo abaixo:

- Parte I: A formação básica das predicções: o predicado, os argumentos e os satélites;
- Parte II: A referenciação situacional e textual: as palavras fóricas;
- Parte III: A quantificação e a indefinição;
- Parte IV: A junção.

A primeira parte apresenta cinco classes gramaticais: verbo, adjetivo, advérbio, conjunções e pronomes. A segunda parte discute sobre artigos definidos, e pronomes pessoais, possessivos e demonstrativos. A terceira parte vai trazer os artigos indefinidos, pronomes indefinidos e os numerais. A quarta parte, a mais extensa por sinal, vai mostrar as preposições e as conjunções. Neste último assunto são abordadas todos os tipos de conjunções: causais, temporais, condicionais, concessivas, finais, comparativas, consecutivas, conformativas, entre outras.

Sabendo dessas informações iniciais, nosso tema de pesquisa, os pronomes oblíquos átonos, pode ser encontrado na seção de pronomes pessoais, especificamente entre as páginas 449 e 470. Nesse sentido, a autora vai apresentar alguns subtópicos para explicar melhor sobre o tema: i) *A natureza dos pronomes pessoais*; ii) *As formas dos pronomes pessoais*; iii) *As funções dos pronomes pessoais*; iv) *Os empregos dos pronomes pessoais*.

A primeira parte intitulada de *A natureza dos pronomes pessoais* vai apresentar os pronomes pessoais como uma classe gramatical de natureza fórica, ou seja, ele tem como traço categorial a capacidade de fazer uma referência pessoal. E não somente isso, a GN também defende que os pronomes pessoais têm a capacidade de identificar de forma pura a pessoa gramatical do discurso.

Na segunda parte, *As formas dos pronomes pessoais*, Neves (2000) afirma que há pronomes pessoais para referenciar as três pessoas gramaticais do singular e do plural. Para o singular, *eu, tu, você, ele, ela*, e para o plural, *nós, vós, vocês, eles, elas*. É válido prezar, neste ponto, pela consideração do *você* como pessoa do discurso, traço que não é visto nas gramáticas tradicionais, que não elencam o pronome *você* como um dos pronomes pessoais.

Na terceira parte denominada de *A função dos pronomes pessoais*, a GN vai indicar que os pronomes têm duas funções: interacional e textual. A primeira “representa na sentença os papéis do discurso, função que remete à situação de fala” (NEVES, 2000, p. 452); a segunda garante a “continuidade do texto, remetendo a elementos do próprio texto” (*idem*). Isso dá indícios de uma possível renovação desse instrumento se comparado com as GNR, uma vez que ele considera não só a fala, mas também o texto, como níveis de análise gramatical.

A quarta e última parte é referente aos *Empregos dos pronomes pessoais*, e diz respeito, justamente, ao nosso tema de pesquisa: a colocação dos pronomes. Neste sentido, a GN vai dizer que os pronomes pessoais podem fazer referência a indivíduos que desempenham papéis diferentes, do ponto de vista do discurso. Vale lembrar que nem o discurso, nem muito menos os indivíduos eram considerados pela GCC e GEB, gramáticas anteriormente analisadas.

Diante dessa pequena discussão, constamos, portanto, que não é somente a estrutura das GBCP que se diferencia das GNR, mas o conteúdo que elas apresentam aos leitores são diferenciados, seja porque aborda a fala, seja porque aborda o texto, ou até mesmo o discurso. Isso se faz, então, como um dos pontos de ruptura entre a tradição e a contemporaneidade gramatical.

#### 4.2.1.4 Natureza dos dados linguísticos

A GN vai usar na constituição da obras dados advindos da escrita, não somente da esfera da literatura romanesca, mas também de outras esferas, como: técnica, oratória, jornalística e dramática. Dessa forma, levantar conhecimentos acerca da natureza dos dados linguísticos usados pela obra é sinônimo de perceber, facilmente, traços de ruptura com a tradição gramatical, que tinha na literatura o suporte para extrair exemplos para posteriores descrições linguística. Diante disso, Neves (2000) salienta, em relação ao *corpus* usado pela gramática, o seguinte:

Os usos são observados em uma base de dados de 70 milhões de ocorrências que está armazenada no Centro de Estudos Lexicográficos da UNESP – Campus de Araraquara, a mesma que serviu à organização do *Dicionário de usos do português*, que acaba de ser elaborado por uma equipe coordenada por Francisco da Silva Borba, do qual Maria Helena de Moura Neves é co-autora. Esse *corpus* abriga textos escritos de literaturas romanescas, técnica, oratória, jornalística e dramática, o que garante diversidade de gêneros e permite a abrangência de diferentes situações de enunciação, incluindo a interação, sendo notável a representatividade da língua falada, encontrada na simulação que dela fazem as peças teatrais. Infelizmente,

como se sabe, não há disponível, no Brasil, nenhum banco de dados representativos da língua fala contemporânea (NEVES, 2000, p. 14).

Partindo desse pressuposto, a GN não é somente uma gramática que vai se deter em perceber na literatura o local do bem falar e do escrever. A obra procura, em outros ambientes, exemplos que sirvam de base para explicações de determinados fatos linguísticos.

Para comprovar o que estamos dizendo, vejamos abaixo alguns exemplos, entre muitos, que são expostos pela GN:

- “Ele voltava, ela ria; ele sumia, ela chorava”. (A semente. GUARNIERI, G. São Paulo: M. Moho, s.d);
- “Vi-me, sem querer, em um espelho baço, e me achei mais feio e mais velho”. (A borboleta amarela. BRAGA, R. Rio de Janeiro: Record, 1955);
- “É, saíra com vontade de dar uma rabanada, mas disfarçou e desceu para a suíte, onde Angelo Marcos ainda dormia de peruca e boné, e se olhou no espelho com raiva”. (O sorriso do lagarto. RIBEIRO, J. U. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984);
- “Faze para ti e teus filhos, e a tua mulher, e as mulheres de teus filhos, e de tudo o que vive, dois de cada espécie, macho e fêmea, uma arca, pois o fim de toda a carne é vindo”. (A velhinha de Taubaté. VERÍSSIMO, J. F. Porto Alegre: L&PM, 1983);
- “Ainda assim, é o melhor presente que dei a mim mesmo quando completei outro dia 94 anos (64 de jornalismo)”. (Revista imprensa);
- “Nós nos castigamos e perseguimos uns aos outros, estudamos modos de nos prejudicarmos, de nos ferirmos mutuamente com ódio, abusos e injúrias” (A paixão transformada. História da medicina na literatura. SCLIAR, M. São Paulo: Cia. das Letras, 1996).

Com essa exposição de exemplos, percebemos a preocupação da GN em mostrar um possível ponto de ruptura com as gramáticas que por muito tempo normatizaram os usos linguísticos, nesse caso, as GNR. A obra é positiva, ao trazer à baila exemplos não somente da literatura, como também dados que são da esfera jornalística.

Diante disso, é importante que os novos materiais gramaticais prezem por além da literatura, por aqueles usos linguísticos que atinjam todos os usuários da língua, seja por meio de crônica, de textos jornalísticos, ou até mesmo textos da oratória. Isso representa, conseqüentemente, a responsabilidade do material para com os seus leitores e um cuidado em abarcar todos (ou quase todos) os usos linguísticos.

#### 4.2.1.5 *Categorias e conceitos utilizados*

Essa categoria de análise, como dito em outro momento, diz respeito aos conceitos que são utilizados pelos autores de gramática para explicar fatos linguísticos. De antemão, podemos adiantar que, diferente das GNR, as GBCP não vão dividir o conteúdo de colocação pronominal oblíqua átona em regras gerais e particulares; isso é uma característica particular pertencente à tradição gramatical. Contudo, a GN detém um espaço para mostrar as particularidades do emprego de pronomes pessoais.

Um dado plausível para a nossa pesquisa é perceber que a GN não se detém, por exemplo, na divisão tradicional referente à colocação dos pronomes oblíquos átonos: próclise, mesóclise e ênclise. Isto pode ser, comumente, encontrado nas GNR. Nem no índice remissivo conseguimos detectar o assunto sendo abordado na *Gramática de usos do português*, com exceção da próclise, que pode ser encontrada em uma única página da gramática.

Esse dado aponta para outra ruptura: de não seguir à risca o que foi postulado pela tradição gramatical, no que diz respeito à colocação pronominal. Como sabemos, o PB é, naturalmente, proclítico. Possivelmente, por esse motivo, a autora ainda aborda a próclise em suas descrições linguísticas. A mesóclise, que é uma característica do português europeu, nem é citada por Neves (2000). Isso também se dá pelo fato da autora não se deter a uma simples prescrição gramatical, em que os usuários de uma língua precisam saber, adequadamente, quando posicionar o pronome pessoal diante do verbo.

Para tanto, apresentamos, no quadro que segue, os principais conceitos envolvidos na abordagem da colocação dos pronomes oblíquos átonos pela GN:

**Quadro 13** - Conceitos usados pela GN na abordagem dos pronomes oblíquos átonos (Regras gerais)

<ul style="list-style-type: none"> <li>• “São restritas a funções completivas as formas oblíquas átonas” (NEVES, 2000, p. 453).</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• “Os pronomes pessoais átonos não-reflexivos de terceira pessoa têm formas particulares para objeto direto (é a forma O, e suas variantes de gênero e número)” (<i>idem</i>, p. 453).</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• “As formas O e A de pronomes pessoais, quando proclíticas, podem sofrer alterações” (<i>idem</i>, p. 454).</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• “Depois de forma verbal com final em nasal, passam a ‘-no’ e ‘-na’, respectivamente,</li> </ul>

não havendo alteração na forma verbal” ( <i>idem</i> , p. 454).
<ul style="list-style-type: none"> <li>• “Os pronomes pessoais átonos reflexivos e recíprocos têm as mesmas formas para objeto direto e para objeto indireto” (<i>idem</i>, p. 455).</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• “Os pronomes plurais de segunda pessoa (vós, vocês, e as correspondentes formas oblíquas) referem-se: à soma de mais de uma segunda pessoa e à soma de segunda pessoa e terceira” (<i>idem</i>, p. 460).</li> </ul>

Fonte: produzido pelo autor, com base nas contribuições de Neves (2000).

O quadro 13 evidencia apenas um pequeno recorte de alguns conceitos utilizados pela autora. Esses conceitos apontam, assim, para uma tentativa da GN de pensar além do que era descrito pelas gramáticas tradicionais, quando, por exemplo, considera *você* como um pronome pessoal, fato que, raramente (ou quase nunca), encontramos nas GNR que foram analisadas neste trabalho. Em contrapartida, a GN dá continuidade à tradição gramatical, uma vez que divide sua descrição linguística em regras gerais e particulares. Sendo assim, neste outro quadro, conseguimos identificar as particularidades envolvidas na abordagem dos pronomes oblíquos átonos.

**Quadro 14 - Conceitos usados pela GN na abordagem dos pronomes oblíquos átonos (Regras particulares)**

<ul style="list-style-type: none"> <li>• “As formas de pronomes pessoais comigo, contigo, consigo, conosco e convosco, correspondem, respectivamente, a com mim, com ti, com si, com nós e com vós, e se empregam, especialmente, quando não se segue nenhuma especificação” (NEVES, 2000, p. 465).</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• “O pronome oblíquo átono não-reflexivo de terceira pessoa <i>lhe</i> e os pronomes oblíquos átonos de primeira e de segunda pessoa do singular (<i>me</i> e <i>te</i>) podem contrair-se com o pronome oblíquo átono não-reflexivo de terceira pessoa <i>O</i>, numa forma que represente ambas as funções sintáticas (<i>mo</i>, <i>to</i>, <i>lho</i>), embora esse emprego se restrinja ao uso literário ou a um registro mais formal” (<i>idem</i>, p. 466).</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• “O pronome oblíquo átono pode aparecer reforçado pelo pronome oblíquo tônico da mesma pessoa (anteposto ou posposto), precedido de preposição. Esse caso vem tradicionalmente tratado como pleonismo do objeto (direto ou indireto)” (<i>idem</i>, p. 467).</li> </ul>

Fonte: produzido pelo autor, com base nas contribuições de Neves (2000).

Essas regras particulares expostas apontam, então, para uma possível continuidade, que é promovida por Neves (2000), com a tradição gramatical. Assim como a GCC e a GEB, a GN vai também dividir a colocação pronominal em regras gerais e particulares. Essa análise nos diz, portanto, que nem sempre os materiais contemporâneos vão somente romper com o que era postulado pelas gramáticas normativas. Tentamos, assim, provar que as GBCP podem apresentar traços de continuidade, e não somente traços de ruptura.

Diante disso, aproveitamos o ensejo para esclarecer que tanto os objetos quanto as categorias de análise nos fazem sair do “achismo” de que, por exemplo, as GNR vão apresentar somente falhas descritivas (ou prescritivas, como elas mesmo se intitulam), ou que todas as GBCP vão apresentar somente traços de ruptura com a tradição. Nem sempre esse movimento vai ocorrer.

#### 4.2.1.6 *Descrição/prescrição gramatical*

Assim como nas outras gramáticas, na GN também tentamos analisar se há ou não o uso de expressões modalizadoras nos conceitos que são utilizados para abordar o tema da colocação dos pronomes oblíquos átonos. Sendo assim, não conseguimos, dentro dos espaços analisados, detectar o uso dessas expressões. Isso aponta, então, para o que já vínhamos discutindo neste trabalho, de que, ao invés de uma prescrição, as gramáticas contemporâneas realizam uma descrição dos usos linguísticos.

Sendo assim, Neves (2000) descreve o PB sem levar em conta juízos de valores em relação à língua. Como foi discutido no capítulo teórico, a autora citada não promove a confirmação da norma curta (FARACO, 2008), assim como era feito pelas gramáticas da tradição que foram analisadas. Diante disso, detectamos mais um ponto de ruptura: não há uso de expressões modalizadoras nas descrições linguísticas promovidas pela *Gramática de usos do português*.

O que conseguimos levantar acerca dessa categoria de análise, em relação a GN, é que esta descreve os reais funcionamentos linguísticos, sem dar primazia, por exemplo, somente a uma esfera linguística. Ela tenta abarcar o maior número de dados possíveis, com o intuito de evitar que as suas descrições fiquem somente no plano do literário. O exemplo abaixo comprova isso:

- “O pronome vós é usado em estilo cerimonioso em referencia singular ou plural”:
  - No gênero oratório;

- No gênero literário, para um escritor dirigir-se a seu leitor;
  - Na linguagem bíblica, ou religiosa oficial;
  - No gênero dramático, para uma personagem dirigir-se a seus espectadores.
- (NEVES, 2000, p. 461-462).

Esse é apenas um pequeno recorte para confirmar que a autora não se vale somente da literatura, como também envolve outros tipos de texto, como gênero oratório, bíblico, dramático, entre outros. Isso aponta para a preocupação da GN em inovar, quando o assunto é descrever o PB. Além disso, o conceito de norma utilizado pela gramática também se distancia do modelo de norma-padrão, que era usado pelas GNR, e que era responsável por ditar aquilo que era certo ou errado nos usos da língua. Em detrimento dessa norma-padrão, Neves (2000) vai promover uma tentativa de atingir outros textos da modalidade escrita, que não sejam somente textos literários.

#### 4.2.1.7 Continuidades e rupturas com a tradição gramatical

Essa última categoria de análise, referente às GBCP, diz respeito a erguer conhecimentos sobre até que ponto essas gramáticas contemporâneas se distanciam ou se aproximam da tradição gramatical, tendo em vista as últimas categorias de análise discutidas. Para realizar isso, recorreremos a estratégia de produção de quadro comparativo. Para tanto, segue abaixo o quadro que evidencia os principais traços de continuidade e ruptura proporcionados por esses novos materiais do mercado editorial dos cursos de letras.

**Quadro 15** - Pontos de continuidade e ruptura entre a tradição e a contemporaneidade encontrados na GN

<b>Categoria de análise</b>	<b>Pontos de continuidade</b>	<b>Pontos de ruptura</b>
<b>TEXTO DE APRESENTAÇÃO</b>	Não apresenta pontos de continuidade relevantes <sup>5</sup> .	Evidencia as filiações teóricas da gramática e assume-se como uma gramática que descreve real comportamento das classes gramaticais, de acordo com o seu funcionamento.
<b>ARCABOUÇO</b>	Não apresenta pontos de	Apresenta que suas principais filiações

<sup>5</sup> Citamos relevantes, pois as GBCP, apesar dos avanços, ainda costumam apresentar traços de continuidade, assim como defendem Faraco & Vieira (2016) no livro *Gramáticas Brasileiras: com a palavra, os leitores*.

<b>TEÓRICO</b>	continuidade relevantes.	teóricas são: funcionalismo linguístico e linguística textual.
<b>LOCALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA SEÇÃO</b>	Focaliza o conteúdo da colocação dos pronomes oblíquos átonos em apenas uma parte da gramática, tal como fazem as GNR, sem dialogar o tema com outras abordagens.	Não apresenta pontos de ruptura.
<b>NATUREZA DOS DADOS LINGUÍSTICOS</b>	Não apresenta pontos de continuidade relevantes.	Mostra dados que vão além de dados literários. Parte das esferas jornalísticas, orais, técnicas, entre outras, para fundamentar e exemplificar o conteúdo.
<b>CATEGORIAS E CONCEITOS UTILIZADOS</b>	Divide o conteúdo em regras gerais e particulares, assim como era realizado pelas gramáticas normativas.	Não apresenta expressões modalizadoras, como: frequentemente, geralmente, pode ser, dificilmente, entre outras.
<b>DESCRIÇÃO/ PRESCRIÇÃO GRAMATICAL</b>	Não apresenta pontos de continuidade relevantes.	Apresenta, aos leitores e interessados na língua portuguesa, uma abordagem descritiva e, conseqüentemente, não se detém a uma mera prescrição gramatiquera.

Fonte: Produzido pelo autor, com base nas análise da GN.

A partir do que foi apresentado no quadro de natureza comparativa, percebemos, portanto, que não há somente traços de ruptura, há também traços de continuidade. Apesar de existirem mais pontos de ruptura, isso prova, mesmo que de forma mínima, que a influência da GT ainda consegue atingir as GBCP, uma vez que algumas categorias de análise ainda evidenciaram traços de continuidade, como: localização e organização da seção, e as categorias e conceitos utilizados.

Sendo assim, não podemos ser imaturos, do ponto de vista científico, em dizer que os novos instrumentos gramaticais, publicados recentemente, apresentam somente pontos de ruptura simplesmente por terem sido produzidos na contemporaneidade e terem como suporte inúmeras pesquisas linguísticas. As GBCP, como é o caso da GN, ainda apresenta traços que reafirmam o poder da GT. Diante dessa reflexão, encerramos, pois, a análise da primeira gramática contemporânea, e partimos, assim, para a análise dos próximos materiais: *Gramática do português brasileiro* e *Gramática pedagógica do português brasileiro*, respectivamente.

#### 4.2.2 *Gramática do português brasileiro*, de Mário Perini (2010)

A segunda gramática é a de Perini (de agora em diante chamada de GP). Intitulada de *Gramática do português brasileiro*, foi publicada em 2010 pela Parábola Editorial. De acordo com Perini (2014), sua gramática tem como objetivo principal responder a duas perguntas: por que ensinar gramática? e que gramática ensinar?. O autor, em sua obra, vai tentar evidenciar que “o ensino de gramática pode mostrar alguns aspectos de um fenômeno vasto e fascinante: sua estrutura e seu funcionamento como instrumento de comunicação” (PERINI, 2014, p. 66). Diante disso, além de apresentar a estrutura da língua, assim como conhecemos, ele vai tentar refletir sobre o funcionamento linguístico.

##### 4.2.2.1 *Texto de apresentação da obra*

O texto de apresentação da GP mostra, inicialmente, a quem se dirige o material. Perini (2010, p. 17) salienta que “em vez de estrangeiros interessados em conhecer os fatos básicos da língua com objetivos práticos, me dirijo primariamente a estudantes de gramática cujos objetivos são antes de natureza científica”. Dessa forma, o autor supracitado escreve uma obra que atenda não só os interesses, como também as necessidades do leitor brasileiro. Este fato se justifica até no título da gramática: Gramática do **português brasileiro**. Em outras palavras, atende aqueles que constroem diariamente o PB, seja por meio da escrita ou da fala.

Nessa perspectiva, há, logo no texto de apresentação, um dos primeiros traços de ruptura da GP para com a tradição gramatical, pois ela defende que gramática não é instrumento de aquisição da língua escrita. Pelo contrário, “[...] estudar gramática não leva, nunca levou, ninguém a desenvolver suas habilidades de leitura, escrita ou fala, nem sequer

seu conhecimento prático do português padrão escrito. [...] a gramática é uma disciplina científica” (PERINI, 2010, p. 18). A respeito disto, este material vai confirmar o compromisso de defender a gramática não como um instrumento de aquisição da língua padrão escrita, mas como um meio para que possamos refletir/pensar e agir sobre a língua.

Outro aspecto primordial da GP é a relevância de descrever o português falado do Brasil. Em contrapartida a isso, as GNR sempre foram responsáveis por, ao invés de descrever, prescrever o português escrito. O autor justifica a sua escolha pela modalidade oral salientando que “a língua que falamos (nós todos, operários, professores, mecânicos, médicos e manicures) é bastante diferente da língua que escrevemos (isto é, aqueles dentre nós que têm a formação necessária para a tarefa de escrever)” (PERINI, 2010, p.19). Como disserta Perini (*idem*), é preciso deixar claro que a língua falada é diferente da língua escrita:

Uns momentos de reflexão devem deixar bem claro que as duas variedades existem, vão continuar a existir e, principalmente, não podem ser trocadas: escreve-se uma tese em português padrão escrito, pede-se um quibe em português falado. A esse português falado se dá em geral a designação de português falado do Brasil, ou PB. Este livro é uma gramática do PB.

Ambas as variedades são imprescindíveis, para que possamos entender os mecanismos linguísticos e o real funcionamento da língua. Nesse sentido, Perini (2010) se diferencia ao usar dados do português falado, uma vez que é recorrente o uso de dados do português escrito, assim como fez Neves (2000).

Ainda por cima, a GP, no texto de apresentação, reafirma a importância de, no lugar de pensarmos em uma língua engessada, que tem como influência o português europeu, devermos estudar o PB, pois é esse que escrevemos e falamos cotidianamente em nossas relações interpessoais, pois “o padrão nunca é usado na fala cotidiana, e na verdade é ignorado pela esmagadora maioria da população” (PERINI, 2010, p. 20). Em outras palavras, quase ninguém, em uma mesa de bar vai falar seguindo todas as regências, por exemplo, e todas as regras que são exigidas pela norma-padrão, porém em situações monitoradas, como a escrita de um trabalho acadêmico, é necessário seguir à risca, mesmo que seja difícil, essa norma citada anteriormente.

Partindo desse pressuposto, a GP se faz relevante, pois deixa claro que não devemos nos martirizar pelo simples erro de sintaxe que cometemos, até porque o próprio “linguista, cientista da linguagem, observa a língua como ela é, não como algumas pessoas acham que deveriam ser” (PERINI, 2010, p. 20). É preciso então estabelecer novas noções gramaticais e, conseqüentemente, novos diálogos acerca dos objetivos de uma gramática, seja na escola, seja na universidade.

Partindo desse ponto de vista, foi possível extrair, do texto de apresentação da GP, alguns objetivos da *Gramática do português brasileiro*, sendo eles:

- i) Descrever o português falado, como já foi discutido;
- ii) “Incluir, no material gramatical, explicações claras e objetivas, com exemplificação suficiente, a fim de evitar aquela sensação tão comum aos estudantes de gramática de estar lidando com noções que não dominam” (PERINI, 2010, p. 22);
- iii) “Levar o leitor a um conhecimento consciente das estruturas da língua, não apenas à memorização de um conjunto de afirmações mais ou menos gratuitas” (*idem*).

Esses objetivos deixam perceptíveis as tentativas do autor de renovar o que sempre foi pensado pelas GNR. Sendo assim, no decorrer da obra vamos perceber se esses objetivos são confirmados ou refutados, contudo é de suma importância ver uma obra, que recentemente foi publicada no mercado editorial, realizando tentativas, mesmo que poucas, de inovar, não só levando em consideração os dados usados pelo autor, como também os objetivos que foram descritos.

#### 4.2.2.2 Constituição do arcabouço teórico

Diferente da GN, a GP não apresenta um quadro teórico, responsável por fundamentar as discussões empreendidas pela gramática. Diante disso e sobre a presença ou ausência de um arcabouço teórico em sua gramática, Perini (2010, p. 25) salienta o seguinte:

“[...] por um lado, tentei utilizar um corpo de categorias teóricas de aceitação mais ou menos geral. Ao contrário do que se possa pensar, esse corpo teórico existe, e não é nada pequeno: por exemplo, se alguém fala de “verbos”, ou de “concordância”, ou de “preposição”, ou de “sintagma nominal (SN)”, é imediatamente compreendido; esses termos evocam, se não definições teóricas, pelo menos grupos de fenômenos bastante bem definidos. Neste livro, fiz um esforço para incluir informação consensual, sempre que possível. Por exemplo, se digo que em português temos uma construção da forma SN – verbo – SN, na qual o primeiro SN é sujeito e tem o papel temático de Agente, e o segundo SN tem o papel temático de Paciente, como em *O gato arranhou a menina*, creio que ninguém negará que se trata de um fato da língua.

Partindo desse pressuposto, Perini se diz atóricico. Ele não parte de nenhuma teoria linguística, mas do princípio descritivista da sintaxe simples. Esse dado nos diz bastante sobre a GP, e não somente isso, como também rompe com aquilo que é esperado por uma GBCP, de

que esses materiais devem ter um arcabouço teórico que fundamente todas as discussões linguístico-gramaticais. Contudo, não é o que acontece em Perini (2010), que parte da sintaxe simples para empreender a descrição gramatical realizada neste material de análise.

Deste jeito, a GP resulta em uma “gramática descritiva, que procura explicitar a língua realmente utilizada pelos falantes do PB, sem discutir ou sustentar alguma teoria em particular, e muito menos prescrever a língua ideal que as pessoas deveriam usar” (PERINI, 2010, p. 25-26). Não há nenhuma teoria que sustente essa gramática, com exceção do princípio da sintaxe simples. Todavia, é válido ressaltar que não é porque a GP não apresenta um arcabouço teórico que, simplesmente, vai se configurar como uma gramática normativa. Pelo contrário, ela vai tentar reformular a construção de norma-padrão que sempre foi mantida pelas GNR.

Com o fim dessa categoria de análise, percebemos, portanto, que não há uma obrigatoriedade para que todos os materiais gramaticais contemporâneos apresentem um quadro teórico, que fundamente as descrições linguísticas, até porque, como o próprio Perini (2010, p. 27) disserta, “afinal de contas este texto [a GP] é uma gramática, e não um compêndio de teoria gramatical”. A GP é, nesses ditames, atórica, ou seja, não apresenta um quadro teórico, assim como outras GBCP.

### 3.2.2.3 *Localização e organização da(s) seção(ões)*

A GP é uma das poucas GBCP que, em relação à organização do material, se assemelha às GNR, uma vez que o conteúdo de colocação dos pronomes oblíquos átonos pode ser encontrado em somente uma parte da gramática. Contudo, queremos deixar bem claro, que, apesar disso acontecer, a discussão que é realizada por Perini (2010) não acontece nos mesmos parâmetros de uma GT, por exemplo.

Diante disso, a GP apresenta alguns capítulos introdutórios que são essenciais para que possamos entender não somente os objetivos do material, como também possamos detectar as discussões que são empreendidas pelo gramático em questão. Sendo assim, os capítulos introdutórios são os seguintes: i) *Para que estudar gramática?*; e ii) *Nossa língua*. O primeiro vai mostrar de que modo a gramática se estabelece como uma disciplina científica e a importância da presença dela na escola, já o segundo evidencia tanto o português no mundo, como no Brasil.

Depois desse capítulo introdutório, Perini (2010) divide a gramática nas seguintes seções: i) *Sintaxe da oração*; ii) *Valência*; iii) *Período composto*; iv) *Uso das formas verbais*;

v) *Sintagma nominal*; vi) *Concordância*; vii) *Classes de palavras*; viii) *Discurso*; ix) *Fonologia*. Diante disso, o quadro abaixo destaca o que cada uma dessas partes é responsável por abordar na gramática.

**Quadro 16** - Seções da GP e respectivos conteúdos abordados

<b>NOME DA SEÇÃO</b>	<b>CONTEÚDO</b>
<b>SINTAXE DA ORAÇÃO</b>	Aborda os termos da oração no português brasileiro, como: sujeito e predicado. Além disso, apresenta os pronomes oblíquos e as construções interrogativas e negativas.
<b>VALÊNCIA</b>	Trata sobre as valências verbais, como o próprio nome da seção direciona, e sobre os papéis temáticos.
<b>PERÍODO COMPOSTO</b>	Explicita não somente os processos de coordenação e subordinação, como também as orações em infinitivo, gerúndio e subjuntivo. Além de trazer à baila a anáfora, dêixes e as pró-formas.
<b>USO DAS FORMAS VERBAIS</b>	Mostra os tempos verbais: passado, presente e futuro, e o funcionamentos dos verbos auxiliares e modais.
<b>SINTAGMA NOMINAL</b>	Traz a discussão sobre a ordem dos sintagmas nominais, ao passo que apresenta seus núcleos e limitadores.
<b>CONCORDÂNCIA</b>	Expõe os tipos e as características das concordâncias do PB: concordância verbal e nominal.
<b>CLASSES DE PALAVRAS</b>	Preza por apresentar as classes gramaticais, contudo com uma diferença: não segue a NGB para realizar essa descrição. Conseqüentemente, apresenta como classes gramaticais: nomes, advérbios, verbos, conectivos e expressões idiomáticas.
<b>DISCURSO</b>	Apresenta uma abordagem sobre topicalização.
<b>FONOLOGIA</b>	Aponta para uma discussão sobre pronúncias no PB e apresenta fenômenos que não são marcados na ortografia.

Fonte: produzido pelo autor, com base nas contribuições de Perini (2010).

Tendo como base o quadro, o nosso tema de análise encontra-se, pois, no capítulo intitulado *sintaxe da oração*, uma vez que estamos tratando de um aspecto da morfossintaxe

do PB, que é a colocação dos pronomes oblíquos átonos. Sendo assim, esse assunto pode ser visto entre as páginas 115 e 121 da GP. Essa parte é dividida em algumas discussões, como por exemplo: objetos pronominais e a posição dos pronomes oblíquos na oração.

Diante da discussão empreendida aqui, apontamos, portanto, que a forma como se organiza a gramática e a forma como são dispersados e organizados os conteúdos remetem à tradição gramatical, uma vez eles concentram-se, por exemplo, em somente uma parte da gramática. Não há um diálogo entre o conteúdo analisado e outros conteúdos que não dizem respeito a esta pesquisa. É bom salientar que estamos falando, neste tópico, da organização, e não da forma como é feita a abordagem ou a discussão do tema.

#### *4.2.2.4 Natureza dos dados linguísticos*

Dando continuidade às nossas análises, passemos agora para analisar e interpretar os dados linguísticos utilizados pela GP. Sendo assim, como ele mesmo diz em seu texto de apresentação, vão ser usados dados advindos da fala para realizar, ao invés de prescrições, descrições linguísticas, que levem em consideração todos os falantes, sem pensar a que classe social estes pertencem.

Diante disso, a ênfase da gramática recai sobretudo em exemplos de sintaxe simples, sem levar em consideração trechos de texto ou longas transcrições de fala. Os dados utilizados nos levam não a decorar regras de língua, mas nos fazem pensar sobre o real funcionamento de um PB vivo, sem grandes interferências do PP, por exemplo.

Além disso, os exemplos apontam para a verdadeira realidade linguística do Brasil e tratam de “ênfasis a necessidade de reconhecer a variedade que é a mais importante na prática, e que foi até hoje muito pouco estudada” (PERINI, 2010, p. 20). Diante disso, o autor da gramática traz à tona a necessidade de estudar aquilo que, segundo ele, realmente, vale a pena, nesse caso o português falado. Ademais, oferecer protagonismo a este português é de suma importância diante dos poucos estudos que são efetuados sobre a modalidade oral.

A GP tenta, através desses exemplos extraídos da fala, defender que condenar determinadas construções, simplesmente, porque elas não seguem a norma-padrão é uma atitude inexigível, uma vez que podemos partir dessas construções para proporcionar reflexões plausíveis e importantes sobre o PB vivo, maleável e em funcionamento. Para confirmar o que estamos dizendo, seguem os exemplos abaixo:

- i) O seu Pedro trabalha conosco;

- ii) Por favor não briga comigo;
- iii) Lava essa xícara para mim;
- iv) Você vai ter que ir no jogo sem mim;
- v) A Patrícia vai jogar depois de mim;
- vi) A mesa fica entre o diretor e eu;
- vii) A professora me cumprimentou;
- viii) Eu queria te levar no concerto;
- ix) O Jorge beliscou a Talita;
- x) O Fernando deu um carro novo para sua filha.

Todos os exemplos acima foram extraídos da GP, especificamente da subseção referente à colocação dos pronomes oblíquos átonos. Dessa maneira, podemos perceber, então, a simplicidade dos exemplos escolhidos por Perini (2010), e não somente isso, como também que todos estão no plano do período simples.

Apesar de serem, essencialmente, períodos simples, o autor não deixa, por exemplo, de explicar cada um dos mecanismos linguísticos que acontecem quando posicionamos algum pronome pessoal em nossa fala. É viável, a partir das colocações do autor, ensinar tópicos de gramática tendo o período simples como ponto de partida, contudo é plausível também discutir sobre o funcionamento desse tipo de construção. E é isso, pois, que Perini (2010) quer ou ao menos tenta mostrar na sua gramática.

Apoiados nessa discussão, podemos dizer que utilizar dados orais é de suma importância, para que além de saber sobre um tópico de gramática, possamos refletir e agir sobre a LP. Entra nesse plano, então, as atividades epilinguísticas, que foram discutidas nos capítulos teóricos, que permitem ao aluno e ao interessado em saber sobre linguagem agir sobre a língua que usa cotidianamente. No próximo tópico que, parcialmente, dialoga com este, analisamos de que forma esses exemplos são conceituados e explicados para o leitor da GP.

#### *4.2.2.5 Categorias e conceitos utilizados*

Na GN foi sinalizado que não há destaque para a conhecida divisão da colocação dos pronomes oblíquos átonos: próclise, mesóclise e ênclise. Na GP, acontece o mesmo. Ao invés de atrelar dificuldades ao assunto, Perini (2010) vai apontar que ele é de simples entendimento, pois, como vimos nas GNR, o conteúdo é perpassado por inúmeras regras e

normas, tanto gerais, como particulares. Contudo, o autor salienta que, enquanto os pronomes pessoais oblíquos são um bicho-papão da gramática tradicional do português, em sua gramática o conteúdo vai ser de fácil apresentação.

Diante desse pressuposto, já conseguimos notar uma diferença de posicionamento, entre o que é defendido pelas GNR, e o que é colocado à disposição do leitor pelas GBCP. Além de não tratar o assunto, estes últimos materiais citados nem vão fazer a tríplice de posições pronominais apresentada pela tradição e nem vão lotar o conteúdo de regras.

De antemão, a GP vai descrever as formas retas e oblíquas por meio do seguinte quadro:

**Quadro 17 - Pronomes pessoais (retos e oblíquos) na GP**

<b>Forma reta</b>	<b>Forma oblíqua</b>
Eu	Me, mim, -migo
<b>Você</b> , (tu)	Te, (-tigo), (ti), (lhe)
Ele, ela	--
Nós	Nos, -nosco
<b>Vocês</b>	--
Eles, elas	--
--	Se [reflexivo]

Fonte: Reproduzido da *Gramática do português brasileiro* (PERINI, 2010).

Primeiramente, é válido ressaltar a menção que a GP faz ao pronome *você*, mesmo sem ser uma forma oblíqua. Dificilmente, vamos encontrar em materiais normativos alguma consideração para esse pronome. Diante disso, encontramos nesta categoria mais um ponto de ruptura entre tradição e contemporaneidade nas GBCP.

Como foi falado, ao invés de encher o leitor de regras de gramática, Perini (2010, p. 117-118) vai apresentar explicações sobre o funcionamento do PB, no que diz respeito aos pronomes oblíquos. Vejamos, assim, alguns conceitos apresentados pelo instrumento de gramatização em análise:

- “As formas *-migo*, *-tigo* e *-nosco* são usadas depois da preposição *com*, e aglutinadas com ela, formando uma só palavra: *comigo*, *contigo*, *conosco*”.
- “As formas *mim* e *ti* aparecem depois das outras preposições”.
- “As formas *me*, *te* e *se* são usadas em função de objeto”.

- “As mesmas formas (*me, te, lhe*) são usadas em casos paralelos àqueles onde aparece a preposição *para*”.

A partir desses quatro conceitos que são inseridos na apresentação do tema, percebemos, então, que não há por parte da GP uma imposição de regras, em relação aos usos do PB. Mesmo analisando somente uma pequena e simplória parte do material, é visível a preocupação de Perini (2010) em estabelecer uma descrição clara acerca do real funcionamento do português no Brasil.

Em relação à posição dos pronomes oblíquos na oração, a GP é direta: “O pronome oblíquo (sem preposição) se posiciona antes do verbo principal da oração” (PERINI, 2010). Com isso, mostra, em substituição daquela divisão citada anteriormente e abarrotada de restrições, uma única regra capaz de abarcar o funcionamento da língua. Ademais, o conceito aponta para o fato de que vivemos e usamos uma língua, essencialmente, proclítica. Aprender, decorar, escrever e falar mesóclise torna-se, por exemplo, uma ação, quase que extinta, no funcionamento do PB. Após isso, a GP vai apresentar somente poucas considerações, principalmente em relação aos pronomes *você* e *tu*, como já citamos nesta análise.

Diante do exposto, é possível apontar que a GP não está preocupada em fazer com o leitor ou usuário do português decorra regras e normas. Pelo contrário, Perini (2010) pretende fazer com que aquele perceba o funcionamento de um português vivo, e não somente isso, como também reflita sobre os seus usos diários da língua.

#### 4.2.2.6 *Descrição/prescrição gramatical*

Assim como feito com a GN, analisamos se na GP há o uso de expressões modalizadoras. Sendo assim, conseguimos detectar na seção do material que analisamos apenas uma: ocasionalmente. Ao passo que reduz o uso dessas expressões pouco operatórias, o autor se distancia cada vez mais da tradição gramatical. Evitar expressões desse tipo é primordial para alcançar o entendimento de determinados conteúdos gramaticais, principalmente, se estivermos tratando sobre a colocação dos pronomes oblíquos átonos, um assunto tão controverso, não só pelas gramáticas, como também pelos diversos materiais didáticos que circulam nas escolas brasileiras.

De certo modo, isso reflete, conseqüentemente, na maneira de abordar o conteúdo: se o autor vai fazer uma mera prescrição gramaticeira ou vai se preocupar em fazer uma fiel

descrição do PB. Perini (2010) é um dos autores analisados que vai ser fiel à descrição dos mecanismos linguísticos que erguem o português no Brasil.

Além disso, é nítido que a GP não segue a NGB, tendo em vista que ele não se preocupa em descrever todas as classes gramaticais que são postuladas pelo documento, como salienta Vieira (2015, p. 340), “a obra recusa a NGB de 1959, pelo seu caráter assistemático e sua pobreza conceitual frente à extrema complicação dos fatos da língua. Além disso, a finalidade pedagógica do documento mascararia os propósitos científicos da gramática”. Dessa forma, seguir o documento citado seria comprometedor para o material, do ponto de vista descritivo, categorial e conceitual.

É válido deixar claro que Perini (2010) não pretende com sua gramática substituir a NGB. Contudo, ele acredita que a reformulação do documento deve acontecer, tendo em vista as transformações linguísticas sofridas pelo PB com o decorrer do tempo.

Outro dado que é relevante discutir é a preocupação da GP de deixar claro que o português falado é um, e o português escrito é outro. Ao passo que o autor realiza a descrição gramatical, essa característica vai ficando perceptível para os seus leitores. Contudo, Vieira (2015, p. 360), em sua tese de doutoramento, deixa claro os riscos desse movimento ao insistir que:

[...] essa cisão que a GP promove entre o português brasileiro (falado) de um lado e o português padrão (escrito) de outro, numa instância que ultrapassa a valorização de nossa oralidade por meio de um instrumento que realmente a gramatize, pode vir a retroalimentar seculares preconceitos e mitos, como “português é muito difícil”, “brasileiro não sabe português” (*apud* Bagno, 1999), entre tantos outros corriqueiramente criticados pelos estudos linguísticos pós-*virada*. O abismo entre a língua do povo e a língua da escola, [...], permanece na GP, ainda que por distintas razões. É claro que é de extrema relevância a descrição gramatical da modalidade falada do português brasileiro; entretanto, situar essa modalidade em posição diametralmente oposta à norma-padrão escrita pode vir a suscitar conclusões que apenas colaboram para a conservação de um padrão escrito [...] bem distante dos usos efetivos dos brasileiros.

Sendo assim, fazer essa divisão entre português falado e escrito é importante, contudo pode causar problemas, no que diz respeito à conservação de um português escrito padrão que não condiz com a realidade sociolinguística do Brasil.

A GP, portanto, realiza uma descrição gramatical, uma vez que descreve os usos do português falado no Brasil, em contexto menos monitorados, ou seja, informais. Ao realizar essa descrição e opor português falado a escrito, Perini (2010) cria uma faca de dois gumes, uma vez que considera o primeiro como o PB real e o segundo como português purista (VIEIRA, 2015). Isso, conseqüentemente, contribui para a conservação do padrão escrito e a “valorização da norma curta, no sentido de Faraco (2008)” (*idem*, p. 370). Isso se configura,

consequentemente, como um dos traços de continuidade apresentado pela *Gramática do português brasileiro*.

#### 4.2.2.7 Continuidades e rupturas com a tradição gramatical

A partir das análises empreendidas sobre a GP e a fim de perceber os traços de continuidade e ruptura entre tradição e contemporaneidade, no que diz respeito à GP, elaboramos mais um quadro comparativo, em que estão evidentes essas informações.

**Quadro 18** - Pontos de continuidade e ruptura entre a tradição e a contemporaneidade encontrados na GP

<b>Categoria de análise</b>	<b>Pontos de continuidade</b>	<b>Pontos de ruptura</b>
<b>TEXTO DE APRESENTAÇÃO</b>	Não apresenta pontos de continuidade relevantes.	Defende que a gramática não é instrumento de aquisição da escrita e, dessa forma, se distancia da GNR, uma vez que estas defendiam que as gramáticas eram instrumentos para aprender a escrever.
<b>ARCABOUÇO TEÓRICO</b>	Intitula-se como uma gramática atórica, ou seja, que não apresenta filiações com nenhuma teoria, parte do princípio da sintaxe simples.	
<b>LOCALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA SEÇÃO</b>	Focaliza o conteúdo da colocação dos pronomes oblíquos átonos em apenas uma parte da gramática, tal como fazem as GNR, sem dialogar o tema com outras abordagens.	Não apresenta pontos de ruptura.
<b>NATUREZA DOS DADOS LINGUÍSTICOS</b>	Não apresenta pontos de continuidade relevantes.	Realiza uma descrição do PB falado. Usa dados linguísticos advindos do plano da oralidade e de fácil entendimento.
<b>CATEGORIAS E CONCEITOS</b>	Não apresenta pontos de continuidade relevantes.	Evidencia que o PB é proclítico, ou seja, o pronome oblíquo é posicionado antes do verbo. Não

<b>UTILIZADOS</b>		divide os conceitos entre regras gerais e particulares.
<b>DESCRIÇÃO/PRESCRIÇÃO GRAMATICAL</b>	Estabelece um diálogo com a tradição gramatical, pois apresenta o português falado como aquele que é consequência dos usos reais, e o português escrito como purista. Essa dicotomia pode provocar uma confusão terminológica nos leitores, uma vez que confirma o mito de que o brasileiro não sabe falar português.	Apresenta uma descrição oral do português falado. Isso não é visto em gramáticas da tradição.

**Fonte:** Elaborado pelo autor, com base nas contribuições de Perini (2010).

Diante do que foi inserido no quadro, podemos dizer que a GP apresenta mais pontos de ruptura do que de continuidade. Assim como a GN, a GP também vai apresentar suas falhas e equívocos, principalmente no tocante à divisão entre português falado e escrito, assim como discutimos durante a análise dos dados. Contudo, o material assume algumas posições plausíveis, como: não apresentar regras particulares e gerais para a colocação dos pronomes oblíquos átonos, não citar expressões modalizadoras que enfraquecem as exposições dos conteúdos e evitar proliferar a divisão dos pronomes oblíquos átonos em próclise, mesóclise e ênclise.

#### **4.2.3 Gramática pedagógica do português brasileiro, de Marcos Bagno (2012)**

A terceira obra analisada é a de Bagno (*doravante* GB), intitulada *Gramática pedagógica do português brasileiro*. Publicada em 2012 pela Parábola Editorial, é a mais recente entre os nossos objetos de análise. Desse modo, o autor vai intitular o instrumento gramatical como propositivo, uma vez que se propõe a “preencher graves lacunas que [...] parecem existir na formação docente que se oferece hoje” (BAGNO, 2014, p. 91).

Diante disso, além de descrever o português brasileiro, a GB tem como proposta apresentar uma nova norma linguística para o ensino de português no Brasil. Essa norma não surge, segundo ele, do nada ou dos gostos pessoais dele, como acontece nas gramáticas prescritivas, porém é uma “norma que já existe, [...], e que tem de ser legitimada para que o

Brasil exorcize de vez o fantasma colonial que ainda assombra nossas concepções de língua e de ensino de língua” (BAGNO, 2012, p. 111).

#### 4.2.3.1 *Texto de apresentação da obra*

O texto de apresentação da GB é bastante claro no que diz respeito às características e objetivos da obra. A apresentação, diferente de outras gramáticas analisadas, é intitulada de *Aviso aos navegantes*. Nesse texto são apresentados os pressupostos do livro que, segundo Bagno (2012), servem para evitar possíveis mal-entendidos sobre o instrumento gramatical.

De antemão, a GB é a primeira das gramáticas aqui analisadas intitulada de pedagógica, o próprio título da obra aponta para isso. Essa denominação é originada do fato de que os cursos de licenciatura em português estão cada vez mais conflituosos, quando pensamos na formação gramatical dos discentes. Diante desse cenário, Marcos Bagno se propôs a escrever a *Gramática pedagógica do português brasileiro*.

Além de propositiva e pedagógica, como já mencionamos, a obra é:

- i) Uma gramática, uma vez que descreve e examina o funcionamento do PB contemporâneo;
- ii) “Um projeto epistemológico porque traz explícita uma teoria do conhecimento, destinada a fundamentar os posicionamentos francamente assumidos ao longo de todo o texto” (BAGNO, 2012, p. 14);
- iii) Político-ideológica, uma vez que se configura como produto humano. E como todos os produtos humanos não há como evitar de tomar uma posição política inspirada por uma ou mais ideologias;
- iv) Teórica, pois refuta e dialoga com propostas anteriores de descrição linguística e se propõe a realizar novas análises, definições e conceitos;
- v) Histórica porque rejeita a tradicional separação entre diacronia e sincronia, proposta por Ferdinand de Saussure, e “assume o fenômeno linguístico como eminentemente pancrônico, variável e mutante” (*idem*)

A reboque dessas características, Bagno (2012) vai, pois, tecer suas principais considerações e descrições sobre o real funcionamento do PB atual. Distante de qualquer juízo categórico, a GB vai se distanciar de práticas linguísticas normativas e, conseqüentemente, militar “a favor do reconhecimento do português brasileiro como uma

língua plena, autônoma, que deve se orientar por seus próprios princípios de funcionamento e não por uma tradição gramatical voltada exclusivamente para o português europeu literário antigo” (BAGNO, 2012, p. 14). Diante disso, percebemos a preocupação da GB de se desprender do PP, que manteve a supremacia linguística sobre os usos linguísticos dos brasileiros.

Como visto, é recorrente nas outras gramáticas contemporâneas a realização de uma descrição dos usos efetivados do PB, contudo, a GB além de realizar isso, vai tentar propor reflexões sobre língua e linguagem. Partindo desse pressuposto, o autor, conseqüentemente, considera qualquer uso linguístico que já esteja incorporado ao vernáculo geral brasileiro. Sendo assim, não vai ser guiado pela norma-padrão, que excluía e marginalizava muitos usos. Pelo contrário, a GB por meio de explicações efetivas do PB tenta incluir esses usos como normais.

O texto de apresentação da gramática aponta, então, para três pontos de ruptura com a tradição gramatical. O primeiro deles é referente a considerar qualquer uso do PB. O segundo é se assumir como um material que, além de descrever, milita a favor da existência de um português iminentemente brasileiro que deve ser visto como correto e aceitável, e que não é porque se distancia de práticas linguísticas europeias, por exemplo, que deve ser considerado errado. O terceiro porque é uma gramática pedagógica, que serve como auxílio para aqueles estudantes no fim da graduação, que se vêm diante da situação de não saberem sobre tradição gramatical. É na GB que eles vão encontrar auxílio pedagógico e didático para compreenderem que precisam saber gramática, embora as aulas de LP não devam se restringir à transmissão de regras, normas e conceitos gramaticais.

#### *4.2.3.2 Constituição do arcabouço teórico*

Como dito, a GB se intitula como teórica, por confrontar propostas de descrições linguísticas anteriores. Dessa feita, nesta categoria de análise, tentamos identificar que teorias linguísticas estão sendo abraçadas na abordagem da colocação dos pronomes oblíquos átonos por esse material.

Para início de conversa, é bom ressaltar a preocupação da GB em mesclar gêneros textuais diversos com tópicos de gramática. Segundo o autor, é a partir do contato com os textos, sejam eles ou da fala ou da escrita, mas que representem o vernáculo brasileiro, que o aluno que está na educação básica pode aprender gramática. Partindo desse pressuposto,

conseguimos identificar uma recorrência à teoria dos gêneros textuais. Para comprovar o que estamos apontando, vejamos o seguinte trecho da GB:

O que realmente existe são textos que se configuram, predominantemente, num determinado gênero, mas nunca integralmente nele. Qualquer manifestação da nossa faculdade de linguagem é, repito, híbrida: em qualquer texto falado ou escrito fazemos usos amplamente variados dos múltiplos recursos que a língua nos oferece. Num mesmo texto em que encontramos certas marcas de um extremo monitoramento do discurso também podemos encontrar regências verbais, concordâncias, colocações pronominais e outros usos que escapam do que vem previsto nas gramáticas normativas. (BAGNO, 2012, p. 348).

Sendo assim, os gêneros textuais, orais ou escritos, representam as marcas linguísticas de um vernáculo. Consequentemente, se faz necessário ensinar gramática a partir desses gêneros, é mais válido do que, por exemplo, realizar somente aulas expositivas de gramática normativa.

Além disso, a GB defende que o enfoque das reflexões gramaticais devem partir do seguinte trio: semântico-pragmático-discursivo. Essa tríade configura, então, as atividades epilinguísticas, pelas quais nos detivemos a discutir no capítulo teórico deste trabalho.

O enfoque deve ser, portanto, essencialmente semântico-pragmático-discursivo: as reflexões sobre os aspectos especificamente gramaticais precisam ser lançadas contra esse pano de fundo semântico-pragmático-discursivo, de modo a conscientizar o aprendiz de que os recursos disponíveis na língua são ativados essencialmente para a produção de sentido e a interação social (BAGNO, 2012, p. 20).

Logo, no lugar de abordar atividades metalinguísticas, aquelas que recorrem somente à classificação e “decoreba” de nomenclaturas gramaticais, deve-se partir de atividades epilinguísticas, uma vez que estas são responsáveis, realmente, por fazerem com que os alunos pensem acerca do funcionamento real da língua.

Além disto, Bagno (2012) lança mão dos estudos que envolvem a sociolinguística para fundamentar as suas descrições linguísticas, ao passo que se propõe a preencher lacunas que existem nos cursos de letras. A partir disso, é perceptível as tentativas do autor de romper com a tradição normativa lusitana, que durante anos foi responsável por instaurar a política do bem falar e escrever.

Recorre ainda aos estudos sobre gramaticalização para enunciar sobre as mudanças linguísticas que perpassam o PB. É através dessas pesquisas envolvendo gramaticalização que ele vai citar algumas mudanças no português, como o advento do “a gente” em detrimento do “nós” e do “tu” pelo “você”.

Ainda por cima, é possível perceber a construção de uma ponte entre história e língua, passando, então, a integrar os estudos que envolvem a história da língua à sua *Gramática*

*Pedagógica do Português Brasileiro*. Defende que a cultura normativa existe devido à uma presença forte de um português oligárquico, que reprime tudo aquilo que foge da ordem ou da normalidade linguística.

A GB é, então, uma gramática que, além de recorrer à sociolinguística, bebe da fonte dos estudos sobre gramaticalização e história da língua para fundamentar seus estudos. E não somente isso, como também recorre à teoria dos gêneros textuais, para mostrar que é a partir da análise dos textos que podemos aprender gramática.

Para encerrar esse categoria de análise, Bagno (2012) assume que sua gramática faz uma descrição realista, com base em uma ótica sistêmica e sociocomunicativa, da colocação dos pronomes oblíquos átonos, uma vez que “numa gramática em que a língua é examinada sob uma ótica ao mesmo tempo sistêmica e sociocomunicativa, com apoio em teorias linguísticas avançadas, podemos encontrar, com inédita alegria, uma descrição realista da colocação pronominal no português brasileiro” (BAGNO, 2012, p. 761). Diante dessa pequena exposição, percebemos, portanto, algumas das principais filiações teórico-metodológicas da *Gramática pedagógica do português brasileiro*.

#### 4.2.3.3 *Localização e organização da(s) seção(ões)*

A GB é organizada por uma introdução – *Gramática, a quem será que se destina?* – e dividida em cinco partes, que são chamadas pelo autor de livros: i) *Epistemologia do português brasileiro*; ii) *História do português brasileiro*; iii) *Multimídia do português brasileiro*; iv) *Lexicogramática do português brasileiro*; v) *Didática do português brasileiro*.

O primeiro livro tematiza o preconceito linguístico e uma concepção não-platônica de língua. O segundo livro vai realizar um apanhado histórico sobre o português no (e do) Brasil. Tenta escrever, desse modo, desde o galego português até PB. O terceiro livro traz uma discussão acerca da fonologia do PB e da língua falada e língua escrita. O quarto livro apresenta a história das classes gramaticais, os conceitos importantes para entender as gramáticas e as características lexicogramaticais do PB. O quinto e o último livro vai evidenciar como deve ser o ensino de gramática na escola, não com a apresentação de uma fórmula pronta, mas apresentando reflexões que podem ser feitas em sala de aula. É sobre educação linguística que este último livro trata.

Partindo desse pressuposto, as nossas análises se concentram, parcialmente, no quarto livro, tendo em vista que é neste que encontramos as descrições e reflexões sobre aspectos morfossintáticos do PB. Dizemos parcialmente, pois o conteúdo de colocação pronominal não

se concentra somente em uma parte da gramática, Bagno (2012) dispersa o conteúdo não só neste livro supracitado, como também por outras partes de sua obra, como podemos confirmar no quadro a seguir.

**Quadro 19** - Colocação dos pronomes oblíquos átonos em outras seções da GB

<b>Nome do livro e seções</b>	<b>Localização</b>
Livro II ( <i>Da fala para a escrita; Características do galego moderno</i> )	Páginas 196 e 228
Livro III ( <i>Consequências da falácia</i> )	Páginas 348 e 357
Livro IV ( <i>O que são clíticos?; Função do artigo</i> )	Páginas 741, 742, 790 e 791
Livro V ( <i>Didática do português brasileiro</i> )	Página 1002

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no índice remissivo da GB.

Com esse quadro, identificamos que, diferente de gramáticas comuns, Bagno (2012) vai realizar uma tentativa de dialogar o conteúdo da colocação dos pronomes oblíquos átonos com outros conteúdos, como por exemplo, artigos. Essa é uma característica forte da GB, que foge da tradição, e traz à tona um novo modelo de gramática ao mercado.

A seção dedicada a tratar exclusivamente do tema é denominada de *Outro fantasma: a colocação pronominal*, e é dividida em duas subseções *divertimento das elites* e *a regra única do PB*. As reflexões e as discussões sobre o conteúdo existente nessa parte da gramática estão na categoria de análise 3.2.3.5, referente as categorias e aos conceitos utilizados pelas GBCP.

Podemos apontar, portanto, que a GB se diferencia das outras duas GBCP analisadas, por não concentrar o conteúdo analisado em apenas uma seção do material. Bagno (2012), além de dispersar o tema por outras subseções, vai realizar uma tentativa de desconstrução da estrutura que deve ter uma gramática, ou seja, de que o conteúdo gramatical deve estar concentrado em apenas uma seção, tal como fez as gramáticas anteriormente analisadas. Nas próximas categorias, discutimos sobre os dados linguísticos que são usados para abordar o conteúdo, e que categorias e conceitos são utilizados para apresentar o tema aos leitores.

#### 4.2.3.4 Natureza dos dados linguísticos

Os exemplos detectados na GB para a abordagem da colocação dos pronomes oblíquos átonos são extraídos de dois âmbitos distintos: do Projeto Norma Linguística Urbana Culta (NURC)<sup>6</sup> e da imprensa brasileira. O primeiro é uma estratégia para evidenciar os principais usos linguísticos dos brasileiros, principalmente de grandes cidades, como Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. O segundo é um subterfúgio para provar que até os defensores do purismo linguístico, que fazem campanha contra o uso da próclise e empregam a mesóclise (uso, praticamente, extinto do PB), acabam usando os pronomes oblíquos átonos antes dos verbos para construir seus textos. Além disso, enquanto o primeiro representa dados falados, o segundo, dados escritos.

Nesse sentido, vejamos alguns exemplos que apontam para o primeiro dado linguístico usado pela GB:

- i) “meu pai resolveu botar um professor... primeira vez foi ele que quis **me** ensinar a nadar **me** lembro que **me** amarrou uma corda **me** deixou frouxa e quase... quase **me** afogou.” (NURC/POA/45);
- ii) “Fernando você que... Fernando Maranhão mesmo Eduardo desculpe... Eduardo **me** diga uma coisa é a segunda vez eu acho já outro dia também eu chamei você de: Fernando já chamei de Luís: agora Eduardo... Eduardo **me** diga uma coisa...” (NURC/REC/337);
- iii) “e eu mexendo dentro d’água a pedra era redonda **me** lembro de ter escorregado... caído... dentro d’água e estava **me** afogando.” (NURC/POA/045);
- iv) “quando ele termina aí diz assim bem agora por favor quer **me** trazer a sopa?” (NURC/REC/337);
- v) “eu não vou **me** reter no começo.” (NURC/RJ/379).

Os exemplos acima, apesar de poucos, apontam para a recorrência da próclise no PB, principalmente na modalidade oral, em diversas capitais do Brasil. Além disso, é visível que inserir o pronome oblíquo antes do verbo tem se tornado há bastante tempo a regra única, e isso não acontece somente na fala, como também na escrita, como vamos ver nos exemplos

<sup>6</sup> Para maiores informações sobre o NURC, segue o seguinte *link* <http://www.lettras.ufrj.br/nurc-rj/>.

usados pela GB, extraídos da imprensa brasileira, que tanto prolifera o uso da mesóclise, porém no final das contas, usa a próclise.

- i) “Não fosse o refém uma pessoa com o destaque de Silvio Santos, teriam tantas autoridades **se** posto à volta da vítima e o próprio governador **se** abalado porque assim queria o criminoso?” (Jânio Quadros, *Folha de S. Paulo*, 31/08/2001, primeira página);
- ii) “Foi nessa época também que encontrou Max Bill, expoente da arte concreta na Europa, de quem tornou-se amigo. Em 1950, Max Bill havia exposto no Masp e **se** tornado uma influência poderosa entre artistas e intelectuais brasileiros.” (Flávia Rocha, *Bravo!*, abril de 1998, p. 62-63);
- iii) “Os números de Altamiro Carrilho são impressionantes: aos 76 anos de idade, está com 57 de carreira, tendo composto 200 obras, gravado 111 discos e **se** apresentado em 48 países.” (*Bravo!*, Julho de 2001, p. 128-129);
- iv) “Ela teria decidido procurar Oliveira e **lhe** dado dinheiro para comprar uma arma.” (*Folha de S. Paulo*, 30/8/1995, p. 3-5);
- v) “Lúcio Flávio Villar Lirio escrevia poesias de não **se** jogar fora no seu tempo. Depois pensou em ser vereador, porque Juscelino tinha passado perto e **lhe** dado três tapinhas nas costas.” (Fernando Bonassi, *Folha de S. Paulo*, 25/3/1998, p. 4).

Estes outros exemplos indicam que mesmo na escrita de textos da imprensa brasileira há a recorrência de próclise, e que essa se faz como regra única do PB. As mesóclises, defendidas por muito tempo, estão sendo deixadas de lado. À reboque disso, e segundo Bagno (2012, p. 763), esses usos da imprensa evidenciam que a “[...] prescrição purista se faz de modo tão subserviente à tradição normativa que aquilo que não parece codificado nela – ainda que tão ‘errado’ quanto outros fatos registrados – passa como se nem sequer existisse e é empregado sem susto e sem sobressalto”

Com essa discussão, concluímos, pois, que os dados linguísticos usados pela GB apontam para a recorrência da colocação proclítica, tanto na fala como na escrita do PB. Além disso, as fontes dos dados linguísticos mostram que é preciso refletir sobre a língua, tanto partindo de situações mais monitoradas, como a escrita de um texto para a imprensa, como de menos monitoradas. É o caso dos dados orais retirados do NURC. A GB não restringiu a escolha dos seus dados linguísticos nem para a escrita, como fez a GN, nem para a fala, como fez a GP.

#### 4.2.3.5 *Categorias e conceitos utilizados*

As categorias e conceitos utilizados por Bagno (2012) são claros. Ele não aborda a divisão da colocação dos pronomes oblíquos em próclise, mesóclise e ênclise, contudo ele menciona sobre os três tipos de colocação, para exemplificar alguns funcionamentos da língua. Sendo assim, ele apresenta uma regra única quando pensamos em colocação pronominal:

A regra única de colocação dos clíticos é: **PRÓCLISE ANTES DO VERBO.**

A GB apresenta que é normal usar a próclise em inúmeras situações, duas delas são as seguintes: o clítico sempre vem antes do verbo do qual ele é o complemento direto ou indireto e vem sempre antes de verbos no imperativo. Sem grandes delongas, Bagno (2012) esclarece inúmeras dúvidas sobre a colocação dos pronomes oblíquos átonos. Estes últimos casos citados são alguns deles.

Uma reflexão bastante pertinente apresentada pela GB diz respeito à colocação pronominal ter sempre sido o “divertimento das elites”, no sentido de que a elite (branca e masculina, principalmente) sempre foi a conhecedora de todas as normas e regras e, conseqüentemente, se via no poder de ditar aquilo que era certo ou não para o PB.

[...] como durante muito tempo (e em parte até hoje) as normas gramaticais eram ditadas tendo como inspiração a língua literária dos escritores portugueses do período romântico, e como esses escritores, por serem portugueses, reproduziam – obviamente – em seus escritos a sintaxe dos clíticos de sua língua, o português europeu, os defensores empedernidos da “língua portuguesa”, que também sempre foram defensores de um ideal social e cultural elitista e europeizante, perceberam as diferenças entre os usos portugueses e os usos brasileiros e chegaram à conclusão de que os usos brasileiros eram errados. (BAGNO, 2012, p. 760).

Como percebemos, e bem como salienta Bagno (2012), a gramática está muito mais preocupada em fazer com que o leitor reflita sobre determinados mecanismos linguísticos, do que, necessariamente, mostrar regras de funcionamento regentes de uma língua, que só aprisionam o falar e o escrever das pessoas.

Em relação à mesóclise, a GB apresenta o seguinte: “Sobre a mesóclise, nem vale a pena comentar. Seu artificialismo é tamanho que os manuais de redação das grandes empresas jornalísticas já baniram de vez essa colocação para o arquivo morto das formas linguísticas extintas” (BAGNO, 2012, p. 764). Nesse sentido, não há motivos para continuar discutindo

sobre a colocação mesoclítica, uma vez que ela já é um uso descartado no português do Brasil.

Já em relação à ênclise, a GB descreve que ela só é usada em textos altamente rebuscados, como textos bíblicos, por exemplo. Ademais, embora a regra geral seja a próclise, ainda persiste a ideia errônea de apontar a ênclise como a colocação básica dos clíticos em português, e que os pronomes oblíquos podem se liberar de sua rigidez enclítica e “passar a frequentar também a posição proclítica” (BAGNO, 2012, p. 790).

Por fim, mas não menos importante, Bagno (2012) apresenta aos leitores os principais ambientes sintáticos que permeiam a próclise, regra única do português brasileiro, por ser a mais usada, seja em situações de alto monitoramento ou não.

**Quadro 20** - Usos autênticos dos clíticos no PB

<b>Regra única</b>	<b>Ambiente sintático</b>	<b>Exemplos</b>
No PB os clíticos se posicionam sempre antes do verbo principal (próclise).	Início da frase	<b>Me</b> incomoda muito o comportamento de Ana.
	Aux + infinitivo	Ana disse que pode <b>te</b> ajudar.
	Aux + Particípio passado	Ana tem <b>nos</b> ajudado bastante.
	Aux + Gerúndio	Ana estava <b>te</b> procurando.
	Auxiliar particípio passado	Ana tinha chegado cedo de manhã e <b>me</b> telefonado.
	Imperativo	<b>Se</b> vire para eu ver como ficou a saia!

Fonte: Reproduzido da página 1002 da GB.

Diante do exposto, a GB evidencia uma preocupação em evidenciar usos autênticos em detrimento de usos atravessados por uma cultura normativa europeia. Bagno (2012) abandona as influências do PP, para representar em seus conceitos gramaticais um português singular, tanto do ponto de vista falado, como escrito.

#### 4.2.3.6 Descrição/prescrição gramatical

Para início de discussão, a GB não usa no seu arcabouço descritivo expressões modalizadoras, como as que vínhamos discutindo até esse momento do trabalho. Ao invés disso, o autor da obra prefere realizar um debate sobre língua e linguagem. Muito mais do que imposição de regras, percebemos uma reflexão sobre os conteúdos gramaticais e uma pequena mostra sobre o que é o PB.

Sendo assim, a GB transfere aos seus leitores que “saber gramática é muito mais do que rotular” (BAGNO, 2012, p. 30), ou seja, o ensinar gramática vai além de decorar regras, nomenclaturas e conceitos. O trabalho que deve ser feito na escola tem que tomar como direcionamento as atividades epilinguísticas, que discutimos anteriormente nesta pesquisa. Para concluir nosso raciocínio, “saber gramática é algo tão entranhado em cada pessoa que é simplesmente impossível falar, ouvir, ler, escrever ou refletir sobre a língua sem ativar esse conhecimento gramatical intuitivo e poderoso” (*idem*).

Partindo desse pressuposto, fazer reflexões sobre os usos da língua não é somente reconhecer os efeitos de sentido proporcionados por ela, como também saber se apoderar desses efeitos de sentido, para tentar realizar usos conscientes dos inúmeros recursos linguísticos oferecidos pelo PB. E é isso, basicamente, que Bagno (2012) tentar empreender em seu instrumento gramatical.

Desse modo, a GB não confirma, nem dá continuidade a uma concepção de “língua certa” extremamente estreita e sem correspondência com a realidade linguística dos brasileiros, assim como muito objetos normativos fazem, tanto em práticas orais, como em práticas escritas (Bagno, 2012).

Ao apontar, por exemplo, que a mesóclise não existe em nosso vernáculo, Bagno (2012) evidencia simultaneamente a realidade do PB. Ninguém, em plena consciência, sai escrevendo e falando mesóclises de todas formas e maneiras. O PB possui como regra única a próclise, uma vez que essa já faz parte de nossas práticas orais e escritas.

Diante dessa curta discussão, a GB empreende, portanto, uma descrição dos usos autênticos do PB, tanto falados como escritos, tendo como fundamento a realidade sociolinguística que permeia os brasileiros. Não há uma amostragem de regras e normas, de juízos e valores categóricos, que reprimem o falar e o escrever dos usuários de uma língua, e principalmente dos alunos que estão na escola. Pelo contrário, Bagno (2012) defende a escola como um lugar de socialização das aprendizagens, ao invés de um local de limitação linguística.

#### 4.2.3.7 Continuidades e rupturas com a tradição gramatical

Essa última categoria de análise serve para evidenciar, assim como feito nas outras GBCP analisadas, os pontos de continuidade e ruptura entre a tradição gramatical e a contemporaneidade. Sendo assim, segue o quadro, que sintetiza essas informações.

**Quadro 21** - Pontos de continuidade e ruptura entre a tradição e a contemporaneidade encontrados na GB

<b>Categoria de análise</b>	<b>Pontos de continuidade</b>	<b>Pontos de ruptura</b>
<b>TEXTO DE APRESENTAÇÃO</b>	Não apresenta pontos de continuidade relevantes.	A GB aponta que a gramática é pedagógica. Se distanciando de outros instrumentos tradicionais, que nunca pensaram nas lacunas das formações docentes. Se declara como uma gramática político-ideológica, uma vez que se configura como uma tomada de posição política perante o PB.
<b>ARCABOUÇO TEÓRICO</b>	Não apresenta pontos de continuidade relevantes.	Discute, refuta e abraça propostas de descrições linguísticas feitas por outros materiais, como também se propõe a fazer novas análises. Além disso, parte de algumas teorias linguísticas, como: teoria dos gêneros textuais, sociolinguística, gramatização e história da língua.
<b>LOCALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA SEÇÃO</b>	Não apresenta pontos de continuidade relevantes.	Além de ter uma pequena parte dedicada só para discutir colocação dos pronomes oblíquos átonos, dispersa o conteúdo por toda a obra gramatical. Ademais, dialoga este conteúdo com outros, como artigos, por exemplos.
<b>NATUREZA DOS DADOS LINGUÍSTICOS</b>	Não apresenta pontos de continuidade relevantes.	Apresenta dados linguísticos extraídos de duas fontes: NURC e imprensa brasileira. Dessa forma, apresenta dados orais e escritos, respectivamente.
<b>CATEGORIAS E</b>	Não apresenta pontos de	Apresenta para a colocação dos pronomes oblíquos átonos apenas uma regra única, nesse

<b>CONCEITOS UTILIZADOS</b>	continuidade relevantes.	caso a próclise. Não divide o conteúdo em regras gerais e particulares, tal como faziam as GNR e alguns materiais contemporâneos.
<b>DESCRIÇÃO/ PRESCRIÇÃO GRAMATICAL</b>	Não apresenta pontos de continuidade relevantes.	Realiza uma descrição autêntica dos reais usos do PB. Não apresenta normas e conceitos, que só restringem a realidade sociolinguística dos brasileiros.

Fonte: Produzido pelo autor, com base nas contribuições de Bagno (2012).

Diante da exposição do quadro, percebemos, portanto, que a GB é a única GBCP, entre as que foram analisadas, que não<sup>7</sup> apresenta traços de continuidade relevantes para com a tradição gramatical. Dessa maneira, Bagno (2012) realiza uma tentativa de se distanciar de uma tradição que perdurou durante anos e apresenta um material novo ao mercado, no sentido de apresentar uma nova proposta, novos objetivos e partir de diferentes perspectivas teóricas, que até então não tinham sido identificadas nos outros objetos, como é o caso da sociolinguística.

#### 4.3 SISTEMATIZAÇÕES E IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS

Como vimos, os objetos gramaticais analisados divergem na abordagem dos pronomes oblíquos átonos. Uns abordam a próclise, mesóclise e a ênclise, como as GNR, outros preferem tratar somente da próclise, pois esta representa a regra única do PB. Diante disso, esta última seção, intitulada de *Sistematizações e implicações pedagógica*, se propõe a sistematizar os dados que até agora foram analisados. E não somente isso, como também vai apresentar como essas abordagens podem colaborar na construção de um padrão linguístico e também no ensino de gramática. Sobre este último aspecto, vamos apresentar também uma proposta de atividade que trabalhe os efeitos de sentido que podem ser extraídos do conteúdo de colocação pronominal.

Desta forma, esta subseção vai seguir os seguintes passos:

- i) Sistematização dos dados;

<sup>7</sup> Apesar de não termos identificados pontos de continuidade relevantes. É válido ressaltar que esses materiais em outros conteúdos vão dar continuidade à tradição. Por exemplo, só em citar sobre verbos, as GBCP dão continuidade ao que era defendido pela tradição gramatical.

- ii) Após cada sistematização, apresentação das implicações pedagógicas;
- iii) Proposta de atividade com a colocação dos pronomes oblíquos átonos.

Para tanto, o primeiro passo é apresentar a sistematização dos dados de análise referentes às GNR, tanto da GCC, como da GEB.

**Quadro 22 - Sistematização das GNR**

<b>CATEGORIAS DE ANÁLISE</b>	<b>NOME DA GRAMÁTICA</b>	
	<b>GCC</b>	<b>GEB</b>
<b>TEXTO DE APRESENTAÇÃO DA OBRA</b>	Apresenta a gramática como um complemento da lacuna que existe na descrição do português, orienta suas descrições para as expressões escritas do português e está preocupada em defender uma noção de correto.	Alia uma preocupação científica de descrição sincrônica a uma “visão sadia” de gramática normativa. Apesar de se definir como um instrumento gramatical normativo, conjuga descrição e prescrição.
<b>LOCALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA(S) SEÇÃO(ÕES)</b>	Segue a NGB, descrevendo e prescrevendo sobre as dez classes gramaticais vigentes, concentra o conteúdo em uma única parte e dedica um pequeno espaço de duas páginas para falar do PB.	Segue a NGB e concentra o conteúdo em somente uma seção da gramática.
<b>NATUREZA DOS DADOS LINGUÍSTICOS</b>	Uso de dados escritos e, sobretudo, literários. Recorre a autores clássicos, como: Machado de Assis e Carlos Drummond de Andrade.	Uso de exemplos literários. Além disso, apresenta dados inventados, um diferencial desta gramática, em comparação à GCC.
	Divide os conceitos em regras gerais e particulares e	Não divide os conceitos em regras gerais e

<p align="center"><b>CATEGORIAS E CONCEITOS UTILIZADOS</b></p>	<p>insiste na divisão e na prescrição dos três tipos de colocação pronominal: próclise, mesóclise, ênclise.</p>	<p>particulares, contudo também segmenta o conteúdo de colocação pronominal em próclise, mesóclise e ênclise.</p>
<p align="center"><b>DESCRIÇÃO/PRESCRIÇÃO GRAMATICAL</b></p>	<p>Uso reduzido de expressões modalizadoras.</p>	<p>Uso recorrente de expressões modalizadoras. Apresenta uma tentativa de não fazer somente uma mera prescrição gramaticeira, como também uma descrição dos fatos da língua.</p>

Fonte: elaborado pelo autor, com base nas análises da GCC e da GEB.

Diante da elaboração do quadro 22, podemos dizer que a prescrição realizada pelas GNR envolvendo a colocação pronominal dos oblíquos átonos se afasta da realidade do PB, uma vez que não descreve os usos reais dessa língua e dá primazia para os usos escritos advindos da literatura. Desta maneira, esses materiais colaboram para a construção de um padrão linguístico que se afasta da realidade linguística dos brasileiros, tanto do ponto de vista da fala, como da escrita.

Nesse sentido, as GNR conservam a construção de uma norma-padrão, que não condiz com os usos reais do português falado e escrito atualmente. Elas ainda evidenciam descrições que pouco exploram a reflexão sobre aspectos da língua e linguagem. Conseqüentemente, são materiais que não subsidiam um ensino de gramática que seja reflexivo e direcionado aos usos concretos do português atual, até porque o direcionamento dessas gramáticas não visa a sala de aula, mas sim a prescrição de normas e a manutenção das regras que regem a LP.

Em contrapartida, é válido mencionar sobre a importância desses materiais, que deram margem para a elaboração das GBCP, que também foram analisadas neste trabalho. As GNR foram de suma importância para o surgimento de novos materiais, como a GN, a GP e a GB, que apresentam uma reformulação das descrições feitas pelas descrições gramaticais, e em alguns momentos chegam até a dialogar com os materiais de cunho normativo. Sendo assim,

em seguida apresentamos um quadro que evidencia a sistematização dos dados de análise das GBCP.

**Quadro 23 - Sistematização das GBCP**

CATEGORIAS DE ANÁLISE	NOME DA GRAMÁTICA		
	GN	GP	GB
<b>TEXTO DE APRESENTAÇÃO DA OBRA</b>	Apresenta descrições linguísticas que partem do texto como nível de análise, parte das tradicionais classes de palavra e possui dois públicos distintos: falante comum e estudiosos do português.	Defende que a gramática não é instrumento de aquisição da língua escrita, mas é um meio de pensar e agir sobre a língua e tem como público o leitor brasileiro.	Intitula-se como pedagógica, pois apresenta uma proposta de preenchimento das lacunas que existem nos cursos de formação de professores de português, considera qualquer uso do PB e milita a favor da existência de um PB autêntico.
<b>CONSTITUIÇÃO DO ARCABOUÇO TEÓRICO</b>	Apresenta como correntes teóricas na abordagem da colocação pronominal dos átonos a linguística textual e o funcionalismo linguísticos.	É ateórica, pois parte do princípio descritivista da sintaxe simples.	Apresenta ao abordar a colocação dos pronomes oblíquos átonos as seguintes filiações teóricas: teorias dos gêneros textuais, sociolinguística e os estudos sobre gramaticalização e história da língua.
	Concentra o conteúdo	Concentra o	Dispersa o conteúdo

<p><b>LOCALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA(S) SEÇÃO(ÕES)</b></p>	<p>de colocação dos pronomes oblíquos átonos em somente uma seção da gramática.</p>	<p>conteúdo de colocação dos pronomes oblíquos átonos em somente uma seção da gramática.</p>	<p>por outras seções da gramática, e não somente na parte dedicada à colocação pronominal.</p>
<p><b>NATUREZA DOS DADOS LINGÜÍSTICOS</b></p>	<p>Apresenta dados escritos da esfera literária, técnica, jornalística e dramática. Consequentemente, aponta para uma possível abrangência de diferentes situações de enunciação.</p>	<p>Expõe dados orais simples, ou seja, do PB falado. Não leva em consideração, em suas descrições gramaticais, trechos de textos ou longas transcrições de fala. Os exemplos apontam para a verdadeira realidade linguística do Brasil.</p>	<p>Considera qualquer uso do PB. Para tratar da colocação dos pronomes oblíquos átonos recorre ao projeto NURC e aos textos da imprensa brasileira.</p>
<p><b>CATEGORIAS E CONCEITOS UTILIZADOS</b></p>	<p>Apresenta um espaço dedicado às particularidades do emprego dos pronomes oblíquos átonos. Não se detém à clássica divisão pronominal: próclise, mesóclise e ênclise.</p>	<p>Não há destaque para a divisão dos pronomes oblíquos átonos: próclise, mesóclise e ênclise. Não menciona a existência de regras gerais e particulares. Realiza uma menção ao pronome <i>você</i>, como constitutivo do quadro de pronomes pessoais.</p>	<p>Expõe a próclise como regra única do PB. Não menciona a mesóclise como uso do PB. Apresenta que a ênclise só é utilizada em situações altamente monitoradas. Não divide o assunto em regras gerais e particulares.</p>
	<p>Descreve os reais funcionamentos do</p>	<p>Apresenta uma descrição dos</p>	<p>Realiza uma discussão teórica</p>

<p><b>DESCRIÇÃO/PRESCRIÇÃO GRAMATICAL</b></p>	<p>PB, sem levar em conta juízos de valores no que diz respeito aos usos linguísticos. Não recorre à utilização de expressões modalizadoras.</p>	<p>mecanismos linguísticos que erguem o português no Brasil. Utiliza minimamente as expressões modalizadoras.</p>	<p>sobre língua e linguagem. Ao invés de realizar somente uma descrição, promove uma reflexão sobre os usos linguísticos do PB.</p>
<p><b>CONTINUIDADES E RUPTURAS COM A TRADIÇÃO GRAMATICAL</b></p>	<p>Apresenta pontos de ruptura no que diz respeito ao texto de apresentação, às discussões teóricas empreendidas, à natureza dos dados linguísticos e aos conceitos utilizados. Contudo, apresenta como traço de continuidade a maneira de organizar a seção de colocação pronominal.</p>	<p>Apresenta pontos de ruptura no que diz respeito ao texto de apresentação, à natureza dos dados linguísticos e aos conceitos utilizados na descrição gramatical. É uma gramática ateórica. A forma de organizar o conteúdo evidencia um traço de continuidade. Estabelece um diálogo com a tradição ao dividir português falado e português escrito.</p>	<p>É a obra mais completa entre todas as GBCP analisadas, uma vez que, de acordo com as categorias de análise erguidas para este trabalho, só apresenta traços de ruptura.</p>

Fonte: elaborado pelo autor, com base nas análises da GN, GP e GB.

Diferente das GNR, as GBCP vão prezar por descrever os reais funcionamentos do PB atual. Dessa maneira, apresentam diferentes filiações teóricas, com exceção da GP que se considera ateórica, partem de diferentes objetivos e usam diferentes dados linguísticos. Conseguimos detectar que estes materiais, por exemplo, não se interessam mais por citar a

mesóclise como um uso do português atual, e que são poucos momentos em que a ênclise é discutida. Isso ocorre porque o PB autêntico e atual têm a próclise como regra única, ou seja, a maioria dos usos linguísticos têm a próclise como orientação de colocação pronominal.

Diante disso, esses instrumentos gramaticais, intitulados por Vieira (2015) de GBCP, se aproximam dos usos reais do PB, e não somente isso, como também colaboram para a construção de um português autêntico, sem grandes influências da normatividade europeizante. Nesse sentido, não se afastam da realidade falada, como a GP, e nem da realidade escrita dos brasileiros, como a GN.

Conseqüentemente, esses materiais, apesar de se declararem como gramáticas que não têm como foco a sala de aula, conseguem realizar uma tentativa de subsidiar um ensino de gramática reflexivo e direcionado aos usos concretos da língua, como acontece na GB, que se propõe a preencher lacunas dos cursos de formação de professores de português.

Nesse sentido, as GBCP não procuram manter a construção de uma norma-padrão, ou norma curta, assim como é chamada por Carlos Alberto Faraco, uma vez que estão preocupadas em estimular a reflexão acerca de tópicos de gramática, como acontece na abordagem da colocação dos pronomes oblíquos átonos. E não somente isso, como também tentar fazer com que o usuário da língua saiba ativar os mecanismos necessários para utilizar o PB. Esses materiais não estão preocupados em ditar uma cultura do certo ou do errado. Pelo contrário, estão preocupados em descrever um PB atual e autêntico.

Nessa perspectiva, torna-se quase que insuficiente aplicação de atividades, em sala de aula, que prezem pela normatividade dos usos linguísticos ou que se preocupem somente em promover exercícios de classificação morfossintática. Pensando nisso e para atender a um dos objetivos, vamos agora elaborar atividades que trabalhem com colocação pronominal. De antemão, é válido ressaltar que isso não é uma fórmula pronta, mas que serve como proposta para aplicar o tema que está sendo analisando.

Diante disso, vamos apresentar uma proposta que parte do princípio normativo e da gramática tradicional (Atividade I) e outra que preza pelos efeitos de sentido e pelos usos reais do PB, quando o assunto é a colocação pronominal (Atividade II).

### PROPOSTA DE ATIVIDADE I<sup>8</sup>:

- 1) Com base no que vai ser exposto responda os questionamentos que seguem:

Na língua portuguesa, os pronomes pessoais do caso oblíquo podem ocupar três posições: antes do verbo, no meio dele e depois do verbo. Vejamos abaixo exemplos de cada uma dessas três posições:

**Próclise** – colocação do pronome antes do verbo.

Exemplo: Não *lhe* **direi** mais nada sobre esse assunto.

**Mesóclise** – colocação do pronome no meio do verbo.

Exemplo: **Visitá-lo-ei** quando for a Fortaleza.

**Ênclise** – colocação do pronome depois do verbo.

Exemplo: **Ajude-me** a levantar este vaso, por favor.

- a) Qual é o nome dado à colocação pronominal apresentada na seguinte sentença: “**Dê-me** o cartão de crédito”.

**Possível resposta:** É esperado que os alunos respondam ênclise.

- b) Qual é o nome dado à colocação pronominal na seguinte sentença: “**Calar-me-ei**”.

**Possível resposta:** É esperado que os alunos respondam mesóclise.

- 2) Leia a tira a seguir:



Fonte: SOUSA, Maurício de. **Magali**. Disponível em: <http://turmadamonica.uol.com.br/>.

<sup>8</sup> Outra ressalva a ser feita em relação às propostas de atividade é que nenhuma delas foi aplicada em sala de aula. Fica, portanto, uma dica de investigação linguística: Os efeitos e a recepção de atividades envolvendo os pronomes oblíquos átonos em sala de aula.

- a) A partir da leitura do texto, aponte qual verbo está realizando a colocação pronominal.

**Possível resposta:** Verbo dar.

- b) Qual tipo de colocação ocorre no verbo que você citou anteriormente?

**Possível resposta:** Ênclise.

### PROPOSTA DE ATIVIDADE II:

Leia a tira que segue para responder aos questionamentos:



Copyright ©1999 Mauricio de Sousa Produções Ltda. Todos os direitos reservados.

Fonte: SOUSA, Maurício de. **Magali**. Disponível em: <http://turmadamonica.uol.com.br/>.

- 1) Observe a fala do sapo na primeira tirinha. No cotidiano, você costuma falar “dê-me” ou “me dê”?

**Possível resposta:** Provavelmente os alunos responderão que usariam “me dê”. Aproveitar a situação para expor aos alunos que a próclise é a colocação pronominal mais usada no português brasileiro atual e que ela tem se tornado a regra única do português no Brasil.

- 2) Por que, na tira, foi usada a forma “dê-me” para representar a possível fala de um príncipe?

**Possível resposta:** Essa forma é prevista pelas normas gramaticais no início de orações. Como o enunciador é um príncipe, essa construção sugere um uso mais formal da linguagem, condizente com a posição que ele ocupa. Aproveitar para questionar aos alunos se o príncipe não podia, por exemplo, falar “me dê”, fazendo, assim, com que os estudantes pensem sobre a construção das normas gramaticais.

- 3) Aproveitando ainda a tira, explique quais efeitos de sentido podem ser provocados quando um padeiro e um pipoqueiro falam a forma “dê-me”, uma vez que Magali esperava que o sapo se transformasse em um desses profissionais.

**Possível resposta:** É esperado que os alunos respondam que para esses profissionais não é cobrada a exigência da norma-padrão, e que seria inesperado e surpreendente eles emitirem “dê-me”. Caso a resposta dos alunos confirme isso, aproveitar para refletir sobre os efeitos que são provocados pela manutenção da norma-padrão.

É de reconhecimento de todos que, tanto o príncipe, como o padeiro e o pipoqueiro podem falar a forma me dê, contudo a “norma curta” faz com que o príncipe, devido a posição social que ocupa, fale “dê-me”.

As duas propostas de atividade estão trabalhando com a colocação dos pronomes oblíquos átonos, contudo a primeira foca na classificação das colocações pronominais, já a segunda explora os efeitos de sentido que são provocados pela próclise e pela ênclise, quando emitidas por determinados sujeitos.

Como visto, a segunda atividade tenta não somente refletir, como também questiona a construção da norma-padrão. Além disso, enquanto a primeira representa uma exemplo de atividade metalinguística, a segunda aponta para um exemplo de atividade epilinguística, pois faz com que os alunos não somente reflitam, como também questionem determinados usos do português.

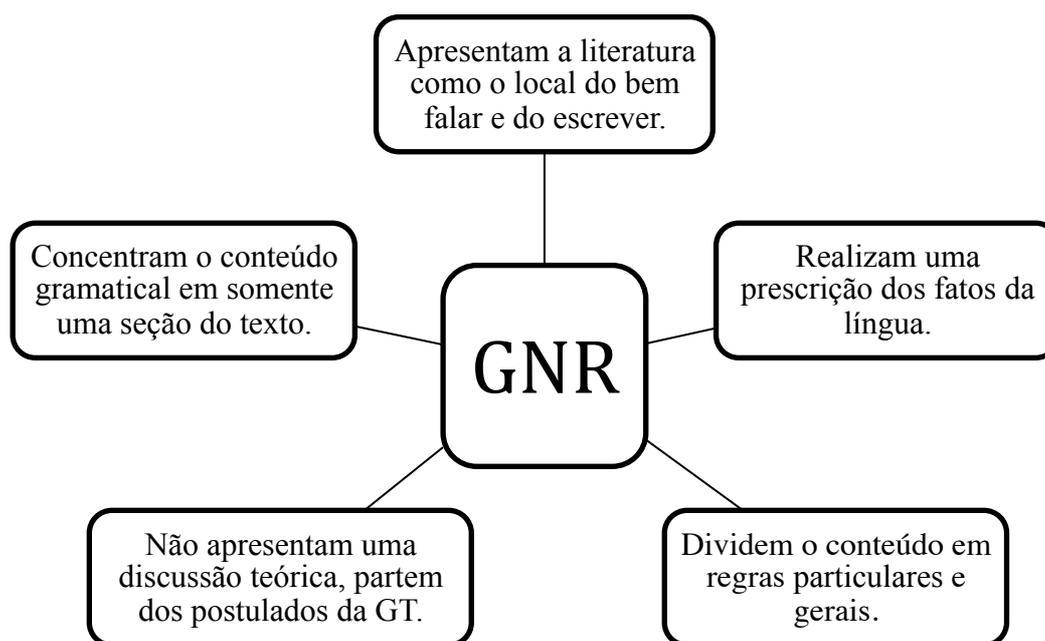
Diante disso, encerramos, portanto, nossa capítulo de análise, e com isso cumprimos mais um objetivo deste trabalho, no que diz respeito a apresentação de uma proposta de atividade adequada para o trabalho com colocação de pronomes oblíquos átonos. E ainda ressaltamos que isso não é uma fórmula pronta, é somente uma proposta, que pode ou não ser aplicada na educação básica.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar gramáticas, tanto normativas, como contemporâneas, a fim de estabelecer os pontos de continuidade e ruptura entre a tradição e a contemporaneidade, no que diz respeito à colocação dos pronomes oblíquos átonos. Dessa forma, se situou no campo da linguística aplicada transdisciplinar (MOITA LOPES, 2009), uma vez que buscamos criar inteligibilidade sobre problemas sociais em que a linguagem tem um papel central.

Com a pesquisa podemos, então, identificar algumas características primordiais dos materiais analisados. Sendo assim, seguem abaixo as figuras 6 e 7, que evidenciam as características das GNR e GBCP, respectivamente.

**Figura 6:** Principais características das GNR

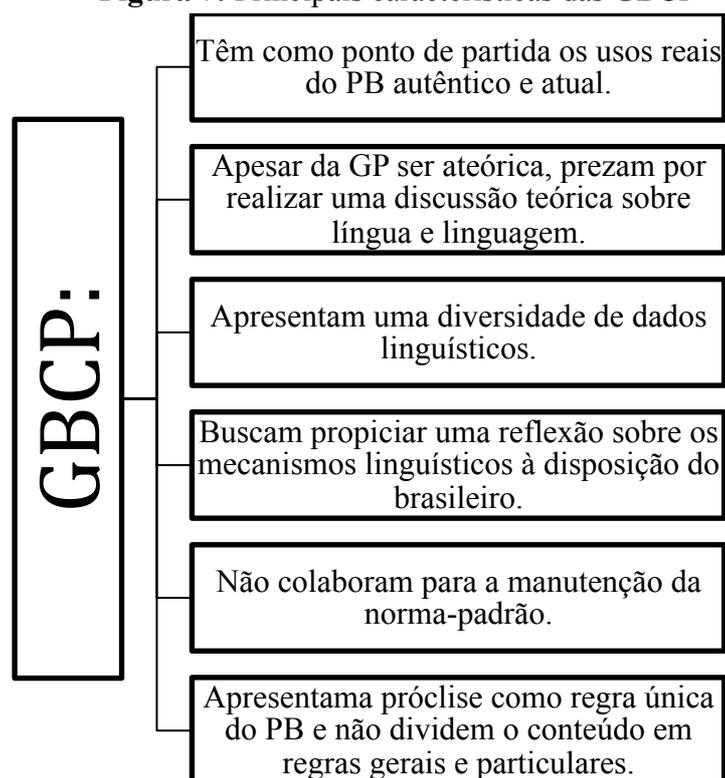


Fonte: Produzido pelo autor.

Nossos resultados e discussões empreendidos com as análises das GNR apontaram que esses materiais não prezam por realizar uma descrição do PB, mas sim uma prescrição de uma norma que deve ser seguida por todos. Além disto, estes materiais estão interessados em promover a conservação de um português que tem como base a cultura lusófona, e não os usos reais do PB. Ademais, apresentam uma preocupação em prescrever inúmeras regras, tanto gerais, como particulares, sobre a colocação pronominal dos oblíquos átonos.

As gramáticas de referência, como a GCC e GEB, partem da tradição gramatical para normatizar os usos e as possibilidades linguísticas da língua portuguesa, principalmente quando falamos da abordagem da colocação dos pronomes oblíquos átonos, fazendo com que o ensino de gramática tenha como ponto de partida e de chegada somente o ensino de uma norma gramatical que idealiza os usos linguísticos.

**Figura 7:** Principais características das GBCP



Fonte: elaborada pelo autor.

As GBCP, como a GN, GP e GB, partem dos usos reais, seja da modalidade falada, seja da modalidade escrita, do português brasileiro para descreverem a colocação dos pronomes oblíquos átonos. Desta feita, esses compêndios partem dos usos linguísticos para realizarem as suas descrições e, conseqüentemente, não dão continuidade ao que é imposto pela tradição linguístico-gramatical. Apontam, então, para um ensino de gramática reflexivo, que não pensa somente em idealizar um modelo de língua, mas que reflete sobre as inúmeras funcionalidades do PB.

Os estudos da linguística contemporânea têm subsidiado a produção das GBCP e, desse modo, estes materiais rompem com o que sempre foi imposto pelas gramáticas normativas de referência. As GBCP são, simultaneamente, causa, reflexo e consequência da

virada linguística, “espécie de mudança de paradigma nos estudos da linguagem e, posteriormente, no ensino de língua, em que se opera uma mudança de perspectiva: a forma [...] cede espaço ao uso” (VIEIRA, 2016, p. 32).

Há pontos de ruptura, no que diz respeito à descrição do aspecto morfossintático que nos propomos a pesquisar, entre as gramáticas normativas de referência e as GBCP, uma vez que estas partem de perspectivas diferentes. Nesse sentido, as GBCP valorizam os usos efetivos, sejam eles da fala ou da escrita. Contudo, conseguimos também identificar pontos de continuidade, no que diz respeito, por exemplo, à organização desses materiais, principalmente na GN e na GP, que concentram o conteúdo gramatical em uma única parte do texto, sem dialogá-lo com outros temas.

Por fim, a partir do que foi desenvolvido no presente trabalho, atestamos para a importância da elaboração de materiais gramaticais que valorizem os usos reais e autênticos do PB e que apontem para um ensino de gramática reflexivo. Além disso, evidenciamos a importância de trabalhos que analisem aspectos morfossintáticos do PB, a fim de subsidiar um ensino de gramática que não se limite somente a exercícios classificatórios e pouco operatórios. Acreditamos, portanto, que contribuímos um pouco para a caracterização da gramaticografia do PB recente e atual, como também reafirmamos a valorização de materiais didáticos que militem por um PB em detrimento do PP.

## REFERÊNCIAS

ANGELO, Graziela. A gramática no ensino de língua portuguesa: à busca de compreensão. Belo Horizonte: **Revista Brasileira de Linguística Aplicada (RBLA)**, 2010, p. 931-947.

ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho**. São Paulo: Parábola editorial, 2007.

BAGNO, Marcos. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola editorial, 2012.

\_\_\_\_\_. Introdução: mas o que é mesmo gramática? In: \_\_\_\_\_. **Gramática, passado, presente e futuro**. Curitiba: Aymará, 2009. p. 10-57.

\_\_\_\_\_. O jogo dos sete erros teóricos. In: \_\_\_\_\_. **Sete erros aos quatro ventos: a variação linguística no ensino de português**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. p. 73-116.

\_\_\_\_\_. **O que é uma língua? imaginário, ciência e hipóstase**. In: LAGARES, Xoán; BAGNO, Marcos (Organizadores). São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 355-387.

BARBOSA, Afranio Gonçalves. Saberes gramaticais na escola. In: VIEIRA, Silvia Rodrigues; BRANDÃO, Silvia Figueiredo. **Ensino de gramática: descrição e uso**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 27-54.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BEZERRA, Maria Auxiliadora; REINALDO, Maria Augusta. **Análise linguística: afinal, a que se refere?**. São Paulo: Editora Cortez, 2013.

BORGES NETO, José. A naturalização da gramática tradicional e seu uso protocolar. Natal: **Texto de conferência proferida durante o VIII congresso da ABRALIN**, 2013.

\_\_\_\_\_. Gramática tradicional e linguística contemporânea: continuidade ou ruptura? **Revista Todas as letras**, 2012, p. 87-98.

BRITTO, Luiz Percival Leme. **A sombra do caos: ensino de língua x tradição gramatical**. 1997. 263 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Língua. Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP.

BUIN, Edilaine. A gramática a serviço do desenvolvimento da escrita. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, 2004, p. 155-171.

COSTA VAL, Maria da Graça. A gramática do texto, no texto. Belo Horizonte: **Revista Estudos Linguísticos**, 2002, p. 107-133.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

DUTRA, Rosália. Gramática normativa: uma perspectiva histórica. In: \_\_\_\_\_. **O falante gramático: introdução à prática do estudo e ensino do português**. Campinas, SP: Mercado de letras, 2003. p. 15-28.

FARACO, Carlos Alberto; VIEIRA, Francisco Eduardo. **Gramáticas brasileiras: com a palavra, os leitores**. São Paulo: parábola editorial, 2016.

FARACO, Carlos Alberto. Afinando conceitos. In: \_\_\_\_\_. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola editorial, 2008. p. 33-107.

\_\_\_\_\_. A questão gramatical e o ensino de português. In: \_\_\_\_\_. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola editorial, 2008, p. 131-163.

\_\_\_\_\_. Norma culta brasileira: construção e ensino. In: ZILLES, Ana Maria Stahl; FARACO, Carlos Alberto. **Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino**. São Paulo: Parábola editorial, 2015. p. 19-30.

FRANCHI, Carlos. **Mas o que é mesmo “gramática”?** São Paulo: Parábola editorial, 2006.

FREGONEZI, Durvali Emílio. Aconteceu a virada no ensino de Língua Portuguesa?. **Revista do GELNE**, 1999, p. 82-85.

GONSALVES, Elisa Pereira. Escolhendo o percurso metodológico. In: \_\_\_\_\_. **Conversas sobre Iniciação à Pesquisa**. 4. ed. Campinas, SP: Alínea, 2005, p. 61-73.

GUIMARÃES, Eduardo. Sinopse dos estudos do português no Brasil: a gramatização brasileira. In: \_\_\_\_\_. ORLANDI, Eni Puccinelli. **Língua e cidadania: o português no Brasil**. Campinas, SP: Pontes, 1996. p. 127-138.

GURGEL, Silvana. **O período dos estudos linguísticos brasileiros dito científico na questão da colocação pronominal (1880-1920)**. 2008. 144f. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral). Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade de São Paulo, São Paulo.

GURPILHARES, Marlene Silva Sardinha. As bases filosóficas da gramática normativa: uma abordagem histórica. **Revista Janus – Revista de pesquisa científica – FATEA – Lorena**. Lorena: Gráfica Santa Teresa, V. 01, 2014. p. 43-51.

ILARI, Rodolfo. **Linguística e Ensino da Língua Portuguesa**. Disponível em: Portal da Estação da Luz da Língua Portuguesa; Texto 29. IEL/UNICAMP.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Que gramática ensinar, quando e por quê? In: \_\_\_\_\_. **O português são dois: novas fronteiras, velhos problemas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004, p. 79-92.

MENDONÇA, Márcia. Análise linguística no ensino médio: um novo olhar, um outro objeto. In: MENDONÇA, M.; BUNZEN, C. **Português no ensino médio e formação do professor**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p. 199-225.

MENEZES, Vera; SILVA, Marina Morena; GOMES, Iran Felipe. Sessenta anos de Linguística Aplicada: de onde viemos e para onde vamos. In: PEREIRA, Regina Celi Mendes; ROCA, Maria del Pilar. **Linguística aplicada**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 25-48.

MILROY, James. Ideologias linguística e as consequências da padronização. In: LAGARES, Xoán; BAGNO, Marcos. **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 49-87.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Da aplicação da linguística à Linguística Aplicada indisciplinar. In: PEREIRA, R. C.; ROCA, P. **Linguística Aplicada: um caminho com diferentes acessos**. São Paulo: Contexto, 2009.

\_\_\_\_\_. Uma linguística aplicada mestiça e ideológica: interrogando o campo como linguista aplicado. In: FABRÍCIO, Branca Falabella. **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola editorial, 2006. p. 13-44.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

\_\_\_\_\_; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina. **Gramáticas contemporâneas do português: com a palavra, os autores**. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

OLIVEIRA, Sheila Elias de. **O papel da linguística na formação do professor de Língua**. Revista Conexão letras, 2006, p. 73-85.

ORLANDI, Eni P. Formação de um espaço de produção linguística: a gramática no Brasil. In: \_\_\_\_\_. **História das ideias linguísticas no Brasil: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional**. Campinas, SP, Fontes: Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001, p. 39-57.

OTHERO, Gabriel de Ávila; CARDOZO, Rubia Wildner. A ordem pronominal em português brasileiro: da ênclise à próclise, do clítico ao tônico. Florianópolis: **Revista fórum linguístico**. V. 14, n.1, 2017. p. 1717-1734.

PAGOTTO, Emilio Gozze. Gramatização e normatização: entre o discurso polêmico e o científico. In: ORLANDI, Eni P. **História das ideias linguísticas no Brasil: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional**. Campinas, SP, Fontes: Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001, p. 39-57.

PERINI, Mário. **Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Parábola editorial, 2010.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas, SP: Mercado de letras: Associação de Leitura do Brasil, 1996.

REIS, Fernanda Elena de Barros. **A perda da subida de clítico no português brasileiro: séculos XIX E XX**. 2011. 164f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Problemas relativos à descrição do português contemporâneo como língua padrão no Brasil. In: Bagno, Marcos. **Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2002, p. 11-25.

SARAIVA, Líbia Mara S. **A colocação dos pronomes átonos na escrita culta do domínio jornalístico e nos inquéritos do projeto nurc: uma análise contrastiva**. 2008. 109f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. Preconceito linguístico: doa-se lindos filhotes de poodle. In: \_\_\_\_\_. **Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 79-113.

SILVA, Noadia Íris da. Ensino tradicional de gramática ou prática de análise linguística: uma questão de (con)tradição nas aulas de português. Belo Horizonte: **RBLA**, 2010, p. 949-973.

SILVA, Alexsandro; MORAIS, Artur Gomes. **Entre “ensino de gramática” e “análise linguística”: um estudo sobre mudanças em livros didáticos de Língua Portuguesa**. In: 19º EPENN- encontro de pesquisa educacional do norte e nordeste, 2009.

SOARES, Magda. Português na escola: história de uma disciplina curricular. In: Bagno, Marcos. **Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2002, p. 155-177.

SUASSUNA, Livia. Ensino de análise linguística: situando a discussão. In: SILVA, Alexsandro; PESSOA, Ana Cláudia; LIMA, Ana. **Ensino de gramática: reflexões sobre a língua portuguesa na escola**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2012. p. 11-27.

TOMANIN, Cassia Regina. **A cristalização da nova modalidade de mesóclise no português brasileiro**. 2009. 153f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa). Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa. Universidade Estadual de São Paulo, Araraquara.

VIEIRA, Francisco Eduardo. Análise dialógica dos textos de apresentação de gramáticas escolares do português. Recife: **Revista Encontros de Vista**, 2015, p. 30-46.

\_\_\_\_\_. **Gramáticas brasileiras contemporâneas do português: linhas de continuidade e movimentos de ruptura com o paradigma tradicional de gramatização**. 2015. 446f. Tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós- Graduação em Letras. Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

\_\_\_\_\_. Os pronomes pessoais átonos e sua sintaxe de colocação nos livros didáticos. Recife: **Revista ao Pé da Letra**, 2000, p. 72-79.

VIEIRA, Silvia Rodrigues. Colocação pronominal nas variedades europeia, brasileira e moçambicana: para a definição da natureza do clítico em português. In: BRANDÃO; S. F. & MOTA, M. A. C (Organizadores). **Análise contrastiva de variedades do português**. Rio de Janeiro: In-fólio, 2003. p. 37-60.

VITRAL, Lorenzo. Por que ainda estudar gramática na escola. Belo Horizonte: **Revista Est. Ling**, 2002, p. 63-81.

WINK, Caroline Ozório; FINKENAUER, Letícia; OTHERO, Gabriel de Ávila. Quadro pronominal e colocação dos pronomes à luz de cinco gramáticas do português brasileiro. **Revista eletrônica domínios de linguagem**, V. 6, Nº 1, 2012. p. 434-448.

# APÊNDICES

## APÊNDICE A - GRAMÁTICAS NORMATIVAS DE REFERÊNCIA (GNR)

### **Nova gramática do português contemporâneo, CUNHA & CINTRA (1985)**

Partes analisadas	
Número total de páginas	762 páginas
Número de páginas analisadas	17 páginas
Localização das partes analisadas	Páginas 23, 24, 25 (prefácio da obra). 05, 06, 07, 08, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332.

Fonte: Apêndice produzido pelo autor.

### **Moderna gramática portuguesa, BECHARA (1999)**

Partes analisadas	
Número total de páginas	671 páginas
Número de páginas analisadas	15 páginas
Localização das partes analisadas	Páginas 19, 20, 21, 22, 164, 165, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181.

Fonte: Apêndice produzido pelo autor.

**APÊNDICE B - GRAMÁTICAS BRASILEIRAS CONTEMPORÂNEAS DO PORTUGUÊS (GBCP)**

**Gramática de usos do português, NEVES (2000)**

Partes analisadas	
Número total de páginas	1037 páginas.
Número de páginas analisadas	30 páginas.
Localização das partes analisadas	Páginas 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470.

Fonte: Apêndice produzido pelo autor.

**Gramática do português brasileiro, PERINI (2010)**

Partes analisadas	
Número total de páginas	366 páginas
Número de páginas analisadas	18 páginas
Localização das partes analisadas	Páginas 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121.

Fonte: Apêndice produzido pelo autor.

**Gramática pedagógica do português brasileiro, BAGNO (2012)**

Partes analisadas	
Número total de páginas	1051 páginas.
Número de páginas analisadas	29 páginas.
Localização das partes analisadas	Páginas 13, 14, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 196, 228, 357, 455, 741, 742, 761, 762, 764, 790, 791 e 1002.

Fonte: Apêndice produzido pelo autor.